

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO
PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



**Impacto de Políticas Públicas de Assistência Estudantil nos Alunos dos
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no Período de 2016 a
2018 do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de
Rondônia – IFRO – *Campus Vilhena*.**

Aparecido Portela da Silva

Dissertação de Mestrado em Assessoria de Administração do Programa de Pós
Graduação *Stricto Sensu*, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Mestre em Assessoria de Administração

Porto – Maio de 2019

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO
PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



Impacto de Políticas Públicas de Assistência Estudantil nos Alunos dos Cursos Técnico Integrado ao Ensino Médio no Período de 2016 a 2018 do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO - *Campus Vilhena*.

Aparecido Portela da Silva

Dissertação de Mestrado em Assessoria de Administração do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Assessoria de Administração, sob a orientação da Professora Doutora Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves.

Esta versão inclui as recomendações sugeridas pelo júri após a defesa.

Porto – 2019

Resumo:

É comum alguns alunos não iniciarem e/ou terminarem abruptamente seus cursos por falta de meios financeiros. O Governo Brasileiro criou, em tempos, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com o objetivo de mitigar esta situação. Para implantação do PNAES é necessária uma equipe multidisciplinar, sendo um dos seus membros, obrigatoriamente, um Assistente Social com o objetivo de analisar e de avaliar a situação econômica dos alunos considerados socioeconomicamente vulneráveis. A presente pesquisa teve como objetivo investigar o impacto nos referidos alunos que recebiam ou que recebem algum tipo de auxílio. Primeiramente, foi realizada uma revisão bibliográfica dos principais autores que tratam sobre o tema. Como instrumentos de coleta de dados, usou-se a análise documental de estatísticas relacionadas ao assunto, assim como a aplicação de inquéritos sob a forma de entrevista junto aos servidores gestores (Diretor Geral, Assistente Social, Diretor de Ensino, Coordenador de Assistência ao Educando e os Coordenadores dos Cursos Técnicos) e questionários junto aos alunos concluintes dos terceiros anos dos Cursos Técnicos Integrados do Ensino Médio, beneficiados com auxílio estudantil do PNAES do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - *Campus* Vilhena (IFRO-CV). O estudo teve também como suporte o Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o PNAES, contendo disposições legais sobre as atividades das Instituições Federais de Educação a este respeito. Os resultados da pesquisa indicam que o PNAES está sendo bem divulgado e que os auxílios impactam diretamente na conclusão dos cursos; por vezes as verbas não são completamente empregadas e outras ocasiões não são suficientes para as necessidades; um dos principais problemas encontrados foi o atraso no pagamento das ajudas financeiras aos alunos; constatou-se que o IFRO-CV não possui sistema de avaliação dos Programas de Assistência Estudantil, nem faz acompanhamento das ajudas concedidas. Portanto, é necessário criar mecanismos de avaliação do PNAES e a equipe tem de providenciar acompanhamento dos alunos beneficiados, dentro do IFRO-CV.

Palavras chave: Educação Profissional, Políticas Públicas, Plano Nacional de Assistência Estudantil, Ajuda Financeira a Alunos, IFRO.

Abstract:

It is common for some students not to start and / or abruptly end their courses because of lack of financial means. The Brazilian Government has, in time, created the National Program of Student Assistance (PNAES) in order to mitigate this situation. In order to implement the PNAES, a multidisciplinary team is required, one of its members being a Social Worker with the objective of analyzing and evaluating the economic situation of students considered to be socioeconomically vulnerable. The present research had as objective to investigate the impact in the referred students that received or that receive some type of aid. Firstly, a bibliographical review of the main authors dealing with the topic. As data collection instruments, we used documentary analysis of statistics related to the subject, as well as the application of surveys in the form of interviews with the managing servers (General Director, Social Worker, Teaching Director, Educando Assistance Coordinator and the Coordinators of the Technical Courses) and questionnaires with the students graduating from the third years of the Integrated Technical Courses of High School, benefiting from the PNAES of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rondônia - *Campus* Vilhena (IFRO-CV). Decree No. 7.234 / 2010 also supported the study, which provides for the PNAES, containing legal provisions on the activities of the Federal Education Institutions in this regard. The results of the research indicate that the PNAES is being well publicized and that the aid has a direct impact on the completion of the courses; sometimes the funds are not fully employed and others are not sufficient for the needs; one of the main problems encountered was the delay in the payment of financial aid to students; we found that IFRO-CV neither has an evaluation system for Student Assistance Programs, nor monitors the aid granted. Therefore, it is necessary to create mechanisms for the evaluation of PNAES and the team has to provide follow-up of the beneficiary students within the IFRO-CV.

Key words: Professional Education, Public Policy, National Student Assistance Plan, Financial Aid to Students, IFRO.

Dedicatória

À minha esposa

Carmelinda Zygoski

Aos meus pais

Manoel Portela da Silva

Maria Helena da Silva

Aos meus filhos

Eduardo Portela da Silva

Bruno Diego Aparecido Portela da Silva

Sara Yamone Zygoski Portela da Silva

Maria Vitória Zygoski Portela da Silva

Agradecimentos

Agradeço a Deus por todas as bênçãos alcançadas nessa trajetória, à minha esposa pela força e pelo incentivo em todo esse período em que estive estudando;

E aos meus filhos Eduardo, Bruno, Sara e Maria Vitória que são meus incentivos em continuar estudando;

À Professora Doutora Zita Romero, minha orientadora, pela colaboração e orientação para o desenvolvimento desta Dissertação;

À Professora Doutora Jaqueline minha co-orientadora, pela colaboração e orientação para o desenvolvimento desta Dissertação;

Aos meus colegas mestrandos pelo apoio, incentivo e compreensão;

Ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO *Campus* Vilhena que me subsidiou com preciosas informações para a elaboração da Dissertação de Mestrado;

Aos Professores que ministraram as disciplinas da parte curricular pelo apoio e incentivo recebidos;

Aos Egressos e aos servidores do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO *Campus* Vilhena pela contribuição com as informações necessárias à realização desta Dissertação.

Lista de Abreviaturas

CAED – Coordenação de Assistência ao Educando

CFB – Constituição Federal Brasileira

CV – *Campus* Vilhena

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CRA – Coordenação de Registro Acadêmico

EAFCO – Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste – RO

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

IDARON – Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

IF – Institutos Federais

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JUCER – Junta Comercial de Rondônia

LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

PAE – Política de Assistência Estudantil

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil.

PROEJA – Programa de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica

SIAFI – Sistema de Administração Financeira

TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Índice Geral

| | |
|--|----|
| Introdução | 1 |
| 1.1 Os Institutos Federais e as Políticas Públicas | 1 |
| 1.2 Justificativa | 4 |
| 1.3 Objetivos | 5 |
| 1.3.1 Objetivo Geral | 5 |
| 1.3.2 Objetivos Específicos | 5 |
| Capítulo I – Revisão da Literatura | 7 |
| 1.1. Políticas Públicas..... | 8 |
| 1.2. Ciclo de Políticas Públicas | 9 |
| 1.2.1. Atores no Processo de Políticas Públicas | 17 |
| 1.3. Modelos de Formulação de Políticas Públicas | 20 |
| 1.3.1. Tipologia de Lowi | 21 |
| 1.4. Políticas Públicas de Assistência Estudantil | 23 |
| 1.5. Contextualização do PNAES | 24 |
| 1.7 Programa de Assistência Estudantil do IFRO - CV | 28 |
| 1.8 Implementação do Programa de Assistência Estudantil no IFRO - CV | 34 |
| 1.8.1 Avaliação do Processo de Implementação | 37 |
| 1.9 Financiamento do Programa de Assistência Estudantil | 38 |
| Capítulo II – Metodologia..... | 41 |
| 2.1. <i>Design</i> da Investigação..... | 42 |
| 2.2. Os instrumentos de Recolha de dados..... | 44 |
| 2.3. Caracterização das populações alvo | 48 |
| 2.3.1. Estudo com Servidores..... | 48 |
| 2.3.2. Estudo com Alunos | 49 |
| 2.3.3. Critérios de Inclusão e Exclusão dos públicos | 50 |
| 2.3.4. Riscos e Benefícios | 50 |
| 2.4. Contextualização e Localização da Instituição Alvo de Estudo | 56 |
| 2.4.1. Origem do IFRO | 56 |
| 2.4.2. IFRO - <i>Campus</i> Vilhena..... | 58 |
| 2.4.3. Estado de Rondônia | 59 |
| 2.4.4. Cidade de Vilhena | 61 |
| 3.1. Análise dos resultados do estudo efetuado com servidores..... | 64 |

| | |
|--|-----|
| 3.2. Análise do estudo feito com os alunos | 72 |
| 3.3. Análise dos resultados do estudo efetuado com Alunos | 73 |
| 3.4. Resumo da análise dos resultados do estudo efetuado com Alunos..... | 82 |
| 3.5. Apresentação e análise de estatísticas sobre alunos ingressantes no IFRO-CV 2016 e concluintes em 2018 | 83 |
| 3.6. Recurso Orçamentário para atender o PNAES..... | 89 |
| Capítulo IV – Conclusões | 93 |
| BIBLIOGRAFIA | 101 |

Índice de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1 : Diplomas legais | 28 |
| Tabela 2 : Distribuição dos inquiridos pelas funções e responsabilidades..... | 49 |
| Tabela 3: Distribuição dos alunos pelos cursos..... | 50 |
| Tabela 4: Relação de escolas de aprendizes artífices no Estado do Rio de Janeiro | 51 |
| Tabela 5: Relação das dezenove escolas de aprendizes de artífices..... | 52 |
| Tabela 6: Resumo do posicionamento dos entrevistados | 71 |
| Tabela 7- Caracterização socioeconômica dos estudantes dos 3º anos que recebem algum tipo de assistência estudantil no IFRO-CV (de 2016 a 2018)..... | 73 |
| Tabela 8 – Caracterização da opinião dos estudantes beneficiados pelo PAE no IFRO- CV, quanto à assistência estudantil no período de 2016 a 2018..... | 76 |
| Tabela 9 – Teste de qui-quadrado para associação entre o curso e a contribuição da assistência estudantil para a evasão escolar. | 78 |
| Tabela 10 – Teste de qui-quadrado para associação entre sexo e a contribuição da assistência estudantil para a evasão escolar. | 78 |
| Tabela 11 – Comparação de resultados do aproveitamento de alunos nos 3 anos (2016- 2018)..... | 87 |
| Tabela 12 - Lista de Alunos beneficiários do PAE 2016 | 88 |
| Tabela 13 - Lista de Alunos beneficiários do PAE 2017 | 89 |
| Tabela 14 - Lista de Alunos beneficiários do PAE 2018 | 89 |
| Tabela 15 - Orçamento da Ação de Assistência ao Educando da Educação Profissional (em Reais)..... | 90 |
| Tabela 16 - Crédito Disponível Executado com Assistência Estudantil (em Reais)..... | 91 |
| Tabela 17 - Lista de Resumo de Alunos beneficiários do PAE por curso e por ano..... | 91 |
| Tabela 18 Resumo contrapondo objetivos apresentados na pesquisa com os resultados obtidos na pesquisa | 98 |
| Tabela 19 – Sugestões para melhorias na aplicação dos recursos PNAES | 99 |

Índice de Figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1: Programas de Assistência Estudantil Universal..... | 30 |
| Figura 2: Programas de Assistência Estudantil a alunos sócio e economicamente vulneráveis | 32 |
| Figura 3: Localização do Município de Vilhena (RO). | 61 |
| Figura 4: Análise de correspondência da associação entre o PAE e o desempenho escolar. | 79 |
| Figura 5: Análise de correspondência para associação entre os critérios e metodologia de seleção e a opinião dos estudantes. | 80 |

Introdução

A criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) se deu em função de reduzir a situação de muitos alunos não prosseguirem ou até não terminarem as suas formações por ausência de possibilidades econômico-financeiras.

A presente pesquisa teve como foco investigar o impacto das políticas públicas de assistência estudantil nos alunos que ingressaram em 2016 e concluintes em 2018, sendo comum alguns alunos não iniciarem e/ou mesmo não terminarem seus cursos por falta de recursos financeiros. A Dissertação inicia por se referir, de modo geral, a necessidade de criação das Políticas Públicas ligadas aos Institutos Federais (IF's) e suas consequências; posteriormente aborda a criação das Políticas Públicas e a de Assistência Estudantil e seu alcance na Instituição de Ensino de Técnico Integrado ao Ensino Médio, alvo de pesquisa. Em seguida, apresentam-se os objetivos e a justificativa para a realização do estudo.

1.1 Os Institutos Federais e as Políticas Públicas

Em 2008, com a Lei nº 11.892, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), integrando-se à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, subordinados ao Ministério de Educação do Brasil. Com eles, registrou-se abertura de novos cursos técnicos profissionalizantes e tecnológicos. Com a expansão destes cursos, surgiu a necessidade de implementação de novas políticas públicas nos IF.

Para Tude, Ferro e Santana (2016, p.8) “Políticas Públicas, tradicionalmente, compreendem o conjunto das decisões e ações propostas geralmente por um ente estatal, em uma determinada área (saúde, educação, transportes, reforma agrária etc.), de maneira discricionária ou pela combinação de esforços com determinada comunidade ou setores da sociedade civil”.

Assim, de acordo com os autores, políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos e são de competência dos Poderes Executivos Federal, Estadual e Municipal, criadas por meio de mecanismos legais. Essas leis e decretos serviram de norteadores para definir qual o destino a dar aos benefícios; geralmente

abrangem os aspectos sociais, cultural, econômico, educacional em todas as instâncias de Governo.

E para solucionar essa nova demanda criada com a expansão dos (IF's) o Governo Federal criou o Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, instituído pela Portaria Normativa nº 39/2007, regulamentada pelo Decreto do Governo Federal nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que implementou as ações de Assistência Estudantil com a finalidade de auxiliar, subsidiar, democratizar e prolongar a permanência dos jovens nas escolas. Esta ação veio minimizar as desigualdades sociais contribuindo para uma maior inclusão social.

Assim, são objetivos do PNAES (BRASIL, 2010):

- I) “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III) reduzir as taxas de retenção e evasão;
- IV) contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.”

Contudo, sabe-se que não é possível atender a todas as ações do Programa de Assistência Estudantil estipulado pelo Decreto. E sabendo que o orçamento não é suficiente para acolher toda a demanda existente, na entidade alvo de pesquisa – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia, *Campus Vilhena* – IFRO-CV, executam-se, por prioridade, aquelas ações que melhor atendem às suas necessidades.

Neste sentido, o IFRO regulamentou os Programas de Assistência Estudantil através da Resolução nº 033/CONSUP/IFRO, de 22 de setembro de 2014. No seu artigo 6º é referido “O Atendimento Universal da Assistência Estudantil é destinado a todos os estudantes regularmente matriculados nos Cursos Técnicos de nível médio e graduação”. Em seu artigo 7º, é dito “Os Programas de atendimento universal são:

- I – Programa de Atenção à Saúde e Apoio Biopsicossocial – PROASAB;
- II - Programa de Acompanhamento Acadêmico e Suporte ao Ensino – PROASEN;
- III - Programa de Desenvolvimento Técnico-Científico – PRODETEC;
- IV - Programa Pró-Cidadania – PROCID;
- V - Programa de Monitoria.”

E também no artigo 23º da Resolução de 2014, são referidos “os programas de atendimento aos alunos socioeconomicamente vulneráveis que são:

- I - Programa de Concessão de Auxílio Alimentação – PROCAL;
- II - Programa de Concessão de Auxílio Transporte – PROCAT;
- III - Programa de Concessão de Auxílio ao Estudante Colaborador – PROCAE;
- IV - Programa de Auxílio à Moradia Estudantil – PROMORE;
- V - Programa de Auxílio Complementar – PROAC.”

Um dos objetivos do auxílio estudantil é manter os alunos, provenientes de famílias de baixa renda, na instituição evitando a evasão escolar que é um problema para os gestores das instituições de ensino, uma vez que o orçamento está vinculado ao quantitativo de alunos matriculados e isso afeta financeiramente a instituição. Assim, quanto menos alunos, menores os recursos, para já não falar no atraso cultural e social que tal realidade pode significar na sociedade, num futuro mediato.

O IFRO-CV possui um Assistente Social para atender a comunidade acadêmica e também efetuar visitas às residências no sentido de poder comprovar se os alunos que solicitaram o auxílio estudantil, fazem jus. Assim, atende a Lei de nº 7.115 de 29 de agosto de 1983, em seu artigo 1º “A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira” (BRASIL, 1983).

Daqui advém a importância de um profissional da Assistência Social visitar as residências dos alunos que solicitaram os benefícios de assistência estudantil. O objetivo é confirmar a veracidade das informações prestadas quando da solicitação do benefício, para evitar fraudes e possíveis prejuízos à instituição educativa.

Essa visita encontra-se respaldada pela Lei nº 8.662/1993, em seu artigo 4º, inciso XI que dispõe que é da competência do Assistente Social “realizar estudos socio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades”, ou seja, sempre que realizar alguma atividade é preciso respaldo da Lei.

Para esta pesquisa abordaram-se os alunos dos terceiros anos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia–IFRO-CV.

A proposta se justifica, pois, poderá contribuir para que a administração encontre respostas a algumas questões, designadamente: qual o contributo das ações integradoras de assistência social para a permanência dos alunos no IFRO-CV? Dentro das ações

integradoras, quantos alunos receberam auxílio estudantil no período de 2016 a 2018? Na perspectiva do aluno alvo de ação integradora do Governo Federal, qual o grau de utilidade desse auxílio financeiro? Sem essa ação, ele conseguiria terminar seus estudos?

Segundo Cunha e Raggi (2016, p.39) “as políticas públicas são ações de intervenção do Estado na sociedade pelas quais se busca promover as necessidades básicas” e dentro deste contexto, inserimos a assistência estudantil que é ação de política pública de inclusão social.

Dessa forma, busca-se verificar a efetividade da política de assistência estudantil no IFRO-CV, se é positiva ou negativa, se contribui ou não para o sucesso ou insucesso acadêmico da população alvo.

1.2 Justificativa

O Governo Federal instituiu o PNAES, primeiramente, por meio da Portaria nº 39/2007 e a consolidou com o Decreto nº 7.234/2010, mas nunca se investigou a eficiência desse Programa de Assistência Estudantil e suas consequências no IFRO-CV, aliás é um tema pouco explorado no âmbito dos IF. Logo, e porque um dos investigadores exerce função nesta última unidade de ensino, é assim que se justifica a decisão de se pretender levar a cabo um estudo que clarifique e divulgue a aplicabilidade, a justeza, bem como os resultados desse referido programa, integrado nas políticas públicas implantadas nos Institutos Federais.

Esta pesquisa pretende trazer à luz questões acerca da gestão de políticas públicas da assistência estudantil, e procurará investigar junto dos coordenadores dos Cursos Técnicos e da equipe de Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) do IFRO-CV, e também junto aos discentes, se os auxílios prestados foram impactantes para a sua conclusão do curso. Segundo Vasconcelos (2010, p.407):

A assistência estudantil enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula.

Esse processo de democratização tem como objetivos principais reduzir as desigualdades sociais e econômicas, bem como garantir a permanência daqueles discentes considerados econômica e financeiramente vulneráveis. Ainda segundo o Decreto nº 7.234/2010 “as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar

a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico”. Por conseguinte, a Lei pretende instituir condições para que o estudante possa vir a desenvolver todo o seu potencial acadêmico concluindo o curso.

Desta forma, iremos pesquisar e analisar a eficiência e a eficácia das referidas políticas públicas de Assistência Estudantil aplicadas junto aos alunos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFRO-CV, no período de 2016 a 2018.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa teve por objetivo geral analisar o impacto das políticas públicas de assistência estudantil junto aos alunos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, no período de 2016 a 2018, do IFRO-CV.

1.3.2 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos, temos:

- 1) Averiguar quanto foi investido a nível de recursos financeiros, na Assistência Estudantil, no período de 2016 a 2018;
- 2) Identificar quais programas da Política de Assistência Estudantil do IFRO-CV que foram disponibilizados aos alunos no período de 2016 a 2018;
- 3) Investigar quantos alunos foram contemplados com recursos disponibilizados pela Assistência Estudantil;
- 4) Identificar quantos alunos ingressaram em 2016 e quantos destes concluíram em 2018;
- 5) Estudar o impacto das políticas de Assistência Estudantil no aproveitamento acadêmico dos referidos alunos, naquele período.

A sequência apresenta a distribuição da Dissertação em 4 capítulos, excluindo a Introdução.

No Capítulo I, abordaremos a Revisão da Literatura com vários tópicos iniciando com políticas públicas, ciclo de políticas públicas, atores no processo de políticas públicas, modelo e formulação de políticas públicas, tipologia Lowi, políticas públicas de assistência estudantil, contextualização do PNAES, Programa Nacional de Assistência Estudantil

IFRO-CV, implementação do PAE no IFRO-CV, avaliação do processo de implementação, e financiamento do Programa de Assistência Estudantil.

No Capítulo II, trataremos da Metodologia distribuída no *Design* da investigação, os instrumentos de recolhimento de dados, análise documental, inquéritos-entrevista, inquéritos-questionários, caracterização da população alvo, estudos com servidores, estudo com alunos, critérios de inclusão e exclusão dos públicos, riscos e benefícios e contextualização e localização da instituição alvo de estudo.

O Capítulo III está voltado para a Apresentação e Análise dos Resultados, iniciando com a análise dos resultados do estudo efetuado com servidores, análise dos resultados do estudo efetuado com alunos, apresentação e análise de estatísticas sobre os alunos ingressantes do IFRO-CV 2016 e concluintes em 2018 e recurso orçamentário para atender o PNAES e, finalmente, o Capítulo IV contendo a Conclusão de toda a pesquisa realizada.

Capítulo I – Revisão da Literatura

1. Introdução

Este primeiro capítulo tem como principal objetivo a apresentação da Revisão da Literatura que deu suporte à presente Dissertação. Em seguida serão indicadas opiniões de especialistas sobre políticas públicas, ciclo de políticas públicas, contextualização do PNAES, e mais especificamente duas etapas do ciclo de políticas públicas que são implementação, avaliação e também o financiamento de políticas públicas que garantem a continuidade do referido Programa de Assistência Estudantil.

1.1. Políticas Públicas

As políticas públicas são atividades relacionadas ao planejamento, à execução e às avaliações das ações estabelecidas em nível de Governo Federal, Estadual e Municipal, cada um dos entes com atividades definidas para a sociedade. As políticas públicas buscam, através de suas ações, estabelecer metas em várias áreas: educação, saúde, lazer, transporte, segurança. Os poderes legislativos criam as leis, decretos e que são referendadas pelo executivo para que possa entrar em vigor.

Dentro dessa perspectiva, foi criado o Decreto nº 7.234/2010 que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação com função social de atender os alunos com renda familiar de até um salário mínimo e meio.

Não existe um único conceito de políticas públicas, mas sim vários conceitos apresentados por grandes estudiosos. Segundo Souza, (2006, p.23) “os principais fundadores de políticas públicas são: Laswell, Simon, Lindblom e Easton”. A política pública iniciou-se nos Estados Unidos, é um ramo da Ciência política e pode ser objeto de outras áreas de conhecimento.

Segundo Souza (2006, p.26) pode-se definir “[...] política pública como campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo do curso dessas ações (variável dependente).” Já Cavalcanti (2007, p.32) refere:

As políticas públicas são entendidas como feitas em nome do "público"; a política geralmente iniciada por um governo; as políticas públicas podem ser implementadas por atores do setor público, atores de setores privados ou ainda por atores de organizações não governamentais; a política pública é o que o governo pretende fazer ou não fazer.

As políticas públicas implicam definir questões e responder como implementar as ações e ter resultado favorável. A implementação de políticas públicas depende do processo decisório de cada instituição e dependem de vários fatores dos diferentes momentos de acontecimentos gerados pelas necessidades e interesse em função de uma coletividade.

Borba (2013, p.18) considera que “as políticas públicas representam conjuntos de ações que objetivam a resolução ou minimização de problemas presentes na sociedade e que demandam a intervenção estatal”, nessa mesma linha Gomez (2012, p.224) afirma que “las políticas públicas son dispositivos para el control social definidos por los sistemas políticos modernos con el propósito de regular un asunto de interés general y en particular la aplicación de los recursos.”

As políticas públicas podem passar por várias etapas, e de acordo com as literaturas lidas, a mais comum trata do “ciclo de políticas públicas” em que se divide em fases interdependentes que vai culminar com processo de implementação.

1.2. Ciclo de Políticas Públicas

O Ciclo de políticas públicas tem como utilidade organizar as atividades para facilitar a complexidade de uma política pública, ou seja, serve como referencial para que pesquisadores e administradores possam implantar suas ideias de forma simplificada e ordenada. Assim, evitando desperdício de tempo, isso não significa que poderá haver ajustes nesta caminhada que vai servir de “esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes” (Secchi, 2013, p.43).

O ciclo de políticas públicas apresentado por Secchi (idem) que identifica as principais fases para avaliação das políticas públicas, são: “1) Identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisões, 5) implementação, 6) avaliação e 7) extinção”.

Já Souza (2006, p.29) divide em quatro fases o ciclo de políticas públicas: “a) agenda, b) formação, c) implementação e a avaliação”, três fases a menos do que a apresentada por Secchi, são elas: identificação do problema, tomada de decisões e extinção.

Secchi (2013), a nosso ver, foi mais feliz na sua apresentação por ser mais detalhista nas divisões das metas, pois para que os atores possam tomar providências é preciso

identificar o problema e fazer constar a agenda para posterior ver se é viável. O foco da pesquisa estará na fase de implementação e de avaliação, assim, as demais fases não vão ser alvo de ênfase.

A identificação do problema público pode aparecer subitamente e acaba ganhando notoriedade que tanto pode ser uma catástrofe, como pode ser uma falta de pavimentação de uma rua, por exemplo. Uma vez o problema identificado, entra o ator da política para poder resolver a situação que pode colocar outras prioridades à frente, ou seja, pode haver uma lista com diversos problemas. Aí o ator terá que estabelecer uma lista de prioridades, conhecida como agenda.

Em relação à formação da agenda, ela nada mais é que um conjunto de problemas ou algum outro tema relevante, que pode ser um programa de governo, uma ação, um planejamento orçamentário ou uma lista com diversos temas.

Segundo Secchi (2013, p.47) “As agendas listam prioridades de atuação e como [...] a maior dificuldades e ordenar as prioridades.” Algumas com mais relevância do que outras, a qual geralmente ocorre do problema de comoção nacional, ou problema de segurança nacional.

Para a formulação de alternativas de resoluções, começa-se com os problemas de agenda, vão-se buscar esforços para solucionar os problemas mais urgentes. Isto passa por formular soluções de como montar a estratégia para viabilizar a solução do problema. É aí que entra o analista de políticas públicas e demais atores envolvidos para resolver de melhor forma e, assim, de modo a obter um resultado positivo, é isso que se espera das políticas públicas.

Nem sempre as ações e as metas estabelecidas chegam a um resultado favorável, essa fase que antecede a tomada de decisões, implementação e posterior avaliação do resultado. As alternativas podem chegar de várias formas para alcançar um mesmo objetivo, o que exige um esforço concentrado dos vários atores envolvidos no processo de formulação de alternativas.

A tomada de decisão é o próximo passo para que os atores envolvidos coloquem em prática as intenções na escolha do problema a ser solucionado para poder enfrentar e resolver o mesmo de melhor forma possível.

Para Lotta (2010, p.133) existe todo um processo para que os atores envolvidos possam tomar as decisões:

[...] reforça(mos) a ideia de que os fatores institucionais/organizacionais são determinantes para compreender como os burocratas implementadores agem, na medida em que, ao longo da cadeia de formulação/implementação, são construídos contextos específicos sobre os quais os burocratas poderão atuar. Assim, consideramos que as próprias decisões que serão tomadas e a discricionariedade que será exercida pelos implementadores têm como pano de fundo condições específicas colocadas pelo contexto que, inclusive, podem ampliar ou limitar o espaço para discricionariedade.

Para Cavalcanti (2007) a tomada de decisão serve para buscar alternativas tendentes a solucionar o problema público mediante a escolha de melhor alternativa entre as potenciais soluções. Os atores tendo um problema em mãos, estudam-no e com os objetivos definidos, correm atrás de soluções, e vão buscar as melhores alternativas em termos de custo, rapidez e segurança. O entendimento oferece alguns passos sequenciais de acordo com o modelo *policy cycle*: definição do problema, estabelecimento de objetivos, construção de soluções, etc. (Cavalcanti, 2007, Lotta, 2010 e Secchi, 2013).

O *policy cycle* embora seja um modelo didático, nem sempre consegue soluções, pois pode esbarrar em alguns problemas não planejados, o que, muitas vezes, torna-se frustrante para os atores por não conseguirem chegar a um resultado esperado.

A fase de implementação da política pública que sucede à tomada de decisão é um momento em que os atores envolvidos no processo buscam esforços avaliativos para que sejam produzidos resultados concretos. O estudo sobre implementação de políticas públicas vem crescendo e ganhando notoriedade no desenvolvimento de aplicações de ações que vão resultar em soluções do problema em questão.

Segundo Secchi (2013, p.56) “A importância de estudar a fase de implementação está na possibilidade de visualizar, por meio de esquemas analíticos mais estruturados, os obstáculos e falhas que costumam acometer essa fase do processo nas diversas áreas de políticas públicas.” Esta definição se aplica com toda a propriedade ao nosso caso específico de análise das políticas de assistência estudantil no IFRO-CV.

Quando se trata de um processo de implementação que envolve organizações, há diversas variáveis implicadas, nomeadamente, as pessoas que fazem com que possa acontecer, os recursos financeiros, os materiais, a mão de obra qualificada que possa implementar essas políticas públicas. Ou seja, envolvem diferentes setores e atores com o mesmo objetivo para que tudo possa sair dentro do programado.

Ainda de acordo com o mesmo autor (2013, p.57):

[...] o momento da implementação também deve ser gerenciado [...] que funções administrativas, como liderança e coordenação de ações, são postas à

prova. Os atores encarregados de liberar o processo de implantação devem ser capazes de entender elementos motivacionais dos atores envolvidos, os obstáculos técnicos e legais presentes, as deficiências organizativas, os conflitos em negociação, construção de coordenação entre executores e cooperação por parte dos destinatários

Segundo Lotta, ao tratar de implementação em sua tese (2010, p.15) afirma que:

Os detalhes da implementação, considerando que ela é um complexo processo que envolve pessoas, vontades, necessidades, poder, recursos, disputas, conhecimentos e desconhecimentos. É pressuposto deste trabalho que fatores diversos levam a formas de implementação diferentes e que a implementação das políticas se dá a partir de processos de interação entre os implementadores e os diversos atores envolvidos no processo, como usuários, outros profissionais da política etc.

Em relação à implementação, Lima e D’Ascenzi (2013) sistematizam em quatro variáveis: a primeira está relacionada com o problema alvo da política e que pode ser concernente a existência de tecnologia, mediação disponível e o tamanho do público alvo. E isso que os autores descreveram terá impacto na implementação dependendo do problema a ser resolvido porque envolve outros atores para poder solucioná-lo.

A segunda variável apresentada pelos autores atrás, refere-se a um plano para que possa ser implementado. Porque não basta ter boa vontade, é preciso planejamento para que tudo possa ocorrer bem. Para os autores acima citados (2013, p.103) o “sucesso da implementação decorre da clareza dos objetivos, pois é imprescindível que os implementadores compreendam perfeitamente a política e saibam exatamente o que se espera deles.”

E a terceira etapa é o momento que vai ser decisivo e depende do apoio público e da política, essa variável pode ser crítica porque esse apoio é instável e não permanece por muito tempo. Essa fase passa pelo crivo econômico que é essencial para o sucesso ou insucesso da implementação.

O quarto grupo de variáveis está relacionado ao aparato administrativo, à qualidade dos atores envolvidos e à estrutura organizacional, ainda segundo os mesmos autores (Lima e D’Ascenzi, 2013, p.103): “O parâmetro de sucesso são os objetivos definidos no plano. As variáveis referem-se à arena de formulação e focam elementos considerados estruturantes da implementação”, isso mostra a necessidade para qualquer atividade que seja realizado deve primar organização.

Essa preocupação faz sentido uma vez que qualquer elemento não previsto pode comprometer o êxito da implementação e colocar a perder todo um planejamento que pode

ter demorado um mês, ou um ano e isso é ruim tanto para os implementadores, quanto para o público alvo.

À luz do que os autores disseram atrás, os atores nesta investigação sobre as políticas públicas de Assistência Estudantil no IFRO-CV, são os responsáveis pela análise do problema, por encontrar soluções e implementá-las que são os Coordenadores dos Cursos Técnicos, Direção de Ensino, Coordenação de Registros Acadêmicos, Coordenação de Assistência ao Educando, Diretoria de Planejamento e Administração e Direção Geral. Há ainda outros atores como os destinatários do Programa Assistência Estudantil, os alunos necessitados.

Existem vários outros instrumentos de políticas públicas citados em literatura. Nesse caso específico, trata-se de Assistência Estudantil, e para cada tipo de política pública busca-se um mecanismo mais adequado para resolver ou solucionar o problema existente, não existe uma receita específica, depende do momento e das peculiaridades do caso.

Para alguns autores existem basicamente dois modelos de implementação de políticas públicas *top-down* (de cima para baixo) e o *bottom-up* (de baixo para cima) entre eles Lotta (2010, p.30) descreve que:

O modelo *top-down* reflete-se nas estruturas tradicionais de governança, enfatizando a separação entre a política e a administração e enfocando o controle e a hierarquia. Os defensores dessa corrente viam um ideal normativo de colocar a política pública em ação. Assim, a política deveria ser feita no topo e executada por agentes de acordo com esses objetivos.

Na visão de Secchi (2013, p.60) “O modelo *top-down* de implementação parte de uma visão funcionalista e tecnicista de que as políticas públicas devem ser elaboradas e decididas pela esfera política e que a implementação é um mero esforço administrativo de achar um meio para os fins esperados”. Najberg e Barbosa (2006, p.41) descrevem em seu artigo também sobre abordagem *bottom-up*, para eles:

A abordagem *bottom-up* facilita a perspectiva da formulação, da implementação e da avaliação de políticas públicas como fases interdependentes, como na verdade, o são. Ela parte dos atores sociais – públicos e privados – envolvidos na implementação dos programas e examina os seus objetivos pessoais e institucionais, suas estratégias e sua rede de contatos.

Analisando os dois modelos *top-down* e *bottom-up*, as políticas públicas de assistência estudantil encaixam no modelo *top-down*, pois, para serem executadas dependem de leis, decretos, portarias, criados pelas classes políticas destinadas ao público

alvo, assim as instituições apenas executam o que já tinha sido decidido, são programas e ações com objetivos claros prontos para serem executados por atores envolvidos no processo de execução.

No modelo *bottom-up* tem-se maior liberdade em organizar e modelar a implementação de políticas públicas. Para Lotta (2010, p.31):

Já visão *bottom-up* observa o processo de criação de política como um *continuum*, no qual há modificações em todo o processo de traduzir as intenções em ações. Tem-se como pressuposto que o processo de implementação transforma e adapta as políticas originais. Parte-se, portanto, para olhar longitudinal, ou seja, observam-se a origem da política, suas mudanças ao já longo do processo em todos os níveis e quando o programa foi substancialmente alterado.

Para Najberg e Barbosa, (2006, pp. 38 e 39) o modelo *top-down* “na visão clássica sobre políticas públicas, a implementação é entendida como um jogo de uma só rodada, onde a ação governamental, expressa em programas ou projetos de intervenção, é implementada de cima para baixo (*top-down*).”

Para Secchi (2013, p.61) o modelo *bottom-up* “Os implementadores têm maior participação no escrutínio do problema e na prospecção de soluções durante a implementação e, posteriormente, os tomadores de decisão legitimam as práticas já experimentadas”.

O modelo *bottom-up* não é algo definitivo, pode ser modificado a qualquer momento, existe maior flexibilidade por parte dos gestores em poder ajustar os programas e as ações de acordo com as necessidades.

Infelizmente, o *bottom-up* não se aplica na assistência estudantil, porque existe um decreto e uma resolução que traça as regras do que e como ser feito pelos gestores. Eles não podem modificar apenas, têm que executar o que é previsto no decreto e seguir as recomendações que formalizam os detalhes da política pública previamente definida pelo poder executivo.

A fase de avaliação do ciclo é aquela em que se verifica se os resultados da política pública empregada surtiram os efeitos esperados, ou seja, se é o momento de dar *feed back* das fases anteriores.

Para Secchi (2013, p.63) os principais critérios para avaliação são:

- 1) “Economicidade: refere-se ao nível de utilização de recursos (*in-puts*).
- 2) Produtividade: refere-se ao nível de saídas de um processo produtivo (*out-puts*).

- 3) Eficiência econômica: trata da relação entre *out-puts* (produtividade) e *inputs* (recursos utilizados).
- 4) Eficiência administrativa: trata do seguimento de prescrições, ou seja, do nível de confirmação de execução a métodos pré-estabelecidos.
- 5) Eficácia corresponde ao nível de alcance de metas ou objetivos preestabelecidos.
- 6) Equidade: trata da homogeneidade de distribuição de benefícios (ou punições) entre os destinatários de uma política pública.”

Para Lotta (2010, p.27) a avaliação de políticas públicas passa por “um readequamento, realinhamento [...] garantindo a ela um posicionamento mais correto na busca dos impactos desejados”, buscam uma adequação para atender as necessidades de modo que os resultados sejam satisfatórios.

Já para Secchi (2013) a avaliação de políticas públicas são possibilidades de medir os resultados de uma política pública, o que corrobora a ideia de Lotta (2010).

Em linhas semelhantes de Secchi (2013) e Lotta (2010) para Cavalcanti (2007) a avaliação serve como instrumento capaz de fornecer informações que seja real e válida sobre o desempenho da política informando se as metas e objetivos foram alcançados.

Cavalcanti (2007, p.232) vai mais além ao enfatizar que:

A avaliação é entendida, de maneira geral, como um exame *ex-post* de uma política, que envolve uma grande quantidade de recursos e uma cadeia de decisões e ações distribuídas ao longo do tempo, objetivando a introdução de modificações substantivas ou, inclusive a interrupção da política. A avaliação dos resultados e dos impactos correspondentes toma geralmente como parâmetro de comparação uma imagem-objetivo previamente definida ao longo dos momentos de formulação e implementação.

Já para Duarte (2015, p.57) “o enfoque na avaliação de políticas implementadas justifica-se pelo facto de permitir que as medidas introduzidas no futuro possam apresentar maiores níveis de eficiência e eficácia, resolvendo os problemas que se propõem resolver”. Assim, através destes critérios será possível acompanhar se a aplicação das políticas públicas de Assistência Estudantil no IFRO-CV foi positiva ou negativa, se elas tiveram os impactos esperados e se contribuíram para a permanência dos alunos nos estudos.

Portanto, aqueles critérios apresentados servem como mecanismos técnicos gerenciais, que nos poderão ajudar a verificar se foram atingidas as metas (eficácia) com menor quantidade de recursos (economicidade), se houve eficiência econômica.

Essa avaliação do processo de políticas públicas só vai ser possível com a participação dos atores envolvidos (seus destinatários alunos, bem como coordenadores responsáveis pela seleção dos alunos do Programa Assistência Estudantil) que, através dos indicadores, vão poder medir os resultados dos gastos relacionados com os beneficiados, bem como o impacto na conclusão, ou não, do seu curso.

Ainda de acordo com Cavalcanti (2007, p.72) “avaliação deve ser uma atividade contínua e indissociável do processo de planejamento (formulação, execução e avaliação) e tem como objetivo permitir aos que conduzem o programa e aos outros atores envolvidos”, ou seja, ela pode ser considerada uma ferramenta de gestão em que o gestor possa redirecionar suas ações em curso que não estejam atendendo o que foi planejado inicialmente.

A avaliação é uma etapa importante no ciclo de políticas públicas, na visão de Borba (2015), a avaliação está praticamente em todo o processo de formação das políticas públicas, em que alguns casos transitam da decisão e formulação de alternativas políticas e em outros na avaliação final.

Para Secchi (2013) é na fase de avaliação que os burocratas subsidiam e abastecem o sistema com informações e conhecimento técnico estão os burocratas, e ainda complementa que acontece haver influência da burocracia em todas as fases que envolvem o ciclo de políticas públicas.

A última fase trata da extinção das políticas públicas, em que se dá por terminado todo o ciclo, o mesmo ocorre na política pública empregada e alvo desta investigação.

Essa fase da extinção de políticas públicas ganha força a partir da década 1970 nos países desenvolvidos. Para Secchi apud Juliano, (2013, p.67) as causas para a extinção de uma política pública são basicamente três:

- 1) “o problema que originou a política é percebido e resolvido;
- 2) os programas, as leis, ou as ações que ativam a política pública são percebidos como ineficazes;
- 3) o problema, embora não resolvido, perdeu progressivamente importância e saiu das agendas políticas formais”.

Além dessas, também existem as políticas públicas com prazo determinado, como é o caso de alguns problemas pontuais.

Após a conclusão do ciclo chega-se a um ponto em que o resultado pode ser positivo ou negativo. Assim Lotta (2010, p.133) refere que para “pensarmos em avaliar

ou analisar a implementação de um programa, devemos ter em mente estas várias transformações e apropriações locais não como defeito ou crítica às políticas, mas sim, como um simples ponto de partida para sua compreensão. ”

Para que tenha sucesso no ciclo de políticas públicas é necessário que os atores conheçam cada fase, tal como Borba (2013, p.48) afirma:

Para o sucesso de todas as fases é necessário que os atores participantes compreendam sua função e, principalmente, que suas ações influenciam diretamente nos resultados da política. É necessário destacar que, para a formação de uma política pública, não existe uma ordem de participação entre os atores, onde cada um tem um papel específico e a função de transformar políticas em ações, atuando em todas as fases destas políticas.

Assim podemos complementar que o sucesso, ou fracasso está no conhecimento dos atores envolvidos diretamente em cada fase do ciclo de políticas públicas, porque são eles que fazem com que as políticas públicas sejam implementadas.

1.2.1. Atores no Processo de Políticas Públicas

Os atores no processo de políticas públicas são indivíduos, grupos, organizações que desempenham papel importante na política pública, quer como analistas, decisores e emissores, quer como responsáveis pela aplicação, quer como seus destinatários.

Eles são capazes de influenciar direta ou indiretamente no resultado de políticas públicas, esses atores são capazes de sensibilizar a opinião pública em busca de algo ou problemas de grande relevância para a comunidade. Os atores têm influência na decisão que pode entrar em pauta ou agenda que vai ajudar a tomar decisões, para depois serem convertidas em ações.

Para Secchi (2013, p.99) “Os atores interagem, alocam recursos, constroem coalizões, resolvem conflitos em um cenário político.” Ainda segundo o mesmo autor (idem) o analista também é um ator, pois ele pode e deve ser capaz de identificar os atores envolvidos no processo de políticas públicas.

Alguns atores têm mais influência do que outros, tudo depende das suas relações com o objeto da implementação e do seu conhecimento com o processo em ação. Os atores são divididos em individuais e coletivos. Os individuais atuam em determinado sítio, são formadores de opiniões e entre eles temos políticos, magistrados, burocratas que são considerados atores governamentais.

Já os atores coletivos são grupos de indivíduos, organizações que atuam na arena política e que têm influência em alguns atos governamentais ou mesmo na defesa de interesse próprio; e por entre os atores não governamentais temos partidos políticos, meios de comunicação, associação de bairros, terceiro setor, etc.

Segundo Secchi (2013, p.101) “A presença de atores em uma arena acontece em função de quão diretos são os resultados da política pública sobre suas atividades, probabilidade de efeitos políticos ou negativa da política pública [...] bem como a acessibilidade aos processos decisórios e/ou de implementação das políticas públicas.”

Para que as coisas aconteçam de modo satisfatório e haja bom desempenho “sua efetivação, as políticas vão passando pelas mãos de diferentes atores e instituições que determinam, interpretam e decidem formas diferentes de atuação, de operação e de coordenação de quem implementará posteriormente o programa” (Lotta, 2010, p.133).

Esses atores estão relacionados ao ambiente a que estão vinculados. Este, pode ser político ou não e cada um desses são fundamentais no processo de políticas públicas, um com mais influência e outro com menos. Vai depender da posição ou cargo que exerce.

Pinto (2008, p.31) defende que:

(...) os participantes ativos do processo de determinação da agenda são classificados em dois grupos: a) atores governamentais (representantes do Executivo, do Legislativo e os servidores públicos) e b) os atores não-governamentais (os especialistas, os grupos de interesse, a mídia e a opinião pública).

Ainda segundo a mesma autora (idem), no âmbito dos atores governamentais, pode-se diferenciar o grupo da administração central que envolve a combinação de três atores: o chefe do Executivo, considerado autoridade máxima em nível de governo, segundo *staffe* do gabinete, e por último assessores e dirigentes. Para a autora esse grupo estabelece prioridades na elaboração da agenda a respeito das questões importantes no desenvolvimento de políticas públicas em nível governamental.

Em relação ao segundo grupo de atores apresentado por Pinto (2008, p.32), é “grupo de participantes que não ocupa posições formais, no governo, envolve os grupos de interesse, os especialistas, os acadêmicos, os partidos, a mídia e a opinião pública”.

Segundo a mesma autora, os “grupos de interesse (sindicatos, associações, consumidores, ambientalistas, lobistas etc.) são muito importantes, agindo, principalmente, como “atores que bloqueiam” ao invés de “atores que promovem” [...], esses atores

“querem ter suas alternativas consideradas, uma vez que a agenda tenha sido determinada” (Pinto, 2008, p.32).

Esse segundo grupo que mobiliza apoio, contribui com propostas aos governantes, apresenta soluções aos problemas e também cobra dos implementadores que as suas reivindicações, constantes da agenda de políticas públicas, venham a ser executadas para que possam ter impacto positivo da comunidade.

Neste contexto, sobre ciclo de políticas públicas iremos abordar inicialmente o Programas de Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e Políticas de Assistência Estudantil IFRO-CV com ênfase nos alunos que receberam auxílios. E estas literaturas pesquisadas irão respaldar e ajudar a entender um pouco sobre políticas públicas.

O IFRO-CV possui a Coordenação de Assistência ao Educando – CAED vinculada à Diretoria de Ensino *Campus* Vilhena, composta por equipe multidisciplinar (Assistente Social, Psicólogo, Enfermeira e Orientador Educacional) que tem como objetivo prestar apoio e assistência aos estudantes.

A gestão de política de Assistência Estudantil do IFRO-CV é realizada pela equipe multidisciplinar prioritariamente para atender aqueles alunos “oriundos da rede pública de educação básica ou renda familiar per capita até um salário e meio.” (Decreto nº 7.234/2010, Art. 5º).

A CAED é responsável por planejar ações de Assistência Estudantil, elaborar editais para os discentes participarem da seleção, esclarecer os estudantes sobre a política de assistência, realizar processo de seleção dos alunos, ou seja, acompanhar e avaliar todo o processo desde a seleção até o pagamento dos alunos beneficiados com auxílios. Nesse sentido, podemos afirmar a existência de mais uma figura que encontramos nas políticas públicas que são os burocratas em nível de rua.

Secchi (2013) descreve que para Lipski “*street bureacrats*”, ou burocratas de frente, nesse caso serviço público são os servidores que têm contato direto com o processo de seleção dos alunos que se inscreveram para preitear o auxílio estudantil.

Lotta (2010, p.15) afirma que “são burocratas implementadores (de nível de rua), responsáveis por colocar em prática”, as ações de implementação, assim podemos dizer que são pessoas que estão próximas do seu público alvo, nesse caso os alunos.

Secchi (2013, p.106) afirma que é “na fase de implementação que a burocracia tem seu maior papel, transformando valores e orientações políticas em atividades executadas pela administração pública.” Nessa fase vai precisar de pessoas para que as coisas

aconteçam e para o mesmo autor (idem) a função dos funcionários burocráticos é manter a administração funcionando independentemente do período eleitoral. As características desse corpo técnico são: “estabilidade de emprego, esquemas de seleção”; sua promoção é feita por competência e experiência adquiridas na instituição.

Ainda segundo o mesmo autor (idem, p.105) “o modelo de organização burocrático, como idealizado por Max Weber, deve ser preenchido por um corpo de pessoas qualificadas tecnicamente, com atuação politicamente neutra em benefício do bem coletivo”. Esses burocratas têm sua importância nas etapas da construção do ciclo de políticas públicas “são vistos como detentores de alguns recursos importantes que possibilitam o aumento da eficácia das políticas públicas.”

Segundo Reis (2016, p.30) no Instituto Federal Educação Ciência e Tecnologia de Brasília, o processo de seleção dos alunos passa por uma fase de análise pela

Equipe de Serviço Social dar-se-á pela análise dos dados apresentados tais como renda familiar per capita, número de habitantes na residência, tipo de moradia (cedida, alugada, financiada), local da moradia, número e idade dos filhos, portador de doença crônica, portador de deficiência ou responsável por portador de deficiência, cor, etnia, mulher chefe de família, situação de trabalho do discente ou do responsável mantenedor (empregado ou desempregado).

Esse é um processo de seleção que segue praticamente o mesmo padrão do IFRO uma vez que também tem uma equipe de profissionais capacitados para fazer toda análise socioeconômica da família.

O IFRO-CV, por meio do Programa Assistência Estudantil, oferece aos alunos matriculados, socioeconomicamente vulneráveis, frequentadores das aulas, vários auxílios através de um processo seletivo prévio.

1.3. Modelos de Formulação de Políticas Públicas

Para melhor entender porque é que o governo emprega determinados tipos de políticas públicas que afetam diretamente os cidadãos e que, muitas vezes, se apresentam de forma negativa, outras de forma positiva, vai depender do ponto de vista de quem as necessita, assim, a política pública desenvolveu um mecanismo que pode assumir formas diferentes para atender a demanda da sociedade, uns com mais benevolência, outros com menos, vai depender do grau de influência dos atores envolvidos na arena onde o processo

está acontecendo (por exemplo: ator executivo, ator legislativo, ator judiciário, associação de moradores, etc).

Ainda de acordo com Secchi (2013), que em seu livro abordou a “essencial intencionalidade”, ele defende haver vários modelos de tipologia entre os quais podemos destacar a Tipologia de Lowi. Esta caracteriza os quatros tipos de políticas públicas “regulatórias, distributivas, redistributivas e constitutiva”. Assim, iremos adotar a Tipologia de Lowi porque tem muito a ver com a nossa pesquisa.

1.3.1. Tipologia de Lowi

Segundo Souza e Secchi (2006 e 2013) as Políticas Públicas distributivas são as que contemplam certos grupos sociais. Porém, o governo desconsidera a questão dos recursos e são as que concebem benefícios condensados para alguns grupos de pessoas, com custos indefinidos para toda uma categoria de pessoas como exemplo “são subsídios, gratuidade de taxa para certos usuários de serviços públicos, incentivos ou renúncias fiscais, etc” (Secchi, 2013, p.25).

Frey (2000, p.224) afirma que as “Políticas distributivas são caracterizadas por um baixo grau de conflito dos processos políticos, visto que políticas de caráter distributivo só parecem distribuir vantagens e não acarretam custos pelo menos diretamente percebíveis para outros grupos” em que os custos gerados para este tipo de política são impossíveis de medir, pois, seus efeitos acabam recaindo na sociedade para ela pagar. Como são criados e atribuídos todos esses benefícios, alguém tem que arcar com as despesas, em “geral, políticas distributivas beneficiam um grande número de destinatários, todavia em escala relativamente pequena; potenciais opositores costumam ser incluídos na distribuição de serviços e benefícios”, ou seja, reafirma o que foi dito por Souza e Secchi, em que são atendidos por essa redistribuição um número reduzido de pessoas.

Para os autores Souza e Secchi (2006 e 2013) as políticas regulatórias são mais visíveis aos olhos do público, porque envolvem políticos e grupos de interesses e apresentam um modelo de comportamento que pode ser focado em serviços ou produtos para os diversos atores.

Como o próprio nome já o refere, são aquelas políticas que envolvem os políticos por que são eles que criam as leis, para regulamentar algum serviço que pode ser de

utilidade pública ou não (energia elétrica, telefonia) são alguns exemplos dessa política que são implementadas pelos burocratas.

Essas leis são feitas pelo Poder Legislativo e sancionado pelo Executivo, Frey (2000, p.224) complementa dizendo que as:

Políticas regulatórias trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos referentes aos custos e benefícios não são determináveis de antemão; dependem da configuração concreta das políticas. Custos e benefícios podem ser distribuídos de forma igual e equilibrada entre os grupos e setores da sociedade, do mesmo modo como as políticas também podem atender a interesses particulares e restritos. Os processos de conflito, de consenso e de coalizão podem se modificar conforme a configuração específica das políticas.

Para Souza (2006) as políticas redistributivas são políticas públicas que atingem um maior número de pessoas e também estabelece perdas no curto e longo prazo grupos sociais e são em geral política sociais universais.

Já para Secchi (2013, p.26) as políticas redistributivas são as que contemplam benefícios concentrados destinados a algumas categorias de atores, cujos custos findam recaindo sobre outras categorias de pessoas que terminam arcando com eles. Essa categoria de políticas, por atenderem uma classe de pessoas através de políticas sociais, acabam gerando grandes conflitos por envolver interesses múltiplos. Dentro dessa dinâmica, as arenas políticas redistributivas “formam duas elites, uma demandando que a política se efetive e outra lutando para que a política seja descartada.”

Para Souza (2006) as Políticas Constitutivas tratam dos procedimentos, normais que trata de pontos que vão gerar vetos e de apoio diferente entre seus atores envolvidos. Segundo Secchi (2013, p.26) as Políticas Constitutivas são responsáveis pela constituição das políticas envolvendo diversos atores (partidos políticos, Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário em que os “eleitores, os usuários das políticas públicas e cidadão comum) raramente se interessam por esse tipo de política, já que não tratam de prestação de serviços ou ações concretas do governo.”

De acordo com o mesmo autor (2013, p.26) “são aquelas políticas que definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas são chamadas *meta-polícies*, porque se encontram acima dos outros três tipos de políticas”.

Partindo da análise da tipologia apresentada por Teodoro Lowi, identificaremos e classificaremos as políticas públicas facilitando a escolha dos atores envolvidos em busca da melhor forma de se trabalhar a Política de Assistência Estudantil. E de acordo com os modelos conceituais apresentados pode-se classificar a Assistência Estudantil como sendo

Política Pública Redistributiva, pois, ela trata das políticas sociais, de como são empregadas e de qual o resultado efetivo dessa redistribuição. Assim, é o que espera com o resultado dessa pesquisa, ou seja, pretende-se saber como é que os alunos beneficiados com auxílios da Assistência Estudantil conseguiram atingir um dos seus objetivos finais que é a conclusão do curso.

1.4. Políticas Públicas de Assistência Estudantil

Referindo-se às políticas educacionais, elas começaram de modo embrionário, consagradas pelo artigo nº 129 da Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1937 que refere:

À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. (BRASIL, 1937).

De acordo com a referida CFB de 1937, constata-se que existe uma divisão de classes sociais, uma escola para os menos abastados e outra para os considerados oriundos de famílias com maiores posses financeiras. Essa divisão de valores já vinha de períodos anteriores; mesmo com discriminações de classes sociais, pelo que o Governo Federal se preocupou em proporcionar condições para que pessoas de baixa renda tivessem a oportunidade de ingressar no ensino público (e de boa qualidade), para que pudessem ascender tanto profissional, como socialmente, nos seus empregos.

O que para alguns educadores era considerado avanço democrático, para outros era discriminatório. Neste sentido, Piletti (1991, p.89) afirma que:

Para alguns educadores especialmente aqueles vinculados ao Estado Novo trata-se de um avanço democrático na medida em que o Estado se dispõe em dar assistência aos mais carentes da população; para outros, o mesmo preceito é discriminatório e antidemocrático. De dois tipos de educação: a das elites – ensino secundário e superior – e a destinada a classes populares – ensino primário e profissional.

Mesmo de modo tímido, o autor trata em seu texto da política social que o governo implantou no Estado Novo entre os anos 1937 e 1945. Esse é um tema debatido por alguns

estudiosos sobre políticas públicas bem como sua implementação por meio de ações governamentais o que tem sido um problema, pois nem sempre elas conseguem atingir seus objetivos.

Para Najberg e Barbosa (2006, p.35) “as vicissitudes da implementação de programas governamentais têm sido entendidas como uma das dimensões cruciais – senão a variável central – para a explicação do insucesso dos governos em atingir os objetivos estabelecidos no desenho de políticas públicas”. A mesma ideia é corroborada por Santos (2017, p.5) que afirma “Escolher o recorte da implementação parece ser crucial no entendimento do *locus* do processo político em sua completude, uma vez que consegue aglutinar as versões técnicas e a versão política da ação pública”.

Partindo do entendimento destes mesmos autores (2006, 2017) sobre as políticas públicas verificou-se que não é fácil a sua implementação, pois, vai depender de vários fatores como: projeto em si, implementação de ações, aplicabilidade até chegar nos resultados isso forma um “ciclo da política”.

Lima e D’Ascenzi (2013, p.103) realçam aqueles fatores ao afirmarem “as características do plano, a organização do aparato administrativo responsável pela implementação e as ideias, os valores e as concepções de mundo dos indivíduos”. De acordo com os autores, as variáveis poderão facilitar ou dificultar as decisões por parte dos gestores que são os que implementam as políticas públicas.

Para Santos (2017, p.5) é “necessário uma ruptura com a concepção de *policy cycle* como categoria de análise e avançar na construção de um debate mais complexo do processo de implementação.” Essa ruptura abre as possibilidades de reestruturações e reformulações na execução de políticas públicas.

É neste contexto que vai decorrer a investigação agora em causa, pois se pretende averiguar se houve/há condicionalismos na prática das Políticas Públicas de Assistência Estudantil e seu impacto nos alunos que estudaram no IFRO-CV, ingressados em 2016 e concluintes em 2018.

1.5. Contextualização do PNAES

O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES foi criado com o objetivo de atender aqueles alunos considerados com vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, de baixa renda, cujas repercussões poderiam estender-se à desistência de estudar. Assim,

pretende-se contribuir para que o aluno decida e venha estudar, mantenha-se em sala de aula e conclua o seu curso.

O PNAES surgiu timidamente na década de 30 do século passado, mais precisamente, por iniciativa do Governo de Getúlio Vargas, decorrente da Constituição Federal de 1934, sendo explícito em seu artigo nº 157 que “parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas”. Assim, neste contexto, a educação passou a ser reconhecida como direito a todos os cidadãos brasileiros, regulamentada pelo Estado.

O sistema educacional, com o passar do tempo, foi demandando outras necessidades e dentro destas se apresenta o interesse em dar uma melhor condição de valorização ao estudante, de assegurar uma melhor qualidade de rendimentos para prosseguir em seus estudos.

Essa necessidade precisa de atores que criem condições para que possam ser implementadas ações e com a Constituição de 1942, a Assistência Estudantil mais uma vez foi consagrada no seu artigo nº 172 em que se estabelece que “cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar”, a preocupação não era só atender a necessidade de estudar, mas também que se registrasse um resultado satisfatório dentro das salas de aula.

Mais recentemente na Constituição de 1988 consagrou-se o direito à educação como dever do Estado e da Família (Art. nº 205), e como princípio à igualdade de condições de acesso e permanência na escola (Art. nº 206). Esse processo todo vai culminar com o Decreto nº 7.234/2010. Anterior a este destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 20/12/96, que apresenta um dispositivo legal que ampara a Assistência Estudantil. Entre os quais se destacam:

Art. 3º – “O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, e ainda criou diretivas para diferentes níveis educacionais.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante garantia de: [...] VIII atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Assim a assistência estudantil de acordo com o Decreto nº 7.234/2010, tem seu foco no âmbito universal, que a educação é um direito de todos os cidadãos conforme a Constituição Federal de 1988. Para Cavalheiro (2013, p.96):

[...] sem perder de vista a busca pela universalidade de suas ações. Com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Art. nº 206, I, Constituição Federal), fica sob a responsabilidade do Estado não só garantir esse direito, mas também promover a igualdade do acesso e da permanência de todos os estudantes.

O PNAES nasceu com objetivo de desenvolver ações para atender os alunos em situação de vulnerabilidade social, auxiliando financeiramente com recursos da assistência estudantil, tendo como critérios de seleção: a renda *per capita* familiar, o fato de ser estudante da rede pública e uma análise socioeconômica. O PNAES é bem enfático ao dizer quais são os alunos que deverão ser atendidos, logo em seu artigo 5º do Decreto nº 7.234/2010: “Serão atendidos no âmbito do PNAES, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior”.

O PNAES veio com intuito de fazer com que aquele aluno oriundo de camada social de renda baixa que ingressou no ensino médio permaneça na escola até sua conclusão, que é um direito constitucional e também garantido pelo Decreto nº 7.234/2010, conforme artigo 2º são objetivos do PNAES e reforçado pelos objetivos do programa que são:

I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Apesar do artigo não tratar do técnico integrado ao Ensino Médio, assegurará no artigo 4º do mesmo Decreto que:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

O PNAES passou por várias evoluções até chegar no que está hoje instituído pela Portaria nº 39 de 2007, do Ministério de Educação em que “considerando a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem

como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal”. De acordo com os estudos, percebe-se que Assistência Estudantil é uma conquista social que ganhou destaque ao longo de um período que começa desde a década de 1930 até aos dias atuais.

Para Vasconcelos (2010) o PNAES é de fundamental importância e representa um marco histórico para a questão assistência estudantil, já que foi uma conquista de muitos esforços, envolveu vários atores (dirigentes, docentes, discentes), consolidou uma luta em torno da garantia a assistência estudantil enquanto direito social. Esse, sem dúvida, foi um marco importante para a concretização de mais uma conquista dos discentes, pois veio contribuir com o fortalecimento da democratização da educação.

Cavalheiro também compartilha a mesma visão de Vasconcelos sobre assistência estudantil ser um direito social e que segundo a autora (2013, p.32):

O que prevalece entre os autores é a afirmação da Assistência Estudantil como um direito social no plano da Educação pública; um esforço de enfrentar as desigualdades sociais sob a ótica da equidade, porém, onde permanecem, em sua maioria, ações focalizadas. No geral, os autores entendem que a finalidade do Programa Nacional de Assistência Estudantil é apoiar, através de recursos financeiros e/ou por meio de outros serviços que se mostrem necessários, os estudantes de baixa condição socioeconômica, afim de que possam permanecer no ensino acadêmico e melhorarem seu desempenho curricular, minimizando o percentual de abandono, trancamento de matrículas e evasão.

Ainda de acordo com Vasconcelos (2010, p.603) “A trajetória histórica da Assistência Estudantil no Brasil está conectada com a trajetória da política de Assistência Social, pois, ambas desapontam a partir dos movimentos sociais que lutaram pelo fim do regime militar e a promulgação da nova Constituição Federal”. Esse processo contínuo, em busca de uma maior democratização do ensino, busca minimizar as desigualdades sociais por meio dos auxílios estudantis. Ainda segundo a mesma autora (2010, p.614):

A implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil representou um marco histórico na área da Assistência Estudantil, pois foram anos de reivindicações dos diversos movimentos sociais para que essa temática tivesse uma atenção especial, uma vez que é sabido que os alunos de baixa condição socioeconômica acabam abandonando o curso em decorrência da insuficiência de recursos financeiros para sua manutenção como recurso de sobrevivência, abandonando, em alguns casos, em definitivo, a chance de qualificação profissional.

Apresentam-se na Tabela nº 1, abaixo, os diversos diplomas legais que contemplam esta temática:

Tabela 1 : Diplomas legais

| MARCO LEGAL | PONTOS DE DESTAQUE |
|--|--|
| Constituição Federal de 1988 | Consagra a educação como dever do Estado e da Família (art. 205, <i>caput</i>). Tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206). |
| Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20/12/96 | Dispositivo que amparam a Assistência Estudantil, entre os quais se destaca: Art. 3º – O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. |
| Decreto 7.234/2010 | Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil, ampliando suas ações e incluindo os Institutos Federais. |

Autor: investigador.

1.7 Programa de Assistência Estudantil do IFRO - CV

O Programa Nacional de Assistência Estudantil nasceu com o propósito de atender as instituições de ensino superior (IF) no âmbito do Ministério de Educação com “a finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior” (Decreto nº 7.234/2010, Art.1º).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFTS), instituídos pela Lei nº 11.892/2008 vinculados ao Ministério de Educação têm características e objetivos organizacionais e estruturas próprias. Os IFTS possuem natureza jurídica autárquica autônoma, com orçamento próprio para atender a demanda de despesas de custeio e de investimentos e são equiparados às universidades.

O Decreto nº 7.234/2010 estendeu o PNAES aos Institutos Federais de Educação conforme o artigo 4º:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Baseado neste Decreto 7.234/2010 o IFRO fez sua própria resolução onde elencou várias ações entre as quais se destacam: auxílio alimentação, transporte, moradia e bolsa colaborador, que essas ações vão precisar ser acompanhadas por uma equipe de pessoas capacitadas para poderem analisar a evolução desses alunos em sala de aula.

A partir desse Decreto a Assistência Estudantil começou a ganhar visibilidade, mesmo que timidamente no âmbito do IFRO, tendo sido a primeira resolução regulamentada após a implantação do IFRO pela Resolução nº 19/2011; aquela foi posteriormente revogada pela nº 33/CONSUP/2014.

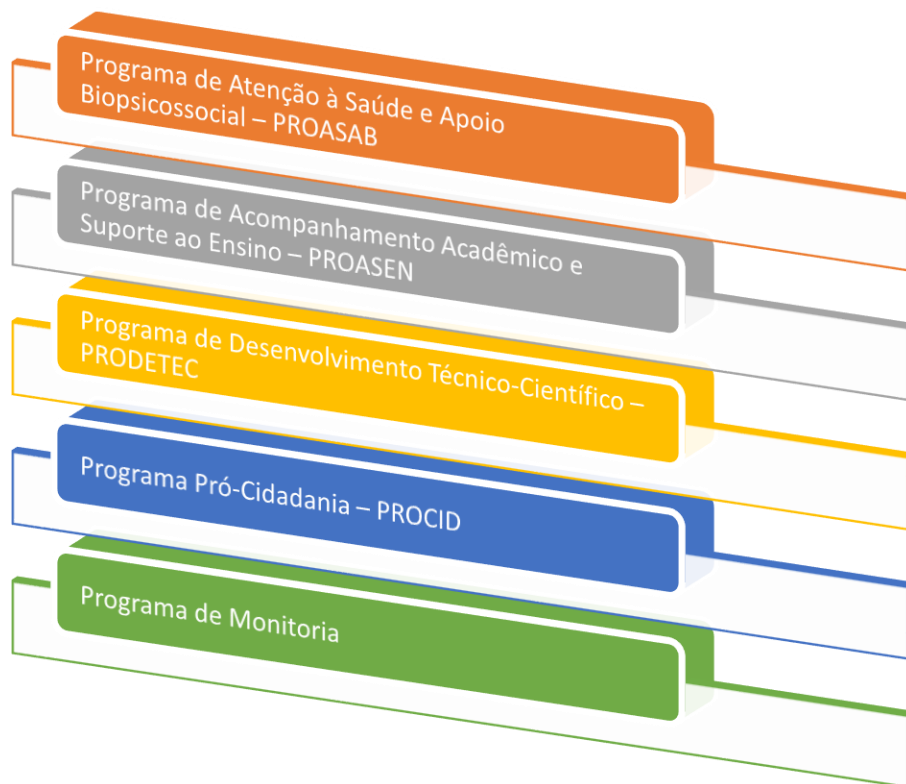
Referiu-se que começou timidamente porque ainda faltavam alguns profissionais para comporem a equipe multidisciplinar, e, assim, poder socializar a política de assistência estudantil, mas ela foi implementada.

As ações previstas da assistência estudantil no IFRO (aprovada pela Resolução nº 033/2014) contém vários programas, dentre eles: auxílio transporte, moradia, alimentação, entre outros. Esses visam atender os alunos dos Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio (Informática, Edificações e Eletromecânica) além dos cursos de graduação (Análise e Desenvolvimento de Sistema, Arquitetura e Matemática), mas um dos públicos alvo onde será colocada a ênfase da pesquisa é constituído pelos alunos dos terceiros anos dos Cursos Técnicos que recebem ou já receberam algum tipo de auxílio do PNAES.

Os Programas de Assistência Estudantil estão divididos em duas categorias: “atendimento universal e atendimento aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica” (Resolução nº 033/2014, p.5). Nessa mesma resolução foram estabelecidas cinco modalidades de benefícios para a primeira categoria.

Os Programas de Atendimento Universal têm como objetivo atender as necessidades básicas por meio de ações integradoras dos alunos matriculados nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. Essas ações desses programas de Assistência Estudantil são classificadas de acordo com a figura abaixo:

Figura 1: Programas de Assistência Estudantil Universal



Autor: investigador.

Os direitos sociais, abrangendo também a educação, passaram a ser universais com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, ao estabelecer que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art nº 205).

Assim podemos dizer que o Estado deve prover a todos seus cidadãos condições dignas para que eles possam manter a sua família sem depender do assistencialismo.

Desse modo, a Assistência Estudantil veio complementar, por meio de ações, uma pequena parcela de alunos considerada socioeconomicamente vulnerável, mas isso não significa que veio satisfazer plenamente as necessidades.

Para Reis (2016, p.34) “A vulnerabilidade social abarca pessoas que de alguma forma estão expostas à exclusão social, sendo, assim quando se fala em vulnerabilidade, geralmente, o termo liga à pobreza, no entanto não pode ser entendida apenas como tal.”

Cavalheiro (2012, p.90) afirma que “Ações de Assistência Estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade e oportunidades, contribuir para

melhoria do desempenho acadêmico e agir preventivamente as situações de retenção e evasão.”

Para Taufick (2013) a política de Assistência Estudantil constitui mais uma ação típica de assistência social, pois engloba outros benefícios acadêmicos como: culturais, esporte, lazer, dependendo da ação, conduzidos por valores ligados diretamente aos benefícios sociais. Segundo Lotta (2010, p.37) a “implementação de políticas públicas vem como resultado da interação entre atores no interior dos ambientes institucionais e relacionais presentes nas comunidades políticas.”

A Assistência Estudantil por meio de seus atores não tem medido esforços para prover condições de equiparação de oportunidades aos estudantes socioeconomicamente vulneráveis por meio dos auxílios, como vimos considerados um direito social amparado por lei. Vasconcelos (2010, p.8) afirma que:

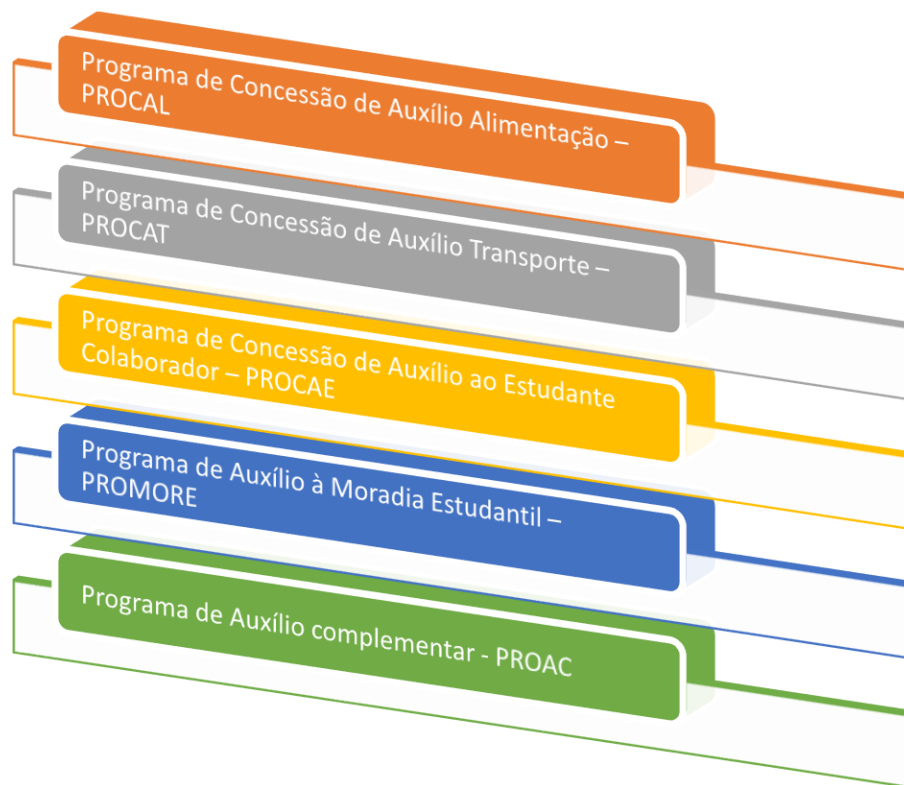
Assistência Estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico [...] e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula.

Em se tratando de instituição de ensino, a problemática da vulnerabilidade social se apresenta pelas dificuldades encontradas pelos estudantes em que a escola deve buscar soluções para pôr em prática ações que visem senão superar, pelo menos diminuir, proporcionando uma melhor perspectiva de vida escolar.

O IFRO-CV trabalha no sentido de minimizar por meio de programas de políticas públicas, garantindo recursos financeiros. Porém, não tenhamos ilusões, nem sempre o auxílio financeiro vai garantir a vinda e a permanência desse aluno na escola.

A Resolução nº 33/CONSUP/IFRO/2014, em seu artigo nº 23, descreve os cinco programas de atendimento aos alunos socioeconomicamente vulneráveis do IFRO-CV conforme esquematizado abaixo:

Figura 2: Programas de Assistência Estudantil a alunos sócio e economicamente vulneráveis



Autor: investigador.

Segundo Reis (2016, p.22) o problema que a população encontra é:

A questão do acesso ao ensino pela população que se encontra em dificuldades socioeconômicas parece ser vastamente discutida no Brasil, e talvez, por consequência desse empenho, instituiu-se uma política, primeiramente por meio da Portaria nº 39/2007 e consolidada, posteriormente, com a edição do Decreto nº 7.234/2010, que abrange as instituições federais com o objetivo de dar resposta a essa demanda social.

Ainda segundo a mesma autora (idem, 2016) existe uma busca constante no processo de democratização do ensino para poder reduzir as desigualdades socioeconômicas dos alunos financeiramente vulneráveis, e, que, por si só, se esse processo não se concretizar, é preciso buscar outros mecanismos que possibilitem a esse discente a permanência e a conclusão do curso.

Assim, podemos complementar que para que o estudante possa exercer a plenitude do seu desenvolvimento é necessário que a política de assistência estudantil possa ser mais efetiva, sendo implementada logo no início do ano letivo, através de processo seletivo para atender esses alunos socioeconômico vulneráveis.

Abramovay (2002, p.45) vai ainda mais longe ao afirmar que:

A vulnerabilidade atinge os trabalhadores em diversas dimensões, ou seja, dadas às referidas novas exigências do mercado, e heterogeneidade da produção contribuem para que este grupo enfrente maiores dificuldades baseadas na falta de instabilidade nos empregos, crescimento da informalidade e escassa abertura de novos postos de trabalho.

O problema ainda é maior porque não basta atender aquele aluno considerado na situação de vulnerabilidade socioeconômica, é preciso implantar outros mecanismos de políticas sociais mais efetivos, com a finalidade de atender os pais desses alunos que passam por dificuldades financeiras.

Como refere a autora Abramovay (2002, p 55 e 56) a este respeito:

A partir da associação da vulnerabilidade com a desigualdade social e a segregação juvenil, tem-se conseguido esclarecer cenários das complexas nuances da relação juventude e violência. Essa relação é percebida como o produto de dinâmicas sociais, pautadas por desigualdades de oportunidades, segregações, uma inserção deficitária na educação e no mercado de trabalho, de ausência de oportunidades de lazer, formação ética e cultural em valores de solidariedade e de cultura de paz e de distanciamento dos modelos que vinculam esforços a êxitos.

Rizzotti e Silva (2013) afirmam que a vulnerabilidade está vinculada à situação de exclusão social em detrimento do processo de produção de desigualdades sociais ou por mecanismos discriminatórios que historicamente alguns grupos são privilegiados detrimento de outros. Ainda de acordo com as autoras (2013, p.143):

A atual conjuntura capitalista (desigual, exploradora, devastadora etc.) leva à exclusão social dos cidadãos, por processos de produção e reprodução das desigualdades sociais ou discriminatórios e segregacionais. Desse modo, vigiar a vulnerabilidade enquanto aspecto social não é o mesmo que controlar pessoas vulneráveis. É preciso vigilância sobre as vulnerabilidades que atingem os cidadãos e não sobre as pessoas, vítimas de uma sociedade desigual e excludente.

Para Taufick (2013) os vários tipos de benefícios concebidos pelos Institutos Federais registraram aumento das suas ações, em relação ao que prevê o PNAES, com destaques para os benefícios sociais como: “auxílio uniforme e material didático”, considerados pontos importantes para Assistência Estudantil dos Institutos com destaque na atuação da educação básica.

As ações do Programa de Assistência Estudantil vieram justamente preencher uma lacuna criada pela desigualdade social, oportunizando esse aluno, por meio do auxílio estudantil, a conclusão de seu curso e quiçá almejar melhor condição social.

1.8 Implementação do Programa de Assistência Estudantil no IFRO - CV

A implementação do Programa de Assistência Estudantil teve como referencial o Decreto nº 7.234 de 2010, e foi a partir desse que o IFRO começou a se organizar para poder implantar seus Programas de Assistência Estudantil – PAE, o que só foi possível com a instituição da Resolução 033/2014. Este, no seu artigo 1º, inicia assim “têm como finalidade ampliar as condições de permanência e êxito no processo educativo do estudante devidamente matriculado nos Cursos Técnicos de nível médio e de graduação oferecidos em seus *campus*”. Logo uma das preocupações da Instituição é poder manter o alunado na escola.

A implementação da concessão de assistência estudantil por meio de auxílios e bolsa se concretiza a partir de uma análise socioeconômica realizada por assistente social lotado na Coordenação de Assistência ao Educando do *Campus*. De acordo com a Lei nº 8.662/93, os Assistentes Sociais são os únicos aptos a realizar esta avaliação, respaldados pelo artigo 4º inciso XI que assim determina “realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.”

Para Secchi (2013, p.57) a implementação é o momento em “que funções administrativas, como liderança e coordenação de ações são postos à prova” pois aqui entram os implementadores (equipe multidisciplinar) do *campus*, responsáveis pela seleção dos alunos contemplados com auxílios. Ora eles “devem ser capazes de entender elementos motivacionais dos atores envolvidos, os obstáculos técnicos e legais presentes, as deficiências organizativas, os conflitos potenciais entre executores e cooperação por parte dos destinatários.”

Para Taufick a implementação da Assistência Estudantil (2013, p.103) “é uma ação que demanda um acompanhamento muito próximo do aluno e das ações, sob risco de assistir precariamente os que dela necessitam e, ao invés de contribuir para a inclusão social, reforçar-se-á a dependência e a exclusão social”.

Assim, as políticas públicas de Assistência Estudantil devem estar articuladas com a comunidade, por meio de seus atores, no sentido de democratizar o processo de implementação junto daqueles alunos matriculados e frequentando regularmente a escola, atendendo prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.

Taufick (2013, p.106) em sua Tese de Doutorado sobre Avaliação da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais, verificou que todos os institutos possuem uma equipe multidisciplinar responsável pela gestão da Assistência Estudantil.

A responsabilidade pela gestão da Assistência Estudantil foi buscada para identificar a distribuição de tarefas e competências, a fim de que as ações não se percam na rotina da escola. Neste ponto, verificou-se que há uma gestão em rede em cada instituição, marcada pela existência de uma coordenação no nível de cada *campus*, formada por uma equipe multidisciplinar, responsável por levantar as necessidades do *campus*, promover o processo seletivo, conceder os benefícios e fazer o acompanhamento dos beneficiários, e uma direção geral – localizada na reitoria – a quem compete traçar as diretrizes da Política, distribuir os recursos e realizar a avaliação da Política e das ações.

Assim, uma das fases mais importantes do ciclo das políticas públicas é a implementação. Neste contexto, as ações de Assistência Estudantil visam atingir suas metas por meio de sua implementação com auxílios financeiros (recursos) àqueles alunos considerados socioeconômicos vulneráveis através de seus implementadores envolvidos no processo, como defende Taufick (2013, p.105):

O objetivo do recurso é contornar alguma dificuldade que atrapalhe a permanência do estudante na instituição, mas por si só não garante o aprendizado. É neste ponto que se sobressai a importância do apoio pedagógico ao estudante, oferecendo a oportunidade de ter acompanhamento com monitores e professores, identificando as causas do baixo rendimento e atuando diretamente sobre as mesmas.

Para Duarte (2015, p.52) “os recursos podem ser financeiros, humanos ou de outra natureza, desde que tenha como finalidade a intervenção a resolução do problema identificado.” Ainda o mesmo autor afirma que fase de implementação está considerada como *top-down* em que os dirigentes e governos têm o poder de controlar e de delegar responsabilidade, a assistência está enquadrada no *top-down*, porque os atores envolvidos na linha de frente podem colocar suas decisões já atribuídas por meio do Decreto nº 7.234/2010.

Para Lotta (2010) a fase de implementação é o momento em que colocam em prática as ações já definidas, pode ser concebida por duas formas, uma que vem de cima para baixo é designada por direção *top down*; ou reconstruir de baixo para cima, numa direção *bottom up*. A pesquisa revelará uma implementação *top down*, de cima para baixo, em que os atores apenas têm influência na sua implementação.

Borba (2013, p.47) separa os atores em dois grupos, primeiro como indivíduo e segundo em grupos, que eles realizam algum papel na arena política. Esses atores têm poder

de influenciar direta ou indiretamente as políticas públicas por meio de suas opiniões fazendo mobilização para reivindicar, com finalidade de “fazer problema, ser inserido na agenda governamental.” Ainda a mesma autora (2013, p.50) reforça que,

A sociedade civil se subdivide em categorias de atores nas quais se destacam os grupos de interesse, representados por indivíduos que se reúnem com o objetivo de conseguir recursos que lhes permitam influenciar as decisões públicas; os grupos de pressão, que se caracterizam pela união de indivíduos que buscam influenciar as decisões públicas; a mídia, que tem como função principal a difusão das informações e ser formadora de opinião, além de contribuir para o controle das atividades da administração pública; e os partidos políticos, que têm influência direta nas ações governamentais como representantes dos interesses da sociedade.

A implementação de políticas de Assistência Estudantil é feita por atores (indivíduos) que estão envolvidos com o processo e na linha de frente, em contato direto com os alunos. Podemos classificar nossos atores como indivíduos claramente comprometidos com atividades desenvolvidas no IFRO-CV, porque sem eles ficaria quase impossível o Programa de Assistência Estudantil atingir seus objetivos, isto é, contemplar os alunos oriundos de escolas públicas de educação básica, com renda familiar até um salário mínimo e meio¹.

Para Lotta (2010, p.31) “a implementação, portanto, é a causa para obter os resultados desejados”, nesse sentido as ações de Assistência Estudantil devem cumprir o programado pelo PNAES, onde não há espaço para discricionariedade. Para saber se os resultados foram esperados deve-se passar por um processo avaliativo.

O *Campus* deve garantir aos discentes acesso à informação sobre Políticas de Assistência Estudantil, tais como: período de inscrição, quais as ações do Programa de Assistência Estudantil que estão sendo ofertados, qual a documentação exigida para poder participar, efetuar a divulgação dos resultados para os alunos inscritos no edital de seleção.

Os estudantes do IFRO-CV para serem classificados na situação de vulnerabilidade socioeconômica são avaliados pelo assistente social, por meio de questionários, comprovante de renda, entrevistas, e, caso seja preciso confirmar dados, serão feitas visitas domiciliares para ver se estão enquadrados na situação anteriormente descrita. Caso seja considerado na situação de vulnerabilidade reclamada, passa a ser atendido de acordo com

¹ Um salário mínimo e meio equivale a R\$=1.497,00 (mil quatrocentos e noventa e sete reais) e de acordo Finance One, com a Cotação do Euro (4,27€) fora taxa de câmbio e Imposto sobre Operações Financeiras o que corresponde em Euros 358,58 (trezentos cinquenta e oito euros e cinquenta e oito centimos).

a disponibilidade de crédito orçamentário como: auxílio permanência, moradia e auxílio complementar.

1.8.1 Avaliação do Processo de Implementação

O processo de avaliação de políticas públicas pode ser dividido em duas etapas. Segundo Cavalcanti (2007, p.91) a primeira avaliação *ex-ante* serve para definir quais programas ou projetos e o mais propício para o momento para poder viabilizar a escolha, se viável, a sua implementação, “antes do início do programa ou avaliação de processo que ocorre durante o processo de implementação.”

Para Secchi (2013, p.51) a avaliação *ex-ante* busca possíveis alternativas de políticas públicas para resolver um problema público antes de sua implementação, assim poder contar com outras soluções possíveis caso a primeira não dê certo. Para isso a “disponibilidade de técnicas para construção e avaliação *ex-ante* de alternativas é notória, como também são notórios os custos e as dificuldades para realização desse tipo de tarefa.”

No processo avaliativo, antes da implementação dos vários Programas de Assistência, é importante averiguar quais ações são mais importantes naquele momento e como pretendem atingir seus objetivos.

Cavalcanti (2007, p.91) apresenta dois momentos de avaliação *ex-ante*: a primeira é avaliação inicial e a segunda “por se relacionar com a verificação dos resultados obtidos ao fim do processo, (...) a produção de informações acerca do sucesso ou fracasso de um programa, pode também ser vista como uma avaliação *ex-post* que ocorre no término do programa”.

Taufick (2013, p.102) afirma que “as avaliações *ex-post* são realizadas após a execução do programa e tem como finalidade comparar os resultados com os objetivos traçados.” Segundo Souza (2017, p.48) a avaliação poder ser:

Ex-post é realizada durante a execução de um programa ou ao seu final, quando as decisões passam a se basear nos resultados alcançados. Quando o programa está em execução, julga-se se ele deve continuar ou não, com base nos resultados obtidos até o momento. Se a resposta for positiva, avalia-se se deve manter a formulação original ou efetuar modificações, redirecionando os objetivos, propostas e atividades.

A etapa de avaliação final é uma etapa que gera um pouco de controvérsia por entre alguns autores, porque é na avaliação que vai poder aferir-se o que está sendo executado

no momento, e se está no caminho certo, caso contrário ainda há tempo de fazer as correções que se achar necessárias. No entendimento de Duarte existe uma polêmica na avaliação *ex post* (2015, p.71):

Quanto a esta etapa, existe alguma controvérsia na literatura das políticas públicas. Primeiro, porque mais do que uma etapa final a avaliação parece estar presente em quase todo o processo de formação das políticas. Em alguns casos são estudos de avaliação que estão na base da decisão e formulação de alternativas políticas, noutros a avaliação acontece sobretudo numa fase final, quando a medida é concretizada, tentando captar o impacto da mesma.

Entretanto, segundo Secchi (2013) existe uma terceira figura importante da avaliação que ocorre em todo o processo da implementação que é *in itinere* que serve para monitorar e poder avaliar e fazer os ajustes que são necessários imediatamente após descobrir alguma falha, ou seja, que não espera até o final do processo, fazendo um trabalho preventivo para que toda a implementação possa alcançar seus verdadeiros fins.

1.9 Financiamento do Programa de Assistência Estudantil

E para poder ser concretizado, o Auxílio Estudantil vai precisar de recursos financeiros respeitando o PNAES. Esses recursos estão assegurados pelo Decreto nº 7.234/2010 em seu artigo 8º que estabelece:

conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

Portanto, para que os recursos financeiros cheguem até ao seu destino final é preciso estar contemplado no orçamento na União que é uma política de governo, sendo de fundamental importância para a gestão de políticas públicas. É no orçamento público que figuram as principais ações que o Governo Federal executa, elencando suas principais prioridades. São nessas ações que consta uma rubrica específica para poder atender a Assistência Estudantil.

Os principais atores envolvidos na aprovação orçamentária são os do Poder Legislativo (deputados federais), e os valores que vão compor o orçamento a que se destinam as políticas públicas (que irão atender assistência estudantil) fazem parte do orçamento global da União Federativa Brasileira.

É no orçamento público que o Governo Federal prevê todas as suas receitas e despesas; suas receitas têm origem nos impostos federais, entres eles Imposto de Renda, Imposto sobre Produtos Industrializados, contribuição para financiamento da seguridade social, imposto de importação e exportação; já as suas despesas são cobertas com produtos da arrecadação.

O orçamento público é um documento aprovado por lei em que é determinado o que se pode gastar dentro do exercício corrente, ele é elaborado pela equipe econômica do Poder Executivo. Após estar pronto, é encaminhado ao Poder Legislativo para discussão e aprovação do texto; após ter sido aprovado, é convertido em Lei que servirá como uma importante ferramenta de gestão.

Nesse documento constam todas as receitas estimadas para o ano seguinte e despesas fixadas. E para que o ator não venha desvirtuar a proposta orçamentária, existe mecanismo de controle dos gastos públicos que estão definidos na Lei nº 4.320/64, Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orçamentária e os órgãos de controle.

A lei orçamentária anual é uma peça importante na atuação política do Governo na medida em que dele constam todos os programas e ações a serem desenvolvidos no ano seguinte. Dentro dessas ações encontra-se uma ação específica para atender o Programa Nacional de Assistência Estudantil “às contas dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação (Portaria 39/2007, Art. 5º e Decreto nº 7.234/2010, Art. 8º)”.

Como já visto, a pesquisa aborda Assistência Estudantil, sendo importante tratar neste ponto quanto à origem desses recursos que são oriundos de verbas públicas e por isso devem estar inseridas no orçamento anual para que cheguem aos alunos atendidos pelo PNAES “que são prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou renda per capita até um salário mínimo e meio” (Art. 5º do Decreto nº 7.234/2010).

Segundo Giacomini (2007) o orçamento público tem sofrido mudanças ao longo do tempo sempre buscando inovações para facilitar o seu entendimento, começando pelo conceito ele trata evolução histórica conceitual em duas fases orçamento tradicional e o moderno. Para o autor o orçamento tradicional surgiu como algo acabado, mesmo assim é considerada uma ferramenta importante para disciplinar as finanças públicas. Nesse sentido Giacomini (2007, p.65) afirma que “orçamento constitui-se numa fórmula eficaz de controle, pois colocava frente a frente as despesas e as receitas [...] o que permitia uma

verificação crítica mais rigorosa das despesas a serem custeadas com a receita proveniente desses impostos.”

Para o mesmo autor, orçamento é documento moderno, criado antes do final século XIX em que o Estado começou a intervir nas distorções apresentadas no sistema econômico, deixou de lado o tradicional, e começou a abandonar a neutralidade da fase do “*laissez-faire*”. Nessa nova fase orçamentária a “sua essência que os orçamentos públicos deveriam constituir-se em instrumentos de administração de forma a auxiliarem o Executivo nas várias etapas do processo administrativo: programação, execução e controle” (Giacomimi, 2007, p. 67).

Assim voltamos a frisar que a Lei Orçamentária anual contempla recursos que vão atender as necessidades do PNAES. O Decreto nº 7.234/2010 dispõe em seu artigo 8º que as despesas para custear este Programa correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao MEC. Este se incumbirá de transferir verbas aos Institutos Federais de Educação, ficando a cargo de cada instituição ver a melhor forma de não ferir a legislação orçamentária e financeira, assumindo o compromisso de distribuir criteriosamente esses recursos. As suas equipes multidisciplinares constituirão os atores responsáveis pela seleção dos alunos que serão beneficiados com os Programas de Assistência Estudantil.

Capítulo II – Metodologia

2. Introdução

Neste capítulo será apresentado o *design* da investigação, isto é, como foi desenvolvido o conjunto de procedimentos da investigação, a sua metodologia, expondo os procedimentos utilizados pelos principais autores que abordam sobre o processo de investigação científica. Ele focará o modo como se deu o recolhimento de dados para a pesquisa, bem como a caracterização da população alvo da pesquisa, os critérios de inclusão e exclusão, as abordagens aos pesquisados, quais os riscos e benefícios que a pesquisa trouxe.

Finalmente, apresentar-se-á a contextualização e caracterização da unidade de análise, o IFRO-CV.

2.5. *Design* da Investigação

A presente investigação, quanto aos procedimentos, foi iniciada e baseada em pesquisa bibliográfica. Marconi e Lakatos valorizam a pesquisa bibliográfica e a define assim (2011, p.57) “[...], abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográficos etc.”.

Gil (2010, p.29) consolida dizendo que é “elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”.

Já para Severino (2012, p.123) a pesquisa bibliográfica “é aquela que se realiza a partir de registro disponível, decorrentes de pesquisas anteriores, em documentos impressos.”

De acordo com os últimos autores, a investigação terá como suporte científico as fontes disponíveis: livros, artigos, dissertação, dados da *internet* e documentos. Também se utilizarão fontes próprias que são dados estatísticos da Instituição, a este respeito, dispostos nos relatórios, planilhas e outros documentos oficiais do *Campus*.

Atendendo ao Objetivo Geral foi utilizada a pesquisa descritiva, a qual tem como propósito retratar o máximo, possível, do que se está estudando, apresentando todas as suas características para, depois, analisar a relação entre as variáveis definidas durante um

período de tempo, nesse caso específico, de 2016 a 2018, precisamente no *Campus* Vilhena do IFRO.

A nossa intenção foi de “esclarecer quais fatores contribuem” e de acordo com o que defende o autor Vergara, (1998, p.42) para o sucesso ou insucesso dos alunos que concluíram o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, tendo eles recebido auxílio estudantil. Isso se explica com o planejamento conhecido como *ex post facto*, ou seja, pós-acontecimentos. Triviños (1987, p.55) reforça Vergara afirmando que os estudos “pretendem descrever "com exatidão" os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

Logo, segundo os autores, a pesquisa descritiva faz-se uso sempre que se pretender de uma forma mais neutra, investigar e relatar elementos fundamentais com o intuito de buscar um resultado. Assim, nosso objetivo de acordo Triviños e Vergara foi verificar, através da pesquisa, o que ocorreu com os alunos beneficiados pelo auxílio estudantil, no *Campus* Vilhena, se eles tiveram êxito ou não, na conclusão do curso, e se os benefícios recebidos foram suficientes.

Marconi e Lakatos (2006, p.274) estabelecem que um estudo de caso “refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos. Entretanto, é limitado, pois se restringe ao caso que estuda, ou seja, um único caso, não podendo ser generalizado. ”

Zanella, (2012, p.86) consolida essa afirmação explicando que “estudo de caso é uma forma de pesquisa que aborda com profundidade um ou poucos objetos de pesquisa, por isso tem grande profundidade”; e para Gil (2010, p.37) estudo de caso “é um estudo mais detalhado procurando se aprofundar nas informações que são valiosas para solucionar problemas por ser um estudo mais detalhado.” Assim, tem-se aqui um estudo de caso o qual foi tratado sobre a Política Pública de Assistência Estudantil no IFRO-CV.

Por se tratar de um estudo de caso que envolve discentes, a investigação exigiu do pesquisador mais cautela em relação ao público pesquisado. Assim sendo, o pesquisador esteve, em todo tempo da pesquisa, atento para não desvirtuar do foco da investigação, e para obter resultado satisfatório de acordo com o Projeto proposto.

Na investigação optou-se por empregar uma abordagem mista, isto é, qualitativa e quantitativa em simultâneo, por se entender que resultaria em melhor qualidade a análise final dos resultados da pesquisa.

Assim, utilizou-se análise qualitativa de documentação, e quantitativa de dados traduzidos em números. Recorrer-se-á à estatística simples para analisar os dados obtidos

através da aplicação prévia do questionário a alunos. Estas escolhas tiveram por base literatura apropriada. Segundo Zanella, a investigação qualitativa (2009, p.75) “pode ser definida como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados. [...] Esse tipo de análise tem por base conhecimento teórico empírico que permite atribuir-lhe cientificidade.”

Já a abordagem quantitativa, para Chizzotti (2006, p.29), “recorre à quantificação como única via de assegurar a validade de uma generalização”. Assim, foi possível quantificar os alunos que receberam auxílios, as ajudas financeiras e sua eficácia, pois segundo ainda o autor, só é possível chegar a resultados conclusivos “mediante verificações objetivas, amparadas em frequências estatísticas. ”

Segundo Nazareth (2005, p.6) “a estatística é uma ciência baseada na teoria das probabilidades, cujo principal objetivo é nos auxiliar a tirar as conclusões”. Dessa maneira poderá nos ajudar nas análises da pesquisa que, de acordo com a autora, só será possível “a partir de informações numéricas de uma amostra” no caso em estudo, logo após ter feito os levantamentos dos dados.

Os dados coletados no estudo com servidores foram analisados qualitativa e descritivamente. Já os dados recolhidos por respostas de escolha múltipla, no estudo com alunos, foram submetidos à análise quantitativa para se apurarem estatísticas; as respostas abertas foram depois sintetizadas e submetidas à análise qualitativa.

Os dados quantitativos foram alvo de estatística descritiva simples, apresentada sob a forma de gráficos, tabelas e quadros e acompanhada dos aspectos mais realçáveis, tendo-se usado folha de cálculo.

Após esta, foram feitas interpretações possíveis a fim de se determinar se a política de Assistência Estudantil do IFRO-CV atingiu ou não os objetivos inicialmente estabelecidos pelo Ministério da tutela, ou pela própria instituição de ensino, o IFRO-CV, e como os poderá melhorar, eventualmente.

2.6. Os instrumentos de Recolha de dados

Os instrumentos de obtenção de dados tiveram três naturezas que serão abordados cada um deles por sua vez, ou seja, a análise documental, inquéritos sob a forma de entrevistas a responsáveis e sob a forma de questionários a alunos.

2.2.1 Análise Documental

A análise documental se aplicou a documentos internos da instituição, alvo relacionados ao Plano Nacional de Assistência Estudantil tais como: Resoluções, Relatórios, Leis, Decretos, Portarias e demais registros que foram fornecidos pela Coordenação de Registro Acadêmico - CRA e pela Coordenação de Assistência ao Educando - CAED.

De acordo com Zanella (2009, p.22) “A pesquisa documental envolve a investigação em documentos internos [da organização] ou externos [governamentais, de organizações não-governamentais ou instituições de pesquisa, dentre outras]. É uma técnica utilizada tanto em pesquisa quantitativa como qualitativa”. Nessa mesma linha Vergara (2005, p. 48), afirma pesquisa documental “é realizada em documentos conservados em órgãos públicos e privados de qualquer natureza ou com pessoas”.

Para Gil (2010) ela tem muitos pontos em comum com a bibliográfica porque ambas utilizam dados já existentes e também não foge dos conceitos dos autores citados e reforça dizendo que os documentos mais utilizados são “documentos institucionais, mantidos em arquivos de empresas, órgãos públicos e outras organizações” (2010, p.31).

A análise documental surgiu para que a pesquisa fosse realizada, e teve como procedimento o levantamento de dados disponíveis junto aos setores do IFRO-CV. Segundo o mesmo autor (Gil, 2010, p. 121) “A consulta à fonte documental é imprescindível em qualquer estudo de caso”.

Assim, primeiro foi feito um levantamento na Coordenação de Registro Acadêmico do IFRO-CV, para saber o quantitativo de alunos ingressados nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, e quantos desses estão terminando o terceiro ano, no ano letivo de 2018. Num segundo passo, levantou-se junto à Coordenação de Assistência Estudantil IFRO-CV quantos alunos foram beneficiados com alguns dos auxílios já citados anteriormente, e, posteriormente, procederam-se às entrevistas e aplicação dos questionários.

2.2.2 Inquéritos – Entrevista

O segundo instrumento foi a aplicação de inquéritos por via de entrevista a responsáveis envolvidos com a temática da pesquisa.

Para (Marconi e Lakatos, 2011, p.86), a entrevista “é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

O guião de entrevista destinado aos responsáveis, elaborado por nós, era constituído por perguntas de resposta aberta (ver Apêndices C e D). Não se viu necessidade de averiguar os dados biográficos dos servidores, uma vez que a finalidade é investigar o Programa de Assistência a Alunos e para isso não influenciava a sua condição individual, social e profissional. Interessou-nos sim saber a opinião destes responsáveis relativamente ao PNAES e sua eficácia.

Antes de ser aplicado ao público selecionado, o guião foi respondido por cinco técnicos administrativos não pertencente ao público alvo final, com o objetivo identificar possíveis problemas de redação do instrumento, isto constituiu o pré-teste. Assim, foram detectados problemas em três questões e foram feitos ajustes necessários para sanar os problemas de redação apresentados inicialmente; depois recorreu-se à sua apreciação por uma professora de Português do Brasil, com o objetivo de corrigir eventuais erros de construção de linguagem.

Para além disso, foram respeitadas as questões éticas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver TCLE no Apêndice C) antecipadamente assinado pelos pesquisados, além da submissão prévia de um exemplar, juntamente com o presente Projeto, ao Comitê de Ética do IFRO, na Plataforma Brasil.

Posteriormente, houve contato direto com os servidores pesquisados explicando o objetivo da investigação e após sua concordância em participar, o guião de entrevista foi-lhes encaminhado *via e-mail*, durante o mês de julho de 2018, o qual puderam responder sem qualquer interferência dos investigadores.

2.2.3 Inquéritos – Questionários

O terceiro instrumento de recolhimento foi também o inquérito por via de aplicação de questionários aos alunos beneficiados do PNAES do IFRO-CV, no período de 2016 - 2018.

Para Zanella (2009) o questionário é um instrumento de coleta de informações, que pode atingir um número maior de pessoas e pode ser feito por meio digital. Vergara (1998) complementa também enfatizando a relevância do questionário para coleta de

dados.

Baseados nesta literatura, construiu-se o questionário contendo perguntas adaptadas dos trabalhos realizados por Reis (2016), Souza (2017) e Feres & Patrão (2009), destinado aos alunos beneficiários do PNAES e que se encontra no (Apêndice E). Ele é constituído por três partes:

- uma destinada a obter dados biográficos,
- uma segunda constituída por perguntas de resposta múltipla e
- uma questão de resposta aberta para que os mesmos pudessem responder dando a sua real opinião sem interferência externa.

Foram também aqui observadas as questões éticas no Termo de Assentimento de Livre e Esclarecido (Apêndice A) assinado pelos pesquisados. Obteve-se consentimento dos responsáveis por meio Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE no Apêndice B). De igual modo, informamos os alunos que, antes de iniciar a pesquisa, um exemplar do questionário e do Projeto foi submetido ao Comitê de Ética do IFRO, na Plataforma Brasil para aprovação, o que veio a acontecer durante o mês de agosto de 2018, após quatro submissões, por meio do Parecer Consubstanciado nº 2.764.562 de 10 de julho de 2018.

Para que os alunos inquiridos pudessem responder ao respectivo questionário, foi-lhes previamente enviado via *e-mail* o *link* para o seu preenchimento. No sentido de facilitar e agilizar as suas respostas, foram-lhes disponibilizados computadores individuais no laboratório de informática do IFRO-CV. No entanto, foram informados que, se alguém pretendesse, poderia optar por responder ao questionário sozinho, em ambiente, dia e horário que lhes fosse mais conveniente, conforme definido em regulamentação oficial. O questionário ficou disponível em arquivo do *Google forms* e o pesquisado não precisou se identificar, mantendo o sigilo conforme indicado.

Aos participantes foram dadas todas as informações referentes aos critérios a que os mesmos seriam submetidos no decorrer da pesquisa. A realização da mesma é de total responsabilidade dos pesquisadores, valendo ressaltar que, por questões éticas, haverá total sigilo, e que no próprio TALE e TCLE se encontravam todas essas informações.

De acordo com a lei e procedimentos legais do Brasil, os questionários aplicados no *Google Forms*, aos alunos, estão armazenados em *pen drive* e ficarão arquivados por três anos. Após esse período, o *pen drive* será formatado, já os questionários aplicados aos getores: Diretor Geral e Coordenadores, Diretor de Ensino e Assistente Social serão

armazenados em caixa arquivo e guardados para resguardar sigilo, bem como a imagem dos entrevistados pelo mesmo período de três anos, transcorrido tal tempo, os questionários serão incinerados.

2.7. Caracterização das populações alvo

A investigação envolveu dois estudos, um efetuado com um grupo de servidores e outro com alunos, como já foi referido.

O primeiro grupo constituído por sete servidores responsáveis pela implementação dos Programas de Assistência Estudantil no IFRO-CV, sendo cinco professores e dois técnicos administrativos, todos eles pertencentes ao quadro de funcionários do Instituto.

O segundo grupo constituído por 56 alunos dos Cursos Técnicos Edificações, Eletromecânica e Informática Integrados ao Ensino do Médio, do IFRO-CV que foram beneficiados com algum tipo de auxílio, no período letivo de 2016 a 2018.

Resumidamente, e relembrando os objetivos do estudo com servidores que ficaram tão no início deste trabalho, era verificar o seu entendimento sobre a aplicação do Plano de Assistência Estudantil no IFRO-CV.

Já o estudo com alunos teve por finalidade averiguar se os auxílios recebidos foram impactantes para a continuação e conclusão do curso.

2.7.1. Estudo com Servidores

Para que possa ser implementado o Programa Nacional de Assistência Estudantil precisa de pessoas que são os atores envolvidos na base do processo e, geralmente, têm conhecimento e experiência adquirida ao longo de vários anos, sobre as diversas ações das políticas desta natureza.

Os atores envolvidos na implementação de políticas públicas são profissionais de diversas áreas de atuação que estão diretamente mais próximos dos alunos como coordenadores dos cursos, diretor de ensino entre outros, devido às funções que exercem, mas também pela responsabilidade no processo, pois constituem a equipe multidisciplinar com papel ativo no *Campus* para poder atender o já tão abordado Decreto nº 7.234/2010. Partindo de conceitos de alguns autores citados no referencial teórico, entre os quais Secchi (2013), podemos inserir esse modelo na categoria de *Top-Down*.

Atendendo à natureza da pesquisa, o público alvo do estudo com servidores efetivos do *Campus-CV* distribuiu-se conforme descrito na Tabela 2 a seguir. Neste caso específico, o universo de responsáveis que nos interessava investigar e os inquiridos constituem o mesmo número de indivíduos.

Tabela 2 : Distribuição dos inquiridos pelas funções e responsabilidades

| Função exercida | Número de inquiridos e sigla de identificação |
|---|--|
| Coordenador do Curso Técnico Edificação | D1 |
| Coordenador do Curso Técnico Eletromecânica | D2 |
| Coordenador do Curso Técnico Informática | C1 |
| Diretor Geral | C2 |
| Diretor de Ensino | C3 |
| Coordenador de Assistência ao Educando | C4 |
| Assistente Social | A1 |
| Total | 7 |

Autor: investigador.

2.7.2. Estudo com Alunos

A presente pesquisa envolveu apenas os alunos beneficiados com algum dos Programas de Assistência Estudantil dos terceiros anos dos Cursos Técnicos, distribuídos como descrito na seguinte tabela 3.

Tabela 3: Distribuição dos Alunos pelos cursos

| Curso | Nº Total de Alunos (N) | Nº Alunos Carenciados (N) |
|---|------------------------|---------------------------|
| Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio | 26 | 22 |
| Técnico em Eletromecânica Integrado ao Ensino Médio | 10 | 10 |
| Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio | 20 | 16 |
| Totais | 56 | 48 |

Autor: investigador.

2.7.3. Critérios de Inclusão e Exclusão dos públicos

Os servidores que participaram da pesquisa são os que estão diretamente envolvidos na implementação de políticas de Assistência Estudantil, tal como já foi referido, tendo sido excluídos os demais servidores.

Já os alunos incluídos, nesta pesquisa, foram os dos terceiros anos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio que recebem ou que já receberam algum tipo de auxílio estudantil do PNAES, concluintes em 2018; logo foram excluídos da pesquisa todos os alunos do mesmo ano e cursos, acima citados, que não receberam qualquer tipo de auxílio estudantil.

2.7.4. Riscos e Benefícios

Quanto aos riscos que eventualmente possam ser associados aos participantes, estes estarão sujeitos a terem as informações vazadas e de sofrerem algum tipo de constrangimento, nervosismo e ansiedade. No entanto, para que isto seja minimizado foi realizada uma palestra, bem como, foram oferecidas orientações (em grupo ou individual) quanto ao preenchimento do questionário e o pesquisador esteve distante, mas à disposição, a qualquer momento da pesquisa, para eventuais esclarecimentos.

Em relação aos benefícios advindos da participação dos alunos, ir-se-á apurar se os subsídios que lhes são atribuídos contribuíram ou não para a sua permanência e êxito acadêmico. Caso se perceba que afinal não foram suficientes, tentar-se-á sugerir junto da administração, a sua remodelação para algo mais eficaz.

Por conseguinte, pode se afirmar que esta investigação servirá como base de trabalho para a melhoria interna da Política do PNAES na instituição visada.

2.8. Contextualização e Localização da Instituição Alvo de Estudo

A origem da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia situa-se na criação das primeiras quatro escolas de aprendizes de artífices, por Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, quando presidente do Estado do Rio de Janeiro, sendo três escolas destinadas ao ensino de ofícios manufatureiros e uma ao ensino agrícola.

Tabela 4: Relação de escolas de aprendizes artífices no Estado do Rio de Janeiro

| NOME DAS ESCOLAS | CIDADE | ESTADO |
|---|----------------|--------|
| Escola de Aprendizes Artífices de Campos dos Goytacazes | Goytacazes | RJ |
| Escola de Aprendizes Artífices de Petrópolis | Petrópolis | RJ |
| Escola de Aprendizes Artífices de Niterói | Niterói | RJ |
| Escola de Aprendizes Artífices Agrícola de Paraíba do Sul | Paraíba do Sul | RJ |

Fonte: adaptado pelo investigador a partir de Fonseca (1986, p. 174).

Em dezembro de 1906, o Governo Federal cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Essa secretaria tinha força de Ministério e apesar de ela tratar de vários assuntos relativos à agricultura e à indústria animal, tratava também do ensino agrícola, bem como do ensino profissional. Esse Decreto nº 1606 de 29 de dezembro de 1906, começa mesmo de forma incipiente, dando destaque ao ensino agrícola e ao profissional e, ao mesmo tempo regulamentando-o. E, ao falarmos sobre a educação profissional não poderíamos deixar de fora a iniciativa do Governo Federal que, logo em seguida criou as dezenove escolas de aprendizes e artífices “[..]destinadas a oferecer o ensino primário gratuito para os desvalidos, focadas na desalfabetização e no ensino prático para o trabalho em oficinas, tais escolas voltam-se para as necessidades da demanda de trabalhadores locais (Gallindo, 2013, p.49).

Oficialmente a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica ocorreu quando assumiu a Presidência da República Nilo Peçanha, com o falecimento de Afonso Pena em 1909. No mesmo ano em 23 de setembro, assinava o Decreto nº 7.566, que criou e implantou dezenove escolas de aprendizes de artífices, em diferentes estados.

Essas estavam sob comando do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio pela manutenção e sua incumbência era restrita ao ensino profissional.

Apesar de as escolas terem sido criadas em 1909, foram inauguradas ao longo do ano de 1910, conforme as seguintes datas na tabela abaixo:

Tabela 5: Relação das dezenove escolas de aprendizes de artífices

| D/M/A | NOME DAS ESCOLAS | CIDADE | ESTADO |
|--------------|--|----------------|---------------|
| 01/01/1910 | A Escola de Aprendizes Artífices do Piauí | Teresina | PI |
| 01/01/1910 | A Escola de Aprendizes Artífices de Goiás | Goiânia | GO |
| 01/01/1910 | A Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso | Cuiabá | MT |
| 03/01/1910 | A Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande Norte | Natal | RN |
| 06/01/1910 | A Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba | João Pessoa | PA |
| 16/01/1910 | A Escola de Aprendizes Artífices do Maranhão | São Luís | MA |
| 16/01/1910 | A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná | Curitiba | PR |
| 21/01/1910 | A Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas | Maceió | AL |
| 23/01/1910 | A Escola de Aprendizes Artífices de Campos | Campos | RJ |
| 16/02/1910 | A Escola de Aprendizes Artífices do Pernambuco | Recife | PE |
| 24/02/1910 | A Escola de Aprendizes Artífices do Estado do Espírito Santo | Vitória | ES |
| 24/02/1910 | A Escola de Aprendizes Artífices do Estado de São Paulo | São Paulo | SP |
| 01/05/1910 | A Escola de Aprendizes Artífices do Sergipe | Aracajú | PI |
| 24/05/1910 | A Escola de Aprendizes Artífices do Ceará | Fortaleza | CE |
| 02/06/1910 | A Escola de Aprendizes Artífices | Salvador | BA |
| 01/08/1910 | A Escola de Aprendizes Artífices do Pará | Belém | PA |
| 01/09/1910 | A Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina | Florianópolis | RS |
| 08/09/1910 | A Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais | Belo Horizonte | BH |
| 01/10/1910 | Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas | Manaus | AM |

Fonte: adaptado pelo investigador a partir de Fonseca (1986, p. 181).

A implantação das dezenove escolas foi gradativa, através dos decretos, leis, portarias e regulamento, até que as mesmas entraram definitivamente em funcionamento. Após a criação e a implantação dessas escolas, a educação profissional no país ficou mais evidenciada, pois, um dos seus objetivos iniciais, segundo (Cunha, 2005, p.63) era:

[...] a finalidade dessas escolas era formação de operários e contramestres, mediante ensino prático e conhecimento técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício, em ‘oficinas de trabalho manual ou mecânico que fossem mais convenientes e necessários ao estado em funcionar a escola, consultadas, quando possível, as especialidades das indústrias locais.

Alguns dos estados foram contemplados com instalações das escolas de aprendizes de artífices mais por razões políticas do que necessariamente devido ao processo de industrialização que estava em ascensão nos estados do sudeste e sul. Isso teve impacto direto no desenvolvimento das escolas. Assim, segundo o mesmo autor (2005, pp, 71 e 72) tiveram que alterar seus cronogramas, por estar:

(...) fora dos centros de desenvolvimento industrial, as escolas de aprendizes de artífices procuravam ajustar-se ao mercado ensinando ofícios artesanais para os quais havia mestres no local e oportunidade de trabalho para os egressos. Assim, se o dimensionamento do sistema e a localização as escolas de aprendizes artificies mostraram-se inadequados aos propósitos de incentivar a industrialização pela formação profissional sistemática da força trabalho, a escolha dos ofícios a serem ensinados revelou um esforço de ajustamento aos mercados de trabalho, mais artesanais do que propriamente manufatureiros, atenuando os efeitos negativos do dimensionamento e da localização do sistema.

Na implantação das Escolas de Aprendizes Artífices, apesar de ter sido fato importante para a época, houve também um cunho político. O famoso “toma lá dá cá”. Assim, muitos estados brasileiros conseguiram sua instalação, mas não possuíam um parque industrial que demandasse tal necessidade, foi por escolha meramente política, conforme cita (Manfredi, 2002, p. 83):

A localização das escolas obedeceu mais a um critério político do que econômico, pois foram instituídas nas capitais dos estados, embora, na época, poucas capitais contassem com um parque industrial desenvolvido e os estados tivessem suas atividades manufatureiras concentradas em outras cidades. As escolas constituíram eficiente mecanismo de “presença” e de barganhas política do governo federal, nos Estados, junto às oligarquias locais.

A Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937 alterou o nome do Ministério da Educação e Saúde Pública para Ministério da Educação e Saúde, tendo havido outras mudanças significativas na educação profissional. Transformou-se “A Escola Normal de Artes e Offícios Wenceslão Braz e as escolas de aprendizes artífices, mantidas pela União”, em Lyceus ficando assim consignada a propagação do ensino profissional em todo o país. Mais precisamente, com esta lei começa a primeira alteração do sistema educacional profissional brasileiro que vai resultar na criação dos Institutos Federais de Educação.

Foi no governo do Presidente Getúlio Vargas, por meio de seu Ministro da Educação, que o ensino profissional aos poucos se foi transformando, através de leis, e ganhando força junto à população carente e que almejava um ensino de qualidade. Naquele período o Brasil vivia um momento político e econômico especial devido à existência de Guerra na Europa. Para Fonseca (1986, p.230) o “Brasil atravessa uma época em que era grande atenção do Governo pelo problema do ensino industrial.”

Assim, no Governo Getúlio de Vargas ocorreu a segunda transformação na educação profissional. A primeira deu-se com as Escolas de Aprendizes e Artífices criadas em 1909 e transformadas em Liceus Profissionais em 1937. A segunda foi com o Ministro Gustavo Capanema buscando readequar e inovando o sistema educacional profissional através do Decreto Lei nº 4.127 de 1942:

Art. 1º A rede federal de estabelecimentos de ensino industrial será constituída de: a) escolas técnicas; b) escolas industriais; c) escolas artesanais; d) escolas de aprendizagem.

Art. 2º O presente Decreto-Lei dispõe sobre as escolas técnicas e as escolas industriais federais, incluídas na administração do Ministério da Educação.

Parágrafo único. Disposições legislativas especiais regerão a matéria atinente à instituição e constituição das escolas artesanais mantidas sob a responsabilidade da União, e das escolas de aprendizagem dos estabelecimentos industriais federais.

Nesse mesmo Decreto-Lei instituíram-se 11 escolas técnicas: Manaus, São Luiz, Recife, Salvador, Vitória, Niterói, São Paulo, Curitiba, Pelotas, Belo Horizonte e Goiânia e também mais treze escolas industriais federais: Belém, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracajú, Salvador, Campos, São Paulo, Florianópolis, Belo horizonte e Cuiabá.

A reforma de Francisco Campos foi impactante para a época, mexeu com toda a estrutura do ensino educacional no Brasil, tanto que foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, o que chamou a atenção dos educadores porque até então não havia um Ministério que contemplasse especificamente a educação.

Foi com o Ministro Gustavo Capanema que se iniciaram as reformas, especificamente, no Ensino Técnico Profissional, através dos Decretos Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, Decreto Lei nº 4048, de 22 de janeiro de 1942, Decreto Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942 e o Decreto Lei nº 6.141 de 1943. Com esses Decretos-Leis o ensino técnico começou a se estruturar de forma organizada em ciclos pedagógicos, atendendo à demanda de mão de obra que o Brasil necessitava para o momento. Para Romanelli (1989, p.155):

Este é o aspecto de indiscutível valor da história do ensino profissional, pois revela a preocupação do Governo de engajar as indústrias na qualificação de seu pessoal, além de obrigá-las a colaborar com a sociedade na educação de seus membros. Esse fato decorreu da impossibilidade de o sistema de ensino oferecer a educação profissional de que carecia à indústria e da impossibilidade de o Estado alocar recursos para equipá-lo adequadamente.

Apesar das reformas implementadas por Capanema na educação, a dualidade do ensino ainda permaneceu para Acácia (2000, p.12) “era bem demarcada, portanto, a trajetória educacional dos que iriam desempenhar as funções intelectuais ou instrumentais, em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas delimitava claramente a divisão social e técnica do trabalho”.

A divisão de classe não é novidade, pois já vinha desde o tempo do Império, em que aos “órfãos e desvalidos da sorte” o ensino estava voltado para o setor produtivo, fazendo o serviço considerado pesado. Assim, o Ensino, de modo geral, já vinha de outros Governos com rótulos de “elitista” e permaneceu nas reformas emplacadas pelo Ministro da Educação Francisco Campos, em um período em que acontecia deslocamento das pessoas das zonas rurais para a zona urbana, popularmente conhecido como migração, dando início a um problema social, que até então o Governo não tinha previsto, esta nova invasão das cidades por populações que se deslocavam dos campos, como refere Romanelli, (1989, p.136):

De fato, para um contexto social que começa a despertar para os problemas do desenvolvimento urbano e da educação numa sociedade cuja maioria vivia na zona rural e era analfabeta e numa época em que a população da zona urbana ainda não era totalmente atingida, nem à qual havia sido elaborado um currículo assim tão vasto.

Essa massa oriunda da zona rural produziu um desequilíbrio nos grandes centros urbanos, que não estavam preparados para atender esse efetivo populacional que também

demandaria maior número de Romanelli afirma (1989, p.72) afirma “Isso demonstra que paralelamente ao aumento da população, ocorreu uma acentuada concentração populacional da zona urbana, com consequente aumento da demanda efetiva de educação escolarizada”. O país passava por um novo modelo econômico que vinha do capitalismo gerado pelos setores primários, principalmente da agricultura e pecuária, para um modelo de capitalismo industrial. Para Romanelli (1989, p.59) esse movimento migratório demandava novas exigências educacionais e com a

[...] intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a Revolução de 30 acabou por representar, determinou consequentemente o aparecimento de novas exigências educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população, nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e em função disso, a ação do próprio Estado.

Em 1959, no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, o ensino técnico foi unificado em todo o território nacional e a todas as escolas da rede de ensino foi acrescida a palavra federal, ou seja, as escolas agrotécnicas passaram a se chamar escolas agrotécnicas federais e, isso só foi possível através da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e regulamentada pelo Decreto nº 47.038 de 16 de outubro de 1959, assim como as demais escolas industriais.

Os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) tiveram sua origem nas Escolas Técnicas Federais e nas Escolas Agrotécnicas Federais, através da Lei nº 6.545, de 30 junho de 1978 e regulamentada pelo do Decreto nº 87.310, de 21 de junho de 1982, bem como a Lei nº 8.670 de 30 de junho de 1993. Os CEFETs tiveram sua implantação gradativa obedecida aos critérios estabelecidos através processo de avaliação de desempenho pelo Ministério da Educação e do Desporto. Um dos pontos que se levou em conta para a criação foram as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada Centro, bem como a existência de previsão orçamentária para fazer face às despesas dos custos recorrentes.

As primeiras escolas a serem transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica foram as Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais; do Paraná na cidade Curitiba e na Cidade do Rio de Janeiro Escola Celso Suckow da Fonseca. Essas foram as escolas pioneiras na implantação de

Ensino Superior de Nível Tecnológico, isso só foi possível devido a uma demanda de mercado emergente.

O processo de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia foi se constituindo ao longo de décadas até chegar no atual estágio que se encontra hoje. Sua criação ocorreu em 2008, com a Lei nº 11.892, vinculada ao Ministério de Educação. Essa mesma Lei encampou várias escolas, técnicas, agrotécnicas e CEFETs que passaram a fazer parte da rede sobre uma nova roupagem de Institutos Federais (IF) de Educação, Ciência e Tecnologia e que possuem autonomia de abertura de novos cursos técnicos profissionalizantes e tecnólogos; e com autonomia financeira e administrativa. Os Institutos Federais tiveram amplo crescimento e está em todos os Estados brasileiros. Os IF's vieram com uma abordagem diferente “de promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão” (Lei nº 11.892, inciso III, do Art. 6º).

Para Taufick (2013) a expansão da Rede Federal trouxe outros elementos novos, antes as instituições federais tinham organização e administração própria e passaram a ser partes integrantes de uma instituição maior com várias unidades e com uma reitoria centralizada que comanda todos os demais *campus*. Nesse novo padrão, os gestores tiveram que aprender a lidar com essa nova realidade. O que era decidido localmente passou a ser decidido em uma instância superior.

2.4.1 Origem do IFRO

Por meio da Lei nº 8.670 de 30 de junho de 1993, foram criadas várias Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, entre essas estão Escolas Técnicas Federais: Porto Velho - RO, Rolim de Moura – RO e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste – RO, estavam subordinadas ao Ministério da Educação e do Desporto. Porém o Projeto da Escola Técnica de Rolim de Moura não foi concretizado.

Mediante a Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007 transformou a Escola Técnica Federal de Porto Velho-RO na Escola Técnica Federal de Rondônia com sede no Município de Porto Velho. Essa escola deu apoio inicial aos trabalhos de implantação do IFRO.

O IFRO foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

2.4.2 IFRO - *Campus* Vilhena

O *Campus* de Vilhena do IFRO foi criado através da Portaria nº 4 de 6 de janeiro de 2009, do Ministério de Educação, atendendo ao disposto no § 5º do artigo 5º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que em seu artigo 1º refere “Estabelecer a relação dos *campi* que passarão a compor cada um dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”. Foi dada autorização para início das atividades pela Portaria nº 1.170, de 21 de setembro de 2010 do Ministério de Educação.

Os primeiros cursos implantados foram os de Técnicos subsequente em Edificações, Eletromecânica e Informática, com duração de dois anos para os alunos concluintes do Ensino Médio. Em 2011, com a proposta de ampliação, a instituição implantou os Cursos Técnicos de Edificações, Eletromecânica e Informática integrados ao Ensino Médio, no período diurno com duração de quatro anos. Desde então, vem oferecendo vagas nos cursos técnicos e formando alunos com conhecimento e expectativa de futuros promissores.

Porém, através da Resolução de nº 16/2014/CONSUP/IFRO de 15 de maio de 2014, houve mudança na duração de quatro para três anos, nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. Isso devido à demanda dos alunos com a necessidade de ingressar em uma faculdade e também porque alunos vindos das escolas públicas não estavam querendo ingressar no Instituto devido a demora para concluir o Ensino Médio.

Isso fez com que a Direção do *campus* tomasse a iniciativa da redução dos 4 (quatro) para os 3 (três) anos.

O *Campus* de Vilhena, atualmente, oferta os cursos presenciais de:

- Técnico Informática Integrado ao nível médio,
- Técnico Eletromecânica Integrado ao nível médio,
- Técnico Edificações Integrado ao nível médio,
- Licenciatura em Matemática;
- Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistema (ADS) e
- Arquitetura e Urbanismo.

2.4.3 Estado de Rondônia

A formação do Estado de Rondônia começa com o Tratado de Tordesilhas em 1494, pois os limites atuais pertenciam à Coroa Espanhola.

A sua ocupação começa no Século XVIII com a chegada dos Bandeirantes no Vale do Guaporé e com a criação da Capitania do Mato Grosso e do Grão-Pará. Seus domínios se encontravam na Cachoeira Santo Antônio, posteriormente foi criada a Capitania de São José desmembrada da Capitania Grão-Pará, (Oliveira, 2005).

Os Bandeirantes vieram em busca de ouro e pedras preciosas e foi nessa época, em 1877, que se deu o início da Construção do Forte Príncipe da Beira na margem do Rio Guaporé conhecido nacionalmente.

O Estado de Rondônia passou por algumas evoluções administrativas, em 1943 se chamava Território Federal do Guaporé e em 17 de fevereiro de 1956 se transformou em Território Federal de Rondônia.

Quando em 1981 foi criado o Estado de Rondônia pela Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro. Sua instalação ocorreu em 04 de janeiro de 1982. Com a criação e instalação o Estado foi dividido em 13 municípios. Atualmente, o Estado de Rondônia possui 52 municípios. Rondônia está na Região Norte do Brasil e faz divisa com os Estados do Amazônia, Acre, Mato Grosso e com o país vizinho Bolívia.

Segundo Oliveira (2005), a ocupação territorial rondoniense pode ser dividida em etapas:

1. 1877 a 1912 primeiro ciclo de extração látex, sua ocupação se deu por migrantes nordestinos.
2. O segundo ciclo migratório de 1939 a 1945, incentivo à extração do látex devido ao Tratado assinado entre o Brasil e os Estados Unidos, época da Segunda Guerra Mundial, novamente formado pela sua maioria nordestina. E com o fim da Segunda Guerra veio a desvalorização e a estagnação látex bem como o abandono dos seringais.
3. O terceiro período migratório se deu com abertura da Rodovia BR 364 a partir de 1970 com projetos oficiais de colonização e Reforma Agrária.
4. De 1970 a 1980 foi o auge do crescimento populacional, nesse período em Rondônia foi superior aos demais estados do Brasil. Esse movimento

migratório se deu devido à Reforma Agrária implantada pelo Governo Federal, tudo com a intenção de povoar a Região Norte do Estado.

Rondônia passou por diversas fases na economia: Ciclo da Borracha, Extrativismo Mineral, Extrativismo Vegetal. Atualmente, a economia de Rondônia está voltada para agricultura, piscicultura, pecuária, indústrias e serviços.

A implantação da Estrada BR 364 foi decisiva para ligar a Região Sul, Sudeste e Centro Oeste do país ao Estado de Rondônia, o que proporcionou o escoamento dos principais produtos produzidos no estado.

Em Rondônia, a população estimada é de 1.757.589 habitantes e tem uma área de 237.765.376 km². Das 27 unidades federadas, Rondônia ocupa a 23ª colocação; na Região Norte é o terceiro Estado mais populoso antecedido por Pará e Amazonas, segundo (IBGE, 2018).

Dentre as figuras históricas ligadas ao Estado de Rondônia está Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, que foi desbravador do Estado saindo de Cuiabá chegando até Santo Antônio do Rio Madeira, fixando os postes das linhas telegráficas.

Segundo Oliveira (1999), a expedição de Marechal Rondon ocorreu em três etapas, cujo objetivo era a instalação de linhas telegráficas unindo o Sul do país ao Norte.

- A primeira etapa teve início dia 02 de setembro de 1907 com chegada ao Rio Juruena.
- A segunda etapa partindo no Rio Juruena em 20 de julho de 1908, tarefa essa cada vez mais difícil à medida que adentravam na selva amazônica. Além desse problema os membros da comissão passaram por grandes perrengues, doenças endêmicas da região, bem como ataques indígenas. A comissão de Rondon ao fim da segunda etapa no dia 03 de novembro de 1908 em Serra Negra juntamente com as instalações de linhas telegráficas.
- A terceira e última etapa começa no dia 02 de junho de 1909, ponto de partida Serra Negra, chegando ao destino ao Vale do Madeira em 25 de dezembro de 1909.

A expedição de Rondon foi pioneira no desbravamento do Território de Rondônia. Apesar de todas as dificuldades encontradas pela comitiva de Rondon, ela conseguiu alcançar seus objetivos que foi ligar o Sul do país ao Norte. A inauguração

da linha telegráfica só ocorreu em 1915 unindo Cuiabá à localidade de Santo Antônio nas margens do Rio Madeira.

Segundo Oliveira (1999) a abertura da BR 364 ocorreu no traçado das linhas telegráficas construídas por Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, e com a sua implantação passa a influir de forma decisiva na região no movimento migratório.

Por isso Marechal Rondon é considerada uma figura de relevância histórica para o Estado de Rondônia, pois foi decidido e arrojado enfrentando as grandes dificuldades no traçado de suas conquistas e vitórias de que hoje são desfrutadas pelo povo rondoniense. Daí ter-se atribuído o nome que hoje possui – Rondônia – derivado do apelido do seu grande desbravador.

2.4.4 Cidade de Vilhena

O *Campus* de Vilhena do IFRO foi estrategicamente instalado no Município de Vilhena que está localizado na porção sul-leste do Estado de Rondônia. É o primeiro município rondoniense a que se chega ao sair do Estado de Mato Grosso pela BR-364, sentido Cuiabá - Porto Velho. Entre as coordenadas geográficas 12°44'26" S e 60°08'45" W, tem fronteira com os Municípios de Comodoro e de Juína, no Estado vizinho de Mato Grosso, e Colorado do Oeste, Chupinguaia, Pimenta Bueno e Espigão do Oeste como limites no território do Estado de Rondônia (Cf. Figura abaixo).

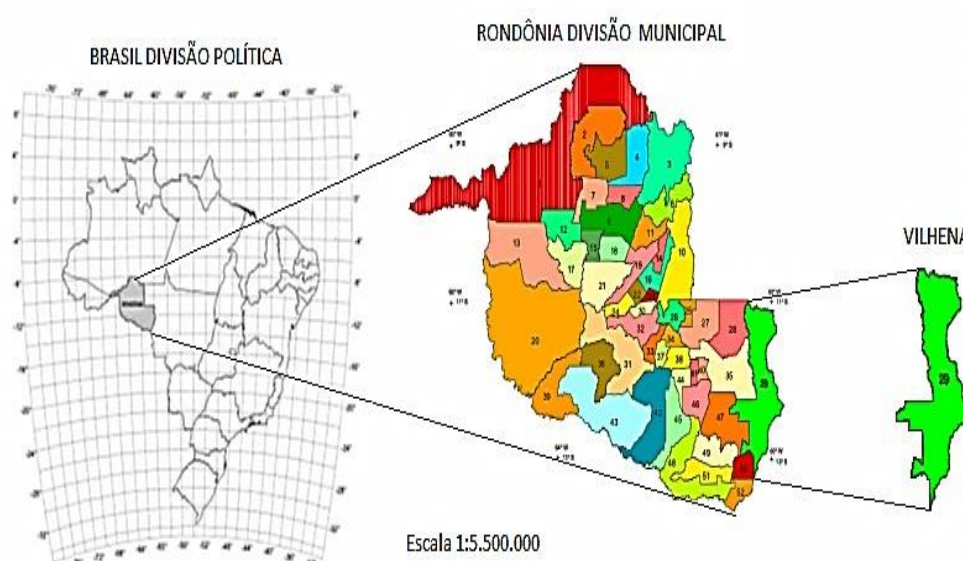


Figura 3 Localização do Município de Vilhena (RO)

Fonte: IBGE, 2017.

Adaptado por: FERRETE, J. A., 2017.

O clima é o Equatorial, quente e úmido, com friagens entre os meses de junho e julho que podem chegar a 7°C. O período chuvoso vai de setembro a maio; a temperatura média anual é de aproximadamente 23°C e as precipitações pluviométricas anuais variam de 1.800 a 2.400mm³.

A altitude de 612 metros favorece a dispersão dos ventos constantes que mantém a sensação térmica baixa, mesmo com o céu aberto. Vilhena possui uma população total de 97.448 habitantes, (estimado pelo IBGE, 2018) e sua área é de 11.699 265km².

A emancipação político-administrativa da cidade de Vilhena ocorreu em 11 de novembro de 1977 através da Lei nº 6.448, tendo o seu primeiro prefeito tomado posse a 23/11/77.

A cidade de Vilhena recebeu esse nome com a comissão de Marechal Rondon, segundo Silva (1984, p.79) “Nas margens do Piroculina o notável sertanista Cândido Mariano da Silva Rondon teria colocado a estação telegráfica, batizando com o nome de Vilhena em homenagem a seu ex-chefe Álvaro Coutinho de Melo Vilhena.”

Por ser a primeira cidade ao entrar no Estado de Rondônia, teve a visita do então Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira quando da abertura da estrada BR 364 onde se derrubou a última árvore da divisa do Mato Grosso com Rondônia pois impedia o tráfego desta rodovia.

A base econômica dos anos 1970 a 1990 foram o extrativismo e a industrialização da madeira; porém, com a diminuição das reservas florestais e a ocupação desse espaço pelo homem, deu-se início ao progresso produtivo com outras atividades como o da agropecuária, agronegócios, pequenas indústrias, comércio e cultura de hortifruti-granjeiros.

Capítulo III – Apresentação e Análise dos Resultados

3. Introdução

Para chegar à apresentação e à análise dos resultados, passou-se por todo um processo de pesquisa documental junto às Coordenações do IFRO-CV e também bibliográfica para posterior iniciar-se as pesquisas com servidores e alunos. Sendo só possível após a concordância dos entrevistados e pesquisados.

Esse Capítulo trata da análise dos resultados com servidores inquiridos e, na segunda parte, análises estatísticas dos alunos investigados.

3.4. Análise dos resultados do estudo efetuado com servidores

Logo no início do guião de entrevista, foi perguntado aos sete servidores pesquisados “Como o Senhor (a) vê a perspectiva do Plano Nacional de Assistência Estudantil-PNAES no IFRO/*Campus* Vilhena? De acordo com as respostas obtidas, todos têm conhecimento sobre o Programa da Assistência Estudantil, oferecido por meio de edital, e sabem da sua importância para os discentes alvo. Eis alguns excertos:

“Considero o PNAES de extrema importância para a viabilização da permanência do aluno socioeconomicamente vulnerável na instituição, pois somos um *Campus* afastado do perímetro urbano central e possuímos curso integral e com contra turnos o que gera uma despesa extra ao discente. A instituição possui um Regulamento Próprio de Assistência Estudantil que toma como base o PNAES. Documento este que tornou o manuseio e distribuição do recurso de forma mais otimizada.” (C4).

“Eu vejo que o PNAES no IFRO-CV tem buscado reduzir as desigualdades socioeconômicas. Pois, acredito que não se pode efetivar, apenas o acesso à educação gratuita, se faz necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos alunos que ingressam na instituição, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso. E temos buscado, apesar das dificuldades de orçamento, em relação ao número de alunos, materializar medidas para atenuar as dificuldades socioeconômicas dos alunos” (A1).

Perguntou-se depois “Considera que os benefícios da assistência estudantil garantem a permanência no IFRO/*Campus* Vilhena?” A maioria dos pesquisados (80%) afirma que os benefícios não garantem sua permanência, mas contribuem para tal; e 20%

acredita que os auxílios a garantem. Nesse sentido, seguem dois relatos, um contra a garantia e o outro a favor da mesma:

“Não garante. Acredito que, o garante a permanência do aluno congrega um conjunto de ações a ser desenvolvida pela instituição, e os subsídios da Assistência Estudantil é importante, mas não é determinante. Vejo que as questões relacionadas a dificuldade de aprendizagem (muitas vezes relacionadas a déficit de conteúdo das series anteriores) é um fator que determina a permanência do aluno” (A1).

“Acredito que o programa de assistência estudantil contribui para a permanência e êxito na instituição de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica” (C1).

Dado que o PNAES é um programa ainda relativamente recente, o Governo Federal aportou ao seu orçamento recursos de modo a atender a demanda, pelo que esta realidade teve influência direta na Assistência Estudantil de 2018. Então, foi colocada a seguinte pergunta: “Quais os maiores avanços, no seu ponto de vista, que ocorreram na Assistência Estudantil no IFRO/*Campus* Vilhena de 2016 a 2018?”.

Alguns dos inquiridos não souberam opinar por não terem maior conhecimento sobre o PNAES. Os três respondentes, equivalentes a (42,85%), disseram que ocorreu uma otimização dos recursos empregados e uma maior maturidade na equipe multidisciplinar fazendo com que melhorasse a sua execução. A prová-lo, dois dos inquiridos, afirmaram ter havido pontos positivos nesse período, ou seja, um realçou a atribuição de verbas: “É otimização na execução orçamentária, o aumento de alunos assistidos e a busca por recurso extra orçamentário” (D1). Já o inquirido (A1) reforçou o grau de experiência da equipe: “os avanços se referem à maturidade da equipe de execução dos Programas de Assistência Estudantil, pois a cada ano temos melhorado a forma de execução, buscando alcançar, ao máximo, a justiça social. Otimizando os recursos gastos”.

A política pública de Assistência Estudantil do IFRO-CV encontra alguns entraves que precisam ser solucionados. Um deles é a atitude dos próprios alunos beneficiários. Por isso perguntou-se: “Quais os maiores entraves encontrados no trabalho com alunos que precisam de assistência estudantil? ”

De acordo com alguns servidores, os auxílios não são suficientes e alguns alunos usam os recursos para outras finalidades como “auxiliar das despesas domésticas”, pois, muitas vezes, esses alunos não conseguem vir às aulas do contra turno, por não poderem custear o transporte.

Há também alunos com necessidades financeiras que se omitem de candidatar e participar do processo seletivo do PNAES, desprezando o programa e o trabalho desenvolvido pelos atores envolvidos na implementação. Isto pode ser confirmado pelas respostas dos gestores:

“O valor do recurso recebido é insuficiente para atender toda demanda, pois, com base no relatório do nosso assistente social cerca de 50% dos nossos alunos são socioeconomicamente vulneráveis, e um outro fator que deve ser considerando são alguns atrasos no repasse por parte do governo federal” (D1).

“Temos notado que a maioria dos alunos que precisam do auxílio possuem um déficit de atenção quanto ao que consta no edital, cumprimento de prazos. Tivemos que realizar dois editais este ano, justamente por entendermos que alunos que realmente precisam do recurso acabaram ficando fora no primeiro edital por não entregarem a documentação completa, por perderem os prazos estipulados em edital” (C4).

Ainda de acordo com estudos feitos, cabe a cada *campus* do IFRO fazer o acompanhamento dos alunos beneficiados pelos Programas de Assistência Estudantil atendendo à Resolução nº 033/CONSUP/IFRO, de 22 de setembro de 2014.

Relativamente à questão “Como vem sendo realizado o trabalho de acompanhamento dos alunos que recebem auxílio estudantil para o enfrentamento dos entraves encontrados em sua trajetória?”, quase todos os servidores disseram não terem conhecimento específico de como é feito esse acompanhamento dos alunos carenciados. Se percebe esta realidade ao analisar a resposta de um destes responsáveis (C3): “Que eu saiba não há um trabalho com os alunos que recebem auxílio”. Os outros inquiridos responderam que existe um acompanhante genérico, mas não é efetivo como deveria ser.

Ainda segundo os pesquisados, em sua fala, confirma-se a não efetividade:

“O trabalho de acompanhamento ainda é pequeno. Pois ainda não há uma relação direta entre alunos que recebem auxílios com acompanhamento acadêmico. Há atendimento de forma genérica aos alunos que tenham dificuldade são atendidos pela orientação ou por projetos de reforço escolar. Mas acho interessante que haja essa articulação de ações entre Assistência estudantil junto ao processo educativo” (A1).

“O controle é realizado com base na frequência do aluno e em seu desempenho acadêmico. Encontramos dificuldade neste quesito, pois alimentação do sistema pelo docente na maioria das vezes não é cotidiana, o que às vezes acaba prejudicando uma atuação mais efetiva no monitoramento desses alunos” (C4).

Em síntese, acerca do trabalho de acompanhamento dos alunos que recebem auxílios, dos sete inquiridos quatro responderam que não existem, um não respondeu e dois responderam com respostas evasivas, ao dizerem que o IFRO-CV não acompanha

efetivamente os alunos ajudados como deveria ser; ora, isto está indo contra à Resolução nº 33/CONSUP/IFRO/2014 onde figura que o *Campus* deverá fazer um acompanhamento dos alunos beneficiados com auxílio econômico-financeiro.

A Política de Assistência Estudantil (PAE) foi criada para fortalecer as ações do Governo Federal por meio dos vários programas instituídos pelo Decreto nº 7.234/2010. Sendo os Institutos Federais instituições da federação de estados brasileiros, e autárquicas com orçamento próprio, são lhes dadas condições financeiras para programar suas ações de Assistência Estudantil. Com esse objetivo, precisa-se de pessoas na linha de frente destinadas à implementação desse programa.

Assim, perguntou-se: “Qual a sua opinião acerca da política de assistência estudantil do IFRO/*Campus* Vilhena?” Segundo um dos pesquisados, o PAE tem o “importante papel de contribuição da permanência do aluno na instituição” (C2), o que foi reforçado pelo inquirido (D2) “... é muito importante para permanência e, consequentemente, o êxito do aluno.” Estas respostas vêm robustecer ainda mais a importância do PAE do IFRO-CV, ou seja, cinco dos inquiridos na pesquisa tem a mesma opinião sobre a importância conforme relatos sobre o assunto:

“(...) julgo como positiva e essencial a Política de Assistência Estudantil aplicada na instituição, pois auxilia a permanência do discente socioeconomicamente vulnerável no curso e a galgar êxito em seus estudos” (C4).

“Na minha opinião política de assistência estudantil do IFRO/*Campus* Vilhena tem buscado cumprir o papel para qual foi implementada que é possibilitar aos estudantes igualdade de condições no acesso, permanência e êxito. Com prioridade para alimentação, transporte e moradia” (A1).

O IFRO regulamentou os Programas de Assistência Estudantil por meio da Resolução nº 033/CONSUP/IFRO/2014 e conforme seu Artigo 4º, definiu os objetivos da Assistência Estudantil, entre os quais se pode ler “implementar as condições de permanência dos estudos, contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais.” Este foi o motivo pelo qual se perguntou: “Qual o principal objetivo da assistência estudantil no IFRO/*Campus* Vilhena? ”

Seis dos pesquisados são unânimes em dizer que o objetivo da Assistência Estudantil é a permanência dos estudantes na escola. O pesquisado (C3) está convicto de que o objetivo “é dar condições para os discentes permanecerem e concluírem seus estudos.” De

fato, segundo o Decreto nº 7.234/2010, o principal objetivo é “fornecer meios financeiros que permitam que os alunos mais carentes tenham condições de frequentar a escola” (C3).

Já outro pesquisado foi mais além na sua resposta ao afirmar que o objetivo da Assistência Estudantil é “auxiliar a permanência do discente socioeconomicamente vulnerável no curso, tornando mais igualitárias as oportunidades dos estudantes, buscando melhorar seu desempenho acadêmico” (C4).

Assim, podemos complementar que, de acordo com os pesquisados, um dos objetivos das políticas públicas é atender as demandas de interesse público, entre eles a Assistência Estudantil.

Os pesquisados disseram ainda que os objetivos estão sendo alcançados, respondendo a pergunta nº 7, pois estão contribuindo para que os alunos permaneçam na escola. Isso só é possível porque o *Campus* possui uma equipe multidisciplinar que faz essa integração dos alunos, devido ao comprometimento desses atores fundamentais para o sucesso da implementação das ações dos PAE.

Segundo os inquiridos, as políticas públicas permeiam em vários campos pelo que, muitas vezes, acabam sendo confundidas e dentro dessa visão encontra-se a Assistência Estudantil. Alguns leigos chegam a pensar que é assistencialismo e fomos verificar junto dos nossos pesquisados o que eles pensam sobre o tema ao apresentar-lhes a pergunta oito “As ações de assistência estudantil na instituição estão voltadas para assistência ou para o assistencialismo? Justifique a sua resposta.” Dois dos pesquisados não quiseram se manifestar sobre o tema; os demais pronunciaram-se, segundo um deles, a Assistência Estudantil não deve ser considerada assistencialismo já que tem como objetivo auxiliar os alunos em sua caminhada escolar, pois “tem caráter de assegurar direitos aos que mais necessitam” (C3). Neste sentido, podemos ainda destacar um outro depoimento:

“Visa à ASSISTÊNCIA (grifo do pesquisado), pois os valores adotados nos nossos auxílios são para assistir ao aluno em uma determinada dificuldade financeira que possua para permanência no curso. O recurso não visa a retirada desse aluno da condição de carente ou necessitado, principal objetivo da política assistencialista” (C4).

Um dos problemas que se discute muito é o fato de o recurso da Assistência Estudantil não ser suficiente para atender a demanda dos alunos e que, diante da limitação financeira, o IFRO-CV não consegue atender todos os alunos que precisam do auxílio financeiro.

Assim, decidimos perguntar, na nona questão, “Se o senhor (a) fosse o responsável

pelo Programa de Assistência Estudantil o que mudaria nele?” Responderam 6 inquiridos o que representou mais de 85% do total, afirmando que aumentariam o orçamento.

Podemos concluir que os auxílios financeiros não são suficientes para atender a demanda dos alunos, conforme os excertos de respostas obtidas. Ora, para resolver esse problema, um dos pesquisados disse que aumentaria “(...) o valor total do recurso, pois temos muitos alunos com direito e não são contemplados, devido ao recurso não ser suficiente” (D2), fato que iria beneficiar um maior número de alunos e até aumentar o valor de alguns, senão de todos os benefícios. Ainda nessa mesma linha de pensamento, um outro reforçou a necessidade de “buscar recursos de modo a atender todos os que verdadeiramente necessitem da assistência” (C2).

Para o pesquisado (C3), o que ele mudaria na Assistência Estudantil seria um “(...) acompanhamento focado nos alunos que recebem assistência estudantil, para saber se o dinheiro está sendo utilizado para os devidos fins.” Ainda nesse mesmo juízo, outro inquirido (C4) referiu que apesar de todo o problema econômico que o país atravessa “(...) aumentaria o repasse financeiro a esses programas, por considerar insuficientes os valores disponibilizados atualmente, considerando que aproximadamente 50% dos nossos alunos se enquadram como socioeconomicamente vulneráveis.” Um outro pesquisado se absteve em responder, não sabemos se por desconhecimento, ou por não querer assumir uma posição a este respeito.

Ainda de acordo com o que se recolheu dos seus depoimentos, a PAE do IFRO-CV se ressentida de rápido desgaste porque o orçamento não consegue atender todos os alunos que precisam do auxílio, o que dificulta o trabalho dos atores responsáveis pela sua implementação, e sobretudo não alcança todos os alunos necessitados. Apesar de toda essa dificuldade de gestão de recursos, o inquirido (D1) perspectiva o papel do IFRO como elemento fomentador da continuação de estudos: “forma positiva, pois a cada ano buscamos melhorar os processos de concessão de bolsas e auxílios, para ter maior efetividade na aplicação dos recursos e alcançar os objetivos dos programas”. Este pesquisado pronunciou-se ainda sobre a ligação entre o gestor e os alunos que são beneficiados:

“A gestão é conduzida de forma democrática, participativa e transparente, e a interlocução com os alunos se dá através de diversas formas, tais como o momento cívico que ocorre semanalmente onde é repassado informes da gestão no do que diz respeito as ações realizadas no ensino, pesquisa. O gabinete da direção-geral está sempre de portas abertas e realizando um atendimento

humanizado, e através de conversas informais no pátio e corredores dando a atenção necessária para os alunos” (D1).

O inquirido (D1) abordou o papel do Assistente Social no contexto da PAE:

“Um profissional de extrema importância que complementa a equipe multidisciplinar, sendo o responsável com habilidades e competências para realizar gerenciamento dos programas de assistência estudantil, analisando os processos de concessão de bolsa ou auxílio por meio de edital ou demandas de fluxo contínuo.”

Após análise dos dados obtidos por entrevista aos responsáveis e gestores do PNAES do IFRO – CV verificou-se que eles têm a mesma perspectiva em relação ao tema da Assistência Estudantil desenvolvido por autores abordados no Capítulo da Revisão da Literatura. Em linha semelhante de que pesquisamos, podemos referenciar Jesus (2016), Reis (2016), Souza (2017) são unânimes em descrever em suas análises que os recursos financeiros não são suficientes para atenderem toda a demanda do alunado, reforçando dados obtidos na nossa investigação.

O PNAES, apesar de recente, vem contribuindo para a permanência do aluno mesmo que de forma tímida, como vimos pelas respostas dos inquiridos. Porém, não foi possível avaliar, em outras investigações citadas por vários autores, qual tem sido o efeito dos auxílios estudantis, pelo que se percebe ser necessário concretizar esta avaliação do PNAES e dos alunos carenciados do IFRO – CV. Ainda segundo alguns dos entrevistados, no IFRO – CV nunca se levou a cabo um processo avaliativo do PAE.

Jesus (2016, p.70) reafirmou na sua investigação o que nossos pesquisados responderam na entrevista “a avaliação consiste em uma lacuna do Programa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Norte de Minas Gerais - IFNMG, uma vez que não são levantadas as experiências positivas e os pontos falhos. Isso dificulta a redefinição destes e compartilhamento daqueles ainda medir”, ou seja, esta conclusão veio ao encontro da nossa decisão, demonstrando que fizemos bem em proceder a esta pesquisa.

A investigação de Taufick (2013, p.113) trata da importância do monitoramento da avaliação para poder consolidar a PAE, só assim se vai poder verificar se os auxílios atingiram os objetivos esperados: “considera-se o risco deste ponto alto, pois o impacto da Política é especialmente significativo e a probabilidade de ocorrência é muito alta, já que

foi visto que há fragilidade deste ponto nos regulamentos analisados.” A mesma autora vai mais além (idem, p.114):

[...] é necessária a elaboração de indicadores nacionais de acesso, permanência e êxito interligados à Assistência Estudantil nas instituições federais de educação profissional, evidenciando os efeitos da Política nas taxas de aprovação, frequência e conclusão dos beneficiários, que sejam atualizados periodicamente, a fim de dar visibilidade às ações desenvolvidas pelos Institutos Federais e justificar a ampliação da Assistência Estudantil em termos orçamentários.

Este é um ponto fraco apresentado na pesquisa, conforme relato dos inquiridos, apesar do IFRO-CV ter a preocupação com a avaliação. Todavia, faltam indicadores para poder nortear o processo avaliativo dos estudantes beneficiados, relativamente a alguns dos programas de Assistência Estudantil. Como refere a mesma autora (idem, p.116) “somente conhecendo o seu público é que as instituições poderão dar prioridade aos que mais precisam dos benefícios e, mais ainda, poderão ampliar aquelas ações que são mais urgentes,” isso chega quase ser impossível de poder fazer esse acompanhamento porque precisa de pessoal para monitorar mais de perto esses alunos considerados socioeconomicamente vulneráveis.

Apraz-nos referir que os últimos quatro parágrafos vêm reforçar a justificativa apresentada por nós na Introdução.

Em suma, apresenta-se na Tabela nº 6 o resumo dos posicionamentos dos entrevistados:

Tabela 6: Resumo do posicionamento dos entrevistados

| Perguntas | Respostas |
|--|--|
| 1. Qual a sua perspectiva generalizada acerca do Programa a Assistência Estudantil do IFRO/ <i>Campus</i> Vilhena? | Todos acham de suma importância o PNAES que contribui para permanência e êxito daquele aluno considerado socioeconomicamente vulnerável. |
| 2. Na sua opinião, os subsídios da assistência estudantil garantem a permanência dos alunos no IFRO/ <i>Campus</i> Vilhena? | Oitenta e cinco por cento dos inquiridos acredita que PAE não garante permanência dos alunos na escola, que ela não é um fator preponderante para os alunos permanecerem na escola, mas sem dúvidas ajuda aqueles que precisam do auxílio para vir à escola. |
| 3. Quais os maiores avanços, no seu ponto de vista, que ocorreram na assistência estudantil no IFRO/ <i>Campus</i> Vilhena de 2016 a 2018? | Verificou-se que 43% não souberam ou não quiseram opinar sobre o tema, enquanto 57% citam pontos relevantes que foram: aumento de alunos assistidos, otimização de recursos e |

| | |
|--|--|
| | crescimento da equipe multidisciplinar responsável pela execução da PAE. |
| 4. Quais os maiores entraves encontrados no trabalho com alunos que precisam de assistência estudantil? | Apenas um dos inquiridos não respondeu. Um deles respondeu que alguns alunos se omitem em participar da seleção para receber auxílios; dos que recebem, terminam gastando o auxílio noutros fins e também que, por vezes, a escola tem contraturno e o auxílio não é suficiente para que o aluno se desloque até a escola. |
| 5. Como vem sendo realizado o trabalho de acompanhamento dos alunos que recebem auxílio face aos obstáculos encontrados em seu percurso acadêmico? | De acordo com os entrevistados não existe um acompanhamento e controle efetivo dos alunos que recebem auxílios, apesar do IFRO-CV ter uma Comissão de Permanência e Êxito. |
| 6. Qual a sua opinião acerca da política de assistência estudantil do IFRO/ <i>Campus</i> Vilhena? | Cem por cento referiu a importância da PAE que o IFRO-CV vem cumprindo, bem como seu papel enquanto implementador de políticas públicas. |
| 7. Qual o principal objetivo da assistência estudantil no IFRO/ <i>Campus</i> Vilhena? | Segundo os pesquisados, o objetivo da PAE é contribuir para permanência dos alunos mais carentes na escola, criando oportunidades e igualdade de condições para que possam concluir o curso. |
| 8. As ações de assistência estudantil na instituição estão voltadas para assistência ou para o assistencialismo? Justifique sua resposta. | Em sua maioria, respondeu que PAE está direcionada à assistência e não ao assistencialismo, pois visa assegurar os direitos dos alunos que mais necessitam de um auxílio e garantir sua permanência na escola. |
| 9. Se o senhor (a) fosse o responsável pelo Programa de Assistência Estudantil o que mudaria nele? | Um dos pesquisados respondeu que adotaria melhor acompanhamento aos alunos alvo do PAE, outros aumentariam o valor do auxílio financeiro, pois acham que não é suficiente e também que deveria focar naqueles alunos mais carentes. |

Autor: investigador.

3.5. Análise do estudo feito com os alunos

A pesquisa focou os alunos beneficiados com auxílio estudantil e concluintes dos terceiros anos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio ingressados na instituição em 2016 de acordo com análise documental, como já foi dito na Introdução.

A população era constituída por 56 estudantes do IFRO-CV, aos quais se aplicou o questionário. Porém, só obtivemos respostas de 48, pois um desistiu após ter aceitado participar da pesquisa, e os outros sete não aceitaram. Assim, N=56 e n=48.

O questionário tinha uma primeira parte com alguns itens destinados à caracterização sociodemográfica dos respondentes. Uma segunda parte era constituída por questões de resposta fechada e uma questão aberta (ver Anexo E).

Depois de uma análise quantitativa das respostas obtidas, aplicou-se um teste de qui-quadrado para avaliar:

1. a (in)dependência do curso com a possibilidade de evasão escolar;
2. a associação entre impacto do Programa de Assistência Estudantil no desempenho acadêmico e critérios de seleção.

Todas as análises foram realizadas utilizando o software R.

3.6. Análise dos resultados do estudo efetuado com Alunos

A mostra é constituída por 58,33% de mulheres e 41,67% de homens, com idade máxima de 21 anos, sendo que 75% dos estudantes possuem até 17 anos (Tabela 7). A maior parte das famílias dos estudantes é constituída por 3 pessoas (Figura 7), sendo que 91,67% dos alunos moram com a mãe e 64,58% mora com o pai, possuindo pelo menos 1 irmão(ã).

Quanto ao nível de escolaridade dos pais e mães, ficou-se a conhecer que mais de 50% possui entre o Ensino Fundamental II (5º ao 9º ano) e o Ensino Médio completo; com renda familiar não maior que 3 salário mínimos (R\$ 2.862,00), cujo transporte público é o meio de locomoção mais utilizado (79,17%) para chegar ao IFRO-CV. Segue-se a Tabela com o resumo destes primeiros dados sociodemográficos.

Tabela 7- Caracterização socioeconômica dos estudantes dos 3º anos que recebem algum tipo de assistência estudantil no IFRO-CV (de 2016 a 2018)

| Dados familiares e pessoais | Número de respostas | (%) |
|-----------------------------|---------------------|-------|
| Sexo | | |
| Feminino | 28 | 58,33 |
| Masculino | 20 | 41,67 |

| | | |
|--|----|--------------|
| Idade | | |
| 14 a 17 anos | 36 | 75,00 |
| 18 a 21 anos | 12 | 25,00 |
| 22 a 25 anos | 0 | 0,00 |
| 26 a 29 anos | 0 | 0,00 |
| > 30 anos | 0 | 0,00 |
| Composição familiar | | |
| Mãe | 44 | 91,67 |
| Pai | 31 | 64,58 |
| Avós | 6 | 12,50 |
| Madrasta | 2 | 4,17 |
| Padrasto | 7 | 14,58 |
| 1 irmão | 21 | 43,75 |
| 2 irmãos | 14 | 29,17 |
| 3 irmãos | 1 | 2,08 |
| 4 irmãos | 1 | 2,08 |
| > 4 irmãos | 1 | 2,08 |
| Nacionalidade | | |
| Brasileira | 45 | 93,75 |
| Naturalizado | 3 | 6,25 |
| Escolaridade da mãe | | |
| Nenhuma | 0 | 0,00 |
| Ensino fundamental (1º ao 4º ano) | 6 | 12,50 |
| Ensino fundamental (5º ao 9º ano) | 12 | 25,00 |
| Ensino médio | 15 | 31,25 |
| Graduação | 0 | 0,00 |
| Pós-graduação (<i>Lato sensu</i>) | 6 | 12,50 |
| Pós-graduação (<i>Stricto sensu</i>) | 9 | 18,75 |
| Escolaridade do pai | | |
| Nenhuma | 2 | 4,26 |
| Ensino fundamental (1º ao 4º ano) | 14 | 29,79 |
| Ensino fundamental (5º ao 9º ano) | 12 | 25,53 |
| Ensino médio | 10 | 21,28 |
| Graduação | 7 | 14,89 |
| Pós-graduação (<i>Lato sensu</i>) | 0 | 0,00 |
| Pós-graduação (<i>Stricto sensu</i>) | 2 | 4,26 |

| | | |
|--|----|--------------|
| Renda familiar | | |
| Até R\$ 1.431,00 | 15 | 31,25 |
| R\$ 1.431,01a R\$ 2.862,00 | 22 | 45,83 |
| R\$ 2.862,01 a R\$ 4.293,00 | 8 | 16,67 |
| R\$ 4.293,01 a R\$ 5.724,00 | 0 | 0,00 |
| R\$ 5.724,01 a R\$ 9.540,00 | 6 | 4,17 |
| R\$ 9.540,01a R\$ 28.620,00 | 1 | 2,08 |
| mais de R\$ 28.620,01 | 0 | 0,00 |
| Como faz seu trajeto até o IFRO/ CV? | | |
| Caminhando | 0 | 0,00 |
| Bicicleta | 7 | 14,58 |
| Transporte público | 38 | 79,17 |
| Carro/moto própria | 2 | 4,17 |
| Carona | 0 | 0,00 |
| Transporte fretado | 1 | 2,08 |
| Outros | 0 | 0,00 |
| Qual o curso técnico que você frequenta? | | |
| Edificações | 22 | 45,84 |
| Informática | 16 | 33,33 |
| Eletromecânica | 10 | 28,33 |

Fonte: Pesquisa com os alunos

Iniciando agora a análise da segunda parte do questionário, relembremos que a primeira frase inquiria o grau de conhecimento do PAE pelos alunos. Foi observado que 100% dos estudantes o conhecem, 83,3% consideram bem divulgado, principalmente através de editais, os avisos em sala de aula (52,08%), seguido do mural do *Campus* (29,17%) e em terceiro a internet (2,08%), conforme Tabela 8.

O prazo de inscrição apresentou-se como suficiente para a maioria dos estudantes (89,6%).

De referir que 64,6% considera que o Auxílio Estudantil é importante para minimizar a evasão escolar. Apenas 35,4% considera que o auxílio não minimiza a evasão escolar.

A maior parte dos alunos (66,67%) considera que o programa de auxílio financeiro é “*essencial*” no *Campus* de Vilhena. Foi observada uma concentração no tipo de bolsa concedida, sendo 41,9% para auxílio transporte e 40,95% para auxílio alimentação, o que

é revelador das carências sentidas ao nível de necessidades básicas; curiosamente não foi atribuída nenhuma bolsa de monitoria ou auxílio moradia, pois para esses dois tipos de ajuda da PAE, os alunos inquiridos não se inscreveram.

O tempo de recebimento das bolsas é bastante variável, ficando entre 6 a 24 meses o tempo de permanência com a bolsa (Tabela 8).

Tabela 8 – Caracterização da opinião dos estudantes beneficiados pelo PAE no IFRO-CV, quanto a assistência estudantil no período de 2016 a 2018

| Questão | Nº de respostas | (%) |
|---|-----------------|--------------|
| Já conhecia o Programa de Assistência Estudantil do IFRO/ <i>Campus</i> Vilhena? | | |
| Sim | 48 | 100,00 |
| Não | 0 | 0,00 |
| Como ficou sabendo do edital para o Programa de Assistência Estudantil? | | |
| Internet | 1 | 2,08 |
| Mural do <i>Campus</i> | 14 | 29,17 |
| Avisos em sala de aula | 25 | 52,08 |
| Outros | 8 | 16,67 |
| Como se deu o processo de divulgação do Programa de Assistência Estudantil? | | |
| Foi bem divulgado | 40 | 83,33 |
| Foi pouco divulgado | 8 | 16,67 |
| Insuficiente | 0 | 0,00 |
| Quanto ao prazo para inscrição no Programa de Assistência Estudantil, os dias estipulados no Edital são: | | |
| Suficiente | 43 | 89,6 |
| Insuficiente | 5 | 10,4 |
| No seu ponto de vista, o Programa de Assistência Estudantil tem contribuído para minimizar o índice de reprovação e evasão de alunos? | | |
| Sim | 31 | 64,6 |
| Não | 17 | 35,4 |
| Que importância você atribui ao Programa de Assistência Estudantil no <i>Campus</i> Vilhena? | | |
| Essencial | 32 | 66,67 |
| Importante | 16 | 33,33 |

| | | |
|---|----|--------------|
| Pouco importante | 0 | 0,00 |
| Desnecessário | 0 | 0,00 |
| Dos Programas de Assistência Estudantil do IFRO/ <i>Campus</i> Vilhena abaixo relacionados de qual (quais) você é agora ou já foi beneficiário? | | |
| Bolsa monitoria | 0 | 0,00 |
| Auxílio transporte | 44 | 41,90 |
| Auxílio alimentação | 43 | 40,95 |
| Auxílio moradia | 0 | 0,00 |
| Auxílio ao estudante colaborador | 1 | 0,95 |
| Auxílio complementar | 1 | 0,95 |
| Auxílio permanência | 16 | 15,24 |
| Por quanto tempo você já recebeu ou vai receber esse(s) auxílio(s)? | | |
| De 15 meses | 5 | 11,11 |
| De 6 a 12 meses | 12 | 26,67 |
| De 13 a 18 meses | 9 | 20,00 |
| De 19 a 24 meses | 12 | 26,67 |
| Mais de 24 meses | 7 | 15,56 |
| O Auxílio estudantil é relevante para conclusão do seu curso? | | |
| Sim | 43 | 91,49 |
| Não | 4 | 8,51 |

Fonte: Pesquisa com os alunos

Não foi identificada uma associação entre o curso e a possibilidade de evasão escolar (Tabela 9), assim como não foi observada associação entre o gênero e a possibilidade de evasão escolar (Tabela 10), ou seja, independente do gênero e do curso, os estudantes acreditam que o sistema de auxílio financeiro ajuda a minimizar a evasão escolar.

Isso foi possível com aplicação do teste de qui-quadrado, que ficou evidenciado pelo (p – *valor*) que é uma probabilidade estatística que mede a evidência contra hipótese nula, conforme demonstrado nas tabelas 9 e 10, sendo na primeira tabela abaixo um grau de significância de 89,5% enquanto que tabela 10 apresentou 72,10%.

Tabela 9 – Teste de qui-quadrado para associação entre o curso e a contribuição da assistência estudantil para a evasão escolar

| Curso | Minimiza a evasão? | |
|----------------|--------------------|-----|
| | Sim | Não |
| Edificações | 14 | 8 |
| Eletromecânica | 6 | 4 |
| Informática | 11 | 5 |

$$\chi^2 = 0.22191, df = 2, p - \text{valor} = 0.895$$

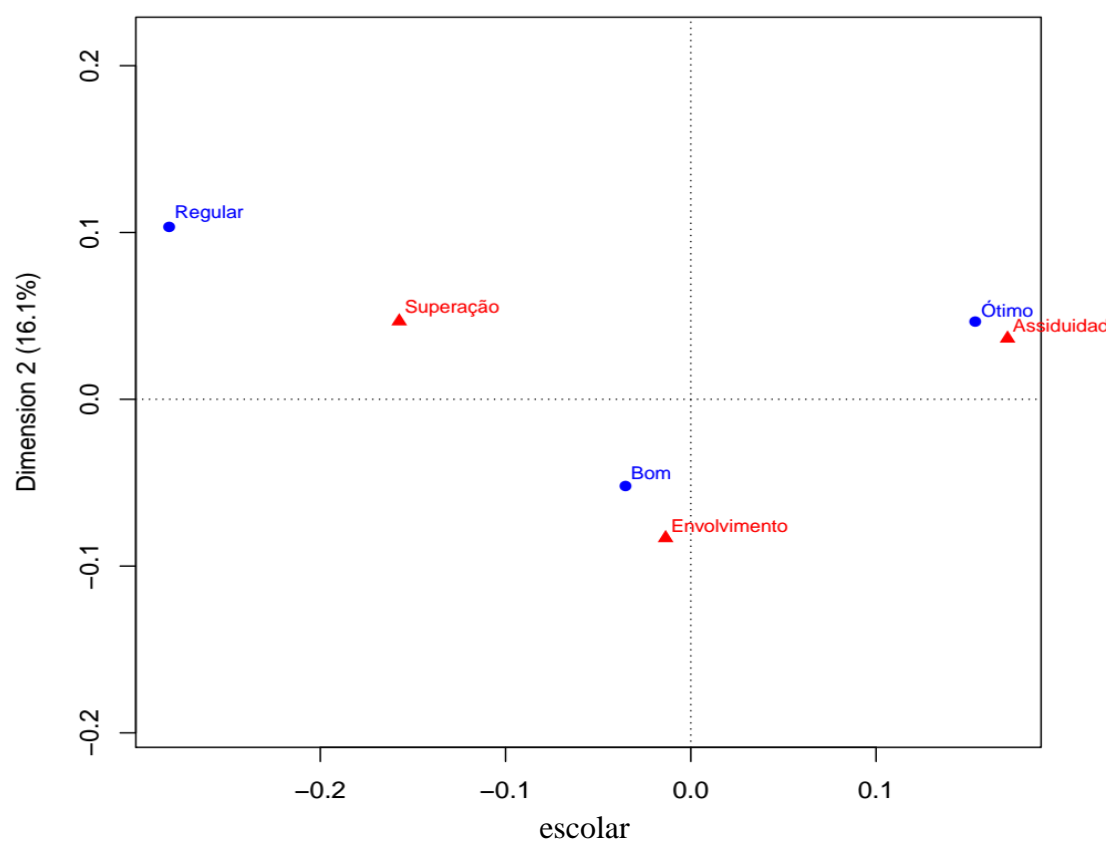
Tabela 10 – Teste de qui-quadrado para associação entre sexo e a contribuição da assistência estudantil para a evasão escolar

| Gênero | Minimiza a evasão? | |
|-----------|--------------------|-----|
| | Sim | Não |
| Feminino | 17 | 11 |
| Masculino | 14 | 6 |

$$\chi^2 = 0.12751, df = 1, p - \text{valor} = 0.721$$

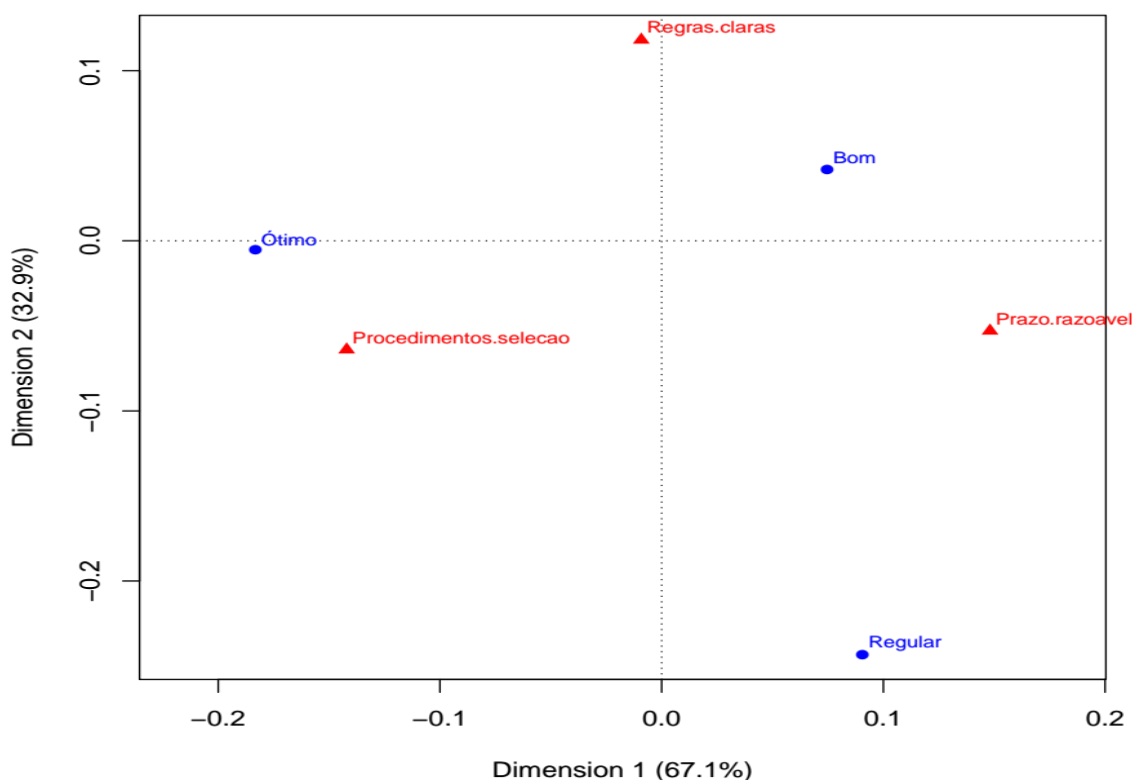
A análise de correspondência para a associação entre o auxílio financeiro e o desempenho escolar indicou que a assistência financeira é “*Ótimo*” para a assiduidade, resultado que pode ser corroborado pelo elevado número de bolsas distribuídas para auxílio transporte. A análise indicou também que o auxílio financeiro proporciona um “*Bom*” envolvimento com as atividades escolares, mas que contribui “*Regularmente*” para a superação das dificuldades escolares (Figura 4).

Figura 4 - Análise de correspondência da associação entre o PAE e o desempenho



Já a análise de correspondência para a associação entre critérios e metodologia de seleção estão associadas como “Ótimo” e “Bom” quanto aos procedimentos de seleção, regras e prazo para inscrição (Figura 5).

Figura 5 - Análise de correspondência para associação entre os critérios e metodologia de seleção e a opinião dos estudantes



Além das perguntas de resposta fechada que foram analisadas nos gráficos apresentados até aqui, deixou-se um último espaço para resposta aberta, destinado a deixarem seus comentários ou sugestões em relação ao PAE. Dos 48 alunos inquiridos, apenas 27 responderam a este pedido. Um dos problemas focados foi o atraso do pagamento do auxílio estudantil por parte do IFRO-CV.

Tem-se de concordar com os alunos uma vez que, sendo um dos investigadores contador da Instituição analisada, quando chega a lista com os nomes dos alunos encaminhada pela Coordenação de Assistência Estudantil, ele confere e a encaminha de imediato ao Diretor Geral para autorização do pagamento.

O que se pode observar é que as listas com os nomes dos alunos não chegam em tempo hábil e ágil ao setor de pagamento, o que faz com que os recursos financeiros acabem chegando com atraso, justificando os relatos dos alunos, conforme abaixo transcrito:

“Deveria melhorar na pontualidade de pagamento, com atraso de poucos dias, pois, isso pode prejudicar alguém que depende do auxílio seja para transporte ou alimentação e procurar aumentar o valor de assistência estudantil, pois os custos de valores de transporte e comida aumentam com o passar do ano e, às vezes, o que se recebe não é suficiente para suprir as necessidades e os custos que o estudante tem durante o ano letivo” (A20).

“Os prazos para recebimento do auxílio não são respeitados, principalmente nesse ano de 2018. Há alguns meses em que não recebemos auxílio, o que dificulta a situação de muitos que recebem estes. Apesar do Programa Estudantil ser muito importante para os alunos, a não assiduidade dos auxílios dificulta a permanência e a conclusão de curso de muitos estudantes” (A8).

Outro ponto focado pelos alunos inquiridos é o fato de os auxílios não serem suficientes para atenderem suas necessidades na escola e que o valor dos auxílios poderia ser maior conforme relatos abaixo:

“Os Programas de Assistência Estudantil é essencial para muitos alunos inclusive para mim, em relação a ele, talvez, acho que seria bom aumentar o auxílio de acordo com a condição financeira de cada um, já que, muitas vezes, se torna insuficiente em alguns casos, pois muitas pessoas precisam realmente deste auxílio para se manter no *Campus* e, para outras, é apenas um complemento, e outro caso também é a frequência que é depositada o dinheiro que, às vezes, demora” (A19).

“Tal programa apresenta excelente iniciativa, porém o valor se mostra insuficiente já que o valor do passe como está, é alto, e a alimentação disponível é cara. O programa também deveria analisar mais a fundo as necessidades dos alunos, pois muitos que não precisam do auxílio, acabam recebendo a assistência, tomando assim, a vaga de quem realmente precisa” (A10).

Percebe-se nesses alunos uma consciência crítica em relação à Instituição uma vez que levantam questões importantes. A seu ver, a CAED precisa “realizar pesquisas mais detalhadas sobre quem recebe para que ocorra um aproveitamento melhor deste dinheiro para as pessoas que mais precisam e uma divulgação maior em salas além do Horário Cívico” (A14). Tem de se concordar com o posicionamento de alguns alunos acima, pois alguns dos que receberam auxílio não faziam jus ao regulamento do PAE. De fato, a Instituição precisa rever seu mecanismo de avaliação e monitoria, pois se verificou pelas respostas obtidas que a renda do agregado familiar de um dos inquiridos se situa entre R\$ 9.540,01 e R\$ 28.620,00. Sem querermos desmerecer este caso, teremos de aceitar que há alunos bem mais necessitados.

Todas as respostas ao questionário foram de contributos plausíveis, umas com mais riqueza de detalhe, outras com menos; todas de igual importância em seu contexto, como a que se segue:

“O programa fornece uma ajuda de custo importante para grande parte da instituição que, provavelmente, não conseguiria se manter incluso por conta dos preços altos na alimentação e no transporte. Ainda é insuficiente o que o Governo nos fornece como retorno, considerando a quantidade e o valor de impostos. Isso está sendo ressaltado para enfatizar que estudar custa e se houvesse mais investimento, outras pessoas também teriam a mesma oportunidade e a evasão seria consideravelmente baixa ou até mesmo nula.” (A15).

Em jeito de resumo prévio, os objetivos da PAE do IFRO-CV, de acordo com os investigados da pesquisa, estão claramente definidos e entendíveis no edital de publicação de seleção dos candidatos a bolsistas, precisando melhorar alguns pontos.

E no que se refere à divulgação dos editais, o público alvo, em sua maioria 83,33%, avaliou que o edital foi bem divulgado o que mostra o bom trabalho desenvolvido pela equipe multidisciplinar do *Campus*.

Contudo, nem tudo está cem por cento perfeito conforme apontado pelos alunos na pesquisa, nomeadamente, a insatisfação pelos constantes atrasos dos auxílios, o que é factível de resolver fazendo os pagamentos no tempo hábil. O não pagamento dificulta a vinda do aluno até a escola, pois esses alunos beneficiados dependem do auxílio para se deslocarem até a Instituição.

Os resultados encontrados na pesquisa em relação ao atraso dos auxílios já haviam sido constatados por Souza (2017) em sua pesquisa sobre políticas públicas assim como detectara a insatisfação dos beneficiados pelos auxílios da Assistência Estudantil pelo não cumprimento do prazo. Assim, essa insatisfação dos atrasos dos pagamentos dos auxílios lamentavelmente, não é exclusividade do IFRO-CV.

3.7. Resumo da análise dos resultados do estudo efetuado com Alunos

Os objetivos da Política de Assistência Estudantil do IFRO/*Campus* Vilhena de acordo com os investigados da pesquisa estão claramente definidos e entendíveis no edital de publicação de seleção dos bolsistas, precisando melhorar alguns pontos que é factível de resolver, entre eles encontra-se o atraso no pagamento dos auxílios estudantil.

E que pese a divulgação dos editais o público alvo, em sua maioria, avaliou de *bom a ótimo* o que mostra o trabalho da equipe multidisciplinar do *Campus* que são os atores envolvidos na implementação de Políticas Públicas do *Campus*. Contudo, nem tudo está bem por cento, conforme levantado pelos alunos na pesquisa em tese apresenta a insatisfação pela constância nos atrasos dos auxílios o que pode gerar alguns desconfortos, pois esses alunos beneficiados dependem do auxílio para se deslocarem até a Instituição.

Os resultados encontrados na pesquisa em relação ao atraso dos auxílios foram constatados por Souza (2017) em sua pesquisa sobre Avaliação da Implementação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba/*Campus* Picuí que também detectou a insatisfação dos beneficiados pelos auxílios da Assistência Estudantil pelo seu não recebimento no prazo. Essa insatisfação dos atrasos dos pagamentos dos auxílios não é exclusividade do IFRO-CV, mesmo com essa insastifação no atraso dos benecífios, 91,5% responderam que é de extrema relevância para conclusão do curso, entre os principais programas de destaque de Assistência Esdudantil são auxílios transporte e alimentação.

3.8. Apresentação e análise de estatísticas sobre alunos ingressantes no IFRO-CV 2016 e concluintes em 2018

Um dos objetivos gerais da investigação foi identificar quantos alunos ingressaram em 2016 e quantos destes concluíram em 2018. Partindo dessa premissa, buscaram-se dados dos alunos junto à Coordenação de Registro Acadêmicos. De posse das informações, foi feita uma tabela e foram tabulados os dados.

Apurou-se então quantos desses alunos ingressados foram transferidos, retidos, evadidos e cancelados de ofício, até se chegar ao final do ano letivo e quantos efetivamente terminaram os seus cursos. De enfatizar que não se focou aqui os alunos alvo do PNAES.

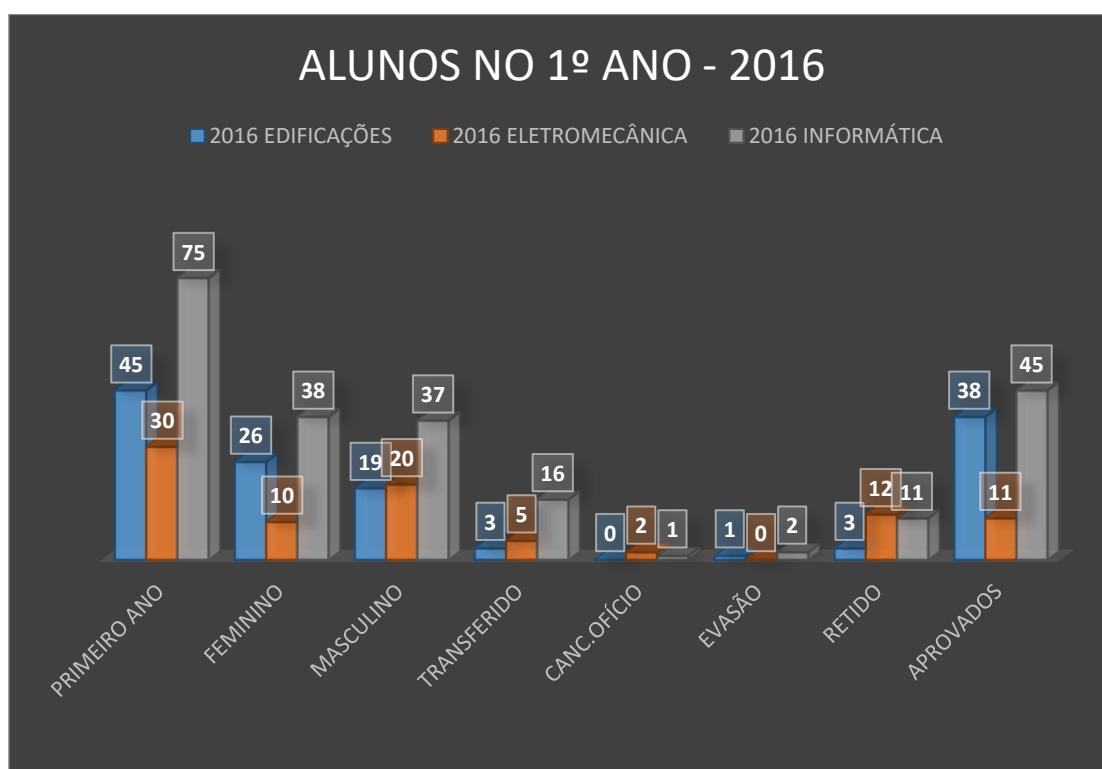
Os alunos que ingressaram no IFRO-CV são, em sua maioria, vindos de escolas públicas e estão distribuídos pelos três Cursos Técnicos existentes no IFRO-CV: Edificações, Eletromecânica e Informática Integrados ao Ensino Médio, como já visto, totalizando 150 alunos em 2016.

Desses 150 alunos, verificou-se que ingressaram 45 no Curso Edificações, sendo 19 do sexo masculino e 26 do sexo feminino. Ao longo do ano de 2016 ocorreram 3 transferências, 1 evasão e, no final no ano, houve 3 retidos.

Já em relação ao Curso de Eletromecânica ingressaram 30, sendo 10 do sexo feminino e 20 do sexo masculino. Desses, 5 pediram transferências, houve 12 retidos e duas evasões escolares.

O Curso de Informática foi o que teve maior contingente de alunos ingressados, 75, sendo 38 do sexo feminino e 37 do masculino. No mesmo ano, registaram-se 16 transferências, 11 retenções, 1 evasão e 2 cancelamentos de ofício, conforme Gráfico nº 1.

Gráfico 1 – Distribuição de Alunos pelos cursos e ocorrências em 2016



Fonte: Coordenação de Registros Acadêmicos - CRA

Autor: investigador.

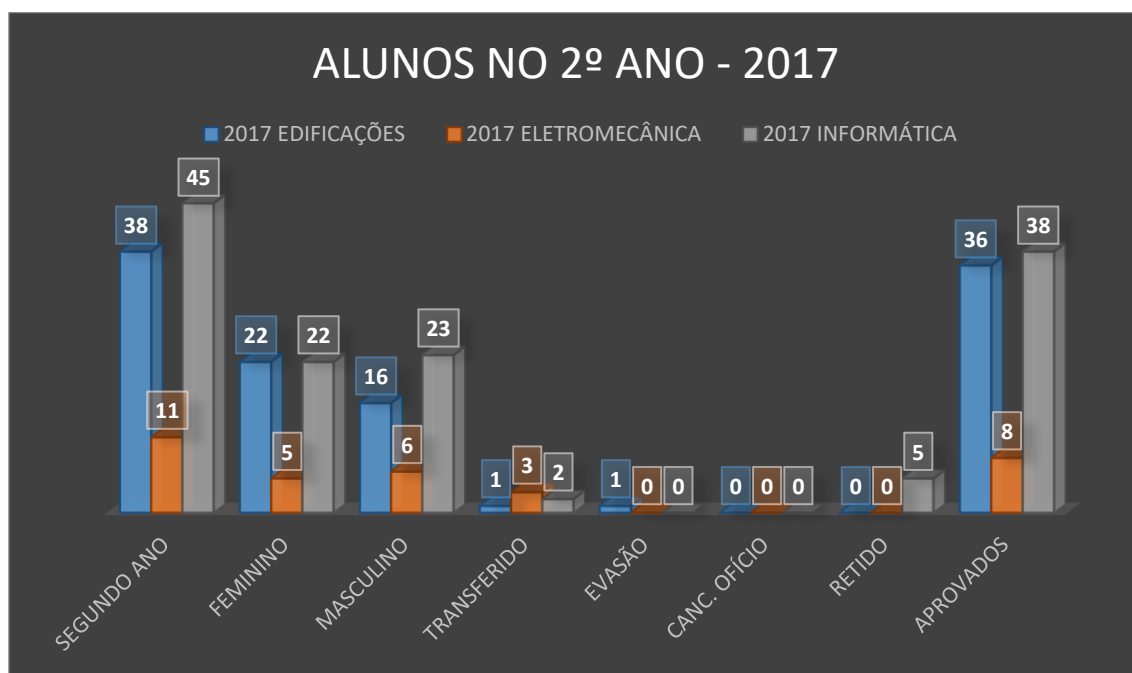
Seguidamente apresentam-se as estatísticas relativas aos mesmos alunos que passaram para o 2º ano dos referidos Cursos:

- 38 alunos de Edificações, sendo 22 do sexo feminino e 16 do masculino;
- 11 alunos de Eletromecânica, 5 do sexo feminino e 6 do masculino;

- e por último os 45 alunos de Informática aprovados em 2016, sendo 22 do sexo feminino e 23 do masculino.

Segundo levantamento estatístico, registrou-se uma significativa diminuição de transferências, retenções e cancelamento por ofício de matrícula, como se pode ver no Gráfico 2 seguinte.

Gráfico 2 – Distribuição dos alunos do 2º ano pelos cursos e ocorrências em 2017



Fonte: Coordenação de Registros Acadêmicos - CRA
Autor: investigador.

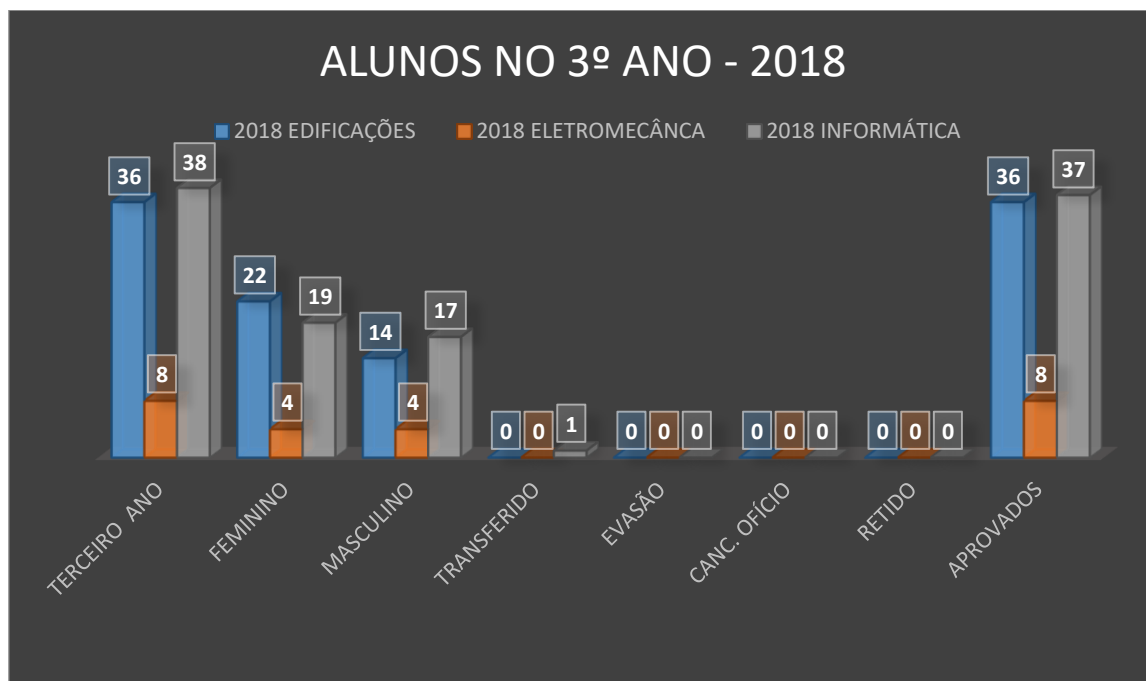
No 3º e último Gráfico dessa série apresentam-se os resultados referentes aos alunos que se encontravam no 3º ano dos mesmos cursos estudados.

Analisando, realçamos as seguintes informações:

- dos 36 alunos do Curso de Edificações, 22 são do sexo feminino e 14 do sexo masculino;
- dos 8 alunos de Eletromecânica aprovados no ano anterior, sendo 04 são do sexo masculino e 4 do sexo feminino;
- Curso de Informática: dos 38 alunos aprovados em 2017, foi 1 transferido em 2018, ficando apenas 37 alunos e desses 19 são do sexo feminino e 17 do sexo masculino.

Observa-se que o maior número de transferências e retidos está no primeiro ano, apesar de a Instituição já fazer um trabalho de nivelamento de ensino das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, revisando conteúdos elementares do Ensino Fundamental e aulas de reforço complementares regulares, ainda não é o suficiente para poder manter esses alunos na Instituição. Se um dos objetivos do Decreto nº 7.234/2010 era “reduzir as taxas de evasão”, parece-nos que atuar só ao nível dos recursos financeiros não é suficiente para o aluno permanecer na escola e concluir os estudos, existem outros fatores que estão envolvidos além do socioeconômico que precisa ser investigado mais detalhadamente.

Gráfico 3 – Distribuição dos alunos dos terceiros anos pelos cursos e ocorrências em 2018



Fonte: Coordenação de Registros Acadêmicos - CRA

Autor: investigador.

Como se pode observar nos gráficos acima, não existe uma diferença significativa em se tratando de identidade de gênero, ou seja, verifica-se que os números alcançados pelos alunos do sexo masculino e feminino, praticamente, são os mesmos.

Ainda se pode constatar pela análise dos estudantes ingressos em 2016, que eram 150 e no final de 2018 já se encontrava um número expressivamente reduzido, isto é, 81

alunos (só restaram 54% de alunos) devido aos reprovados, retidos e outras ocorrências ao longo dos três anos.

Neste acompanhamento, pode-se classificar a presente avaliação como do tipo *ex-post*, ou seja, é aquela que é feita ao final de um ciclo ou determinado período, como referido por Cavalcanti (2007, p. 112) “consiste em obter dados após a finalização do programa ou projeto, para valorar o nível de consecução dos objetivos”. Neste caso específico, é a avaliação do ciclo educacional dos alunos que ingressaram em 2016 e concluíram em 2018.

Pode-se dizer que é recente o estudo sobre o processo de avaliação e há pouca literatura sobre o tema, assim, acredita-se que esta pesquisa em concreto pode contribuir significativamente para a avaliação das políticas de assistência estudantil, quem sabe até vir a ser usada em estudos futuros. Vejamos uma comparação entre os resultados observados ao longo do triênio em estudo.

Tabela 11 – Comparação de resultados do aproveitamento de alunos nos 3 anos (2016-2018)

| Curso | Nº total de alunos Inscritos | Aprovados | Retidos | Transferidos | Evadidos | Cancelado |
|-------------|------------------------------------|-----------|-------------|--------------|----------|-----------|
| | | | 2016 | | | |
| Edificações | 19 H <u>26 F</u> Total 45 | 38 | 3 | 3 | 0 | 1 |
| Eletrom... | 20 H <u>10 F</u> Total 30 | 11 | 12 | 5 | 2 | 0 |
| Informática | 37 H <u>38 F</u> Total 75 | 45 | 11 | 16 | 1 | 2 |
| | 2017 | | | | | |
| Edificações | 38 | 36 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Eletrom... | 11 | 8 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| Informática | 45 | 38 | 5 | 2 | 0 | 0 |
| | 2018 | | | | | |

| | | | | | | |
|-------------|----|----|---|---|---|---|
| Edificações | 36 | 36 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Eletrom... | 8 | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Informática | 38 | 37 | 0 | 1 | 0 | 0 |

Fonte: Coordenação de Registros Acadêmicos - CRA

Autor: investigador.

Em resumo, constatou-se que dos 150 alunos ingressos em 2016, 80 receberam auxílio estudantil o equivalente (53,33%) uma percentagem bem expressiva, sendo 20 do Curso de Edificações, 14 de Eletromecânica e 46 de Informática. Em linhas gerais, verificou-se no Curso de Edificações 19 aprovados e um transferido, no Curso de Eletromecânica 05 aprovados, 07 retidos e 02 transferidos. Já no Curso de Informática concentrou-se um maior número de alunos beneficiados e desses foram 29 aprovados, 07 retidos, 09 transferidos e um evadido, como se pode verificar na Tabela 12 que se segue.

Tabela 12 - Lista de Alunos beneficiários do PAE 2016

| | 2016 | | | | | | |
|----------------|--------------|----------------|---------------------------|---------|-------------------|---------------|-----------------|
| Nome do curso | Beneficiados | Aprova- dos | Taxa de Aprova- ção | Retidos | Transfe- ridos | Evadi- dos | Canc. Ofício |
| Edificações | 20 | 19 | 95% | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Eletromecânica | 14 | 5 | 35,71% | 7 | 2 | 0 | 0 |
| Informática | 46 | 29 | 63,04% | 7 | 9 | 1 | 0 |
| TOTAL | 80 | 53 | 66,25% | 14 | 12 | 1 | 0 |

Fonte: IFRO-CV

Autor: investigador.

Do mesmo modo, em 2017, (ver Tabela 13 abaixo) foram beneficiados 54 alunos (uma diminuição de 32,5% de beneficiados, comparativamente ao ano anterior), sendo 23 de Edificações, 7 Eletromecânica e 24 de Informática.

Do Curso de Edificações 100% foram aprovados, dos sete alunos de Eletromecânica 6 ficaram aprovados e um foi transferido; o Curso de Informática teve 22 aprovados correspondendo (91,67%) dos alunos beneficiados, um retido e um transferido.

Tabela 13 - Lista de Alunos beneficiários do PAE 2017

| | 2017 | | | | | | |
|----------------|--------------|-----------|-------------------|--------|-------------|---------|--------------|
| Nome do Curso | Beneficiados | Aprovados | Taxa de aprovação | Retido | Transferido | Evadido | Canc. Ofício |
| Edificações | 23 | 23 | 100% | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Eletromecânica | 7 | 6 | 85,71% | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Informática | 24 | 22 | 91,67% | 1 | 1 | 0 | 0 |
| TOTAL | 54 | 51 | 94,44% | 1 | 2 | 0 | 0 |

Fonte: IFRO-CV
 Autor: investigador.

No terceiro e último ano, dos 81 alunos aprovados, 56 receberam auxílios, apenas um foi transferido, os demais foram aprovados, de acordo com a Tabela 14 seguinte. Assim, pode-se concluir que o maior número de alunos retidos e transferidos dos beneficiados com os PAE foram no primeiro ano, nos subsequentes 2017 e 2018 praticamente não houve alunos retidos e transferidos.

Tabela 14 - Lista de Alunos beneficiários do PAE 2018

| | 2018 | | | | | | |
|----------------|--------------|-----------|-------------------|--------|-------------|---------|--------------|
| Nome do curso | Beneficiados | Aprovados | Taxa de aprovação | Retido | Transferido | Evadido | Canc. Ofício |
| Edificações | 26 | 26 | 100% | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Eletromecânica | 10 | 10 | 100% | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Informática | 20 | 19 | 95% | 0 | 1 | 0 | 0 |
| TOTAL | 56 | 55 | 98,21% | 0 | 1 | 0 | 0 |

Fonte: IFRO-CV
 Autor: investigador.

3.9. Recurso Orçamentário para atender o PNAES

O PNAES possui uma rubrica específica dentro da Lei Orçamentária Anual (LOA) que é ação 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional da qual constam os

valores que serão implementados pelos Institutos. Esses recursos estão distribuídos pelos PAE, nomeadamente as seguintes tipologias: alimentação, transporte e moradia.

Os recursos autorizados na Assistência Estudantil, para IFRO-CV, foram fornecidos pela Diretoria de Planejamento e Administração, extraídos da respectiva matriz orçamentária e se encontram na Tabela 15 como se pode observar.

Tabela 15 - Orçamento da Ação de Assistência ao Educando da Educação Profissional (em Reais)

| Exercício | 2016 | 2017 | 2018 |
|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Valor orçamentário | 456 796,32 | 468 306,40 | 421 318,04 |
| Variação anual | - | +2,52% | -10,02% |

Fonte: IFRO-CV

Autor: investigador.

Como se pode ver na tabela anterior, registou-se uma variação no valor orçamentado de ano para ano: do 1º para o 2º foi um aumento aproximadamente de 2,52%, e do 2º para o 3º ano, já se verificou uma diminuição de 10,02%.

O orçamento público tem papel importante na implementação das políticas públicas. É indispensável para o gestor poder aplicar os recursos financeiros, de forma coerente, aos alunos mais necessitados. Daí a imprescindibilidade do trabalho de equipe multidisciplinar do *Campus* para levar a cabo com êxito esse trabalho de seleção dos discentes.

De acordo com os dados do crédito orçamentário indicados na Tabela 16, abaixo, verificou-se que em 2016 e 2017 não foram utilizados todos os valores orçamentários previstos para empregar nas ações da Assistência Estudantil. Já em 2018 o que estava previsto não foi suficiente para atender a demanda do PNAES, tendo sido reforçado pelo orçamento da Reitoria, esses dados foram levantados junto ao Tesouro Gerencial que é um Sistema Integrado à Secretaria do Tesouro Nacional sendo esta a principal ferramenta utilizada para extração de informação em que estão registradas todas as transações de execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.

Tabela 16 - Crédito Disponível Executado com Assistência Estudantil (em Reais)

| Exercício | 2016 | 2017 | 2018 |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Valores executados | 352 976,57 | 445 726,46 | 488 083,23 |
| Varição dos valores executados | - | +26,27 | +9,50% |

Fonte: Tesouro Gerencial

Autor: investigador.

Os valores atrás foram efetivamente executados com auxílio financeiro a estudantes e também com material de consumo, passagens e despesas com locomoção e seguros para os alunos. O IFRO-CV teve pequena evolução na execução dos recursos conforme Tabela 16, mas, apesar do crescimento, ainda apresenta ineficiência na aplicação dos recursos.

Fazendo um comparativo entre orçado na Tabela 15 e o executado na Tabela 16, verificou-se que o IFRO-CV:

- em 2016, não gastou todo o valor previsto com Assistência Estudantil, tendo devolvido R\$ 103 819,75 (cento e três mil oitocentos e dezenove reais e setenta e cinco centavos);
- em 2017, foi devolvido um valor menor, ou seja, de R\$ 22 579,94 (vinte e dois mil quinhentos setenta e nove mil e noventa e quatro centavos);
- em 2018, ocorreu um déficit orçamentário sendo necessário um complemento pela Reitoria do IFRO no valor de R\$ 66 765,19 (sessenta e seis mil setecentos sessenta e cinco reais e dezenove centavos).

Vários alunos foram contemplados pelo PNAES, entre eles estão aqueles que ingressaram em 2016 e concluíram em 2018 conforme tabela abaixo.

Tabela 17 - Lista de Resumo de Alunos beneficiários do PAE por curso e por ano

| Nome do curso | 2016 | 2017 | 2018 |
|----------------------|-------------|-------------|-------------|
| Edificações | 20 | 23 | 26 |
| Eletromecânica | 14 | 7 | 10 |
| Informática | 46 | 24 | 20 |
| TOTAL | 80 | 54 | 56 |

Fonte: IFRO-CV

Autor: investigador.

Capítulo IV – Conclusões

4.1 Introdução

Nesse capítulo apresentaremos as Considerações Finais desta investigação sobre Impacto de Políticas Públicas de Assistência Estudantil aos Alunos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no período de 2016 a 2018 do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO *Campus* Vilhena. Indicaremos também algumas recomendações da presente pesquisa. As Considerações Finais foram obtidas a partir dos objetivos específicos a que nos propusemos realizar, contidos no Capítulo I.

4.2 Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objeto central estudar as Políticas de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO *Campus* Vilhena, procurou responder as dúvidas sobre a efetividade do PAE, isto é, se os auxílios estudantis contribuem para a manutenção e conclusão do curso.

O PNAES traçado pelo Governo Federal através da Lei nº 7.234/2010 estabelece ações segundo as quais as Instituições de Ensino, inclusive os Institutos Federais, devem criar mecanismos e condições para atender os alunos considerados em condições socioeconômicos vulneráveis. Essa intervenção junto destes traduz-se na atribuição de auxílios financeiros da Assistência Estudantil, garantindo-lhes uma permanência e conclusão do curso, e estimulando-os a continuarem os estudos.

Os auxílios de assistência estudantil deveriam oportunizar mais alunos, priorizando aqueles considerados oriundos de família de baixa renda como normatiza o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil. Para que isso fosse possível, o *Campus* Vilhena montou uma equipe multidisciplinar com profissionais de diversas áreas (assistente social, pedagogo, psicólogos, técnicos em assuntos educacionais, assistente de alunos, enfermeira, técnico administrativo) com o intuito de melhor atender os alunos do público alvo.

Em relação ao sistema interno de avaliação do IFRO-CV é necessário que se criem mecanismos de monitorarização e melhoria do processo de implementação dos auxílios estudantis. Segundo os relatos dos servidores, o IFRO-CV não tem um sistema de

monitoramento e de avaliação, pelo que se faz necessário um sistema de avaliação dessas ações implementadas pela Instituição para otimizar a execução dos recursos financeiros.

Ainda, de acordo com a pesquisa verificou-se a ausência de controle dos alunos beneficiados com auxílios estudantis, dos transferidos, evadidos e retidos pela Coordenação de Assistência ao Educando. Essas informações são relevantes e não estão disponíveis por falta de um sistema informatizado que controle essas informações, até porque um dos objetivos do Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010 que regulamenta o PNAES, está no inciso II que são os “mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES”, artigo 5º. No entanto, não estão sendo atendidos como verificamos ao longo da pesquisa.

Constatou-se, na investigação, que o IFRO-CV não possui um sistema de avaliação de resultados dos programas de assistência estudantil nem tão pouco executa um acompanhamento e monitoramento dos alunos beneficiados, o que dificultou muito o levantamento dos dados da pesquisa, por não existir um sistema informatizado de gerenciamento acadêmico de controle de informações dos alunos, isso tem reflexo no processo de avaliação e acompanhamento interno dos programas de Assistência Estudantil.

Para os servidores pesquisados, o auxílio estudantil proporciona melhores condições aos alunos, mas não é um fator preponderante para sua conclusão do curso. Esses relatos dos servidores podem ser respaldados pela pesquisa realizada por Taufick (2013, p.124) que vai mais além ao afirmar que não se deve vincular o auxílio estudantil ao resultado de aprovação sem identificar as causas do baixo rendimento do aluno, é preciso combater que aluno carente seja responsável pela queda dos indicadores acadêmicos. Ainda a mesma autora afirma que a Rede Federal possui recursos “para oferecer suporte pedagógico aos seus alunos, atuando nas causas que levam à reprovação”.

Apurou-se que os recursos financeiros destinados aos auxílios estudantis não são suficientes para atender toda a demanda da Instituição, foram usados certos recursos num ano, aumentaram no ano seguinte, mas no terceiro ano não foram suficientes para as necessidades, portanto foi preciso providenciar um reforço.

Fica evidente a necessidade de o Governo Federal manter e ampliar os Programas de Assistência Estudantil garantindo condições como alimentação, transporte, auxílio moradia, serviços essenciais para esses alunos de baixa renda de forma a garantir-lhes a permanência na escola, contribuir para criar oportunidades de uma ascensão social, ou como refere o diploma legal “devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de

oportunidades, contribuir para o desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.” (Decreto nº 7.234/2010, Parágrafo Único, artigo 4º).

Em síntese, para os servidores pesquisados, o PNAES tem grande relevância para os alunos considerados socioeconomicamente vulneráveis, dadas as enormes carências, as ações de Assistência Estudantil contribuem significativamente, mas não são sinônimos de garantia de permanência e de êxito na escola.

A pesquisa também contou com os alunos concluintes dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFRO-CV que recebiam recursos financeiros do Programa de Assistência Estudantil. A população era constituída por 56 alunos alvo de auxílio financeiro distribuídos pelos três cursos: Edificação, Eletromecânica e Informática e desses 49 concordaram em participar da pesquisa, mas um não respondeu. Sim, os respondentes foram 48 o que equivale a 85% da população total, número significativo para a pesquisa.

A investigação constatou que dos 80 alunos que ingressam na Instituição em 2016, e que receberem ajuda financeira, apenas 55 alunos (68,75%) concluíram o curso em 2018, o que nos parece um número baixo atendendo ao esforço desenvolvido, esperava-se uma percentagem mais próxima da totalidade. Esse não é um problema exclusivo do IFRO-CV, porque, segundo Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) de 2012, em vários Institutos Federais, a taxa de conclusão do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio situa-se em 46,8%. O índice de alunos que concluem o curso do IFRO-CV não foge da realidade dos demais Institutos, ainda assim apresenta resultados um pouco acima dos do referido relatório.

Assim, o documento apresentado pelo TCU sugere aos gestores que criem mecanismos para diminuir a evasão escolar e busquem identificar aqueles alunos com maior possibilidade de evasão por meio de acompanhamento de uma equipe multidisciplinar, como refere (Relatório TCU 2012, p.01):

entende-se oportuno recomendar à Setec/MEC que, em conjunto com os Institutos Federais, institua plano voltado ao tratamento da evasão na Rede Federal de Educação Profissional, que contemple: a) levantamento de dados de variáveis que permitam identificar alunos com maior propensão de evasão; b) inserção nos Termos de Acordos de Metas e Compromissos de indicadores de evasão, retenção e conclusão, desagregados para diferentes modalidades de cursos (Médio Integral, Licenciatura etc); c) análise quanto à viabilidade de adequação dos critérios PNAES ou de normatização/regulamentação de outras linhas de assistência estudantil voltadas ao atendimento de alunos com risco de evasão; d) garantia de alocação de profissionais para realizar o acompanhamento escolar e social de alunos nos campi; e) o fomento a

participação de alunos em programas de reforço escolar, assim como a sua participação como tutores e monitores.

Ainda, segundo a pesquisa, a maioria dos alunos vêm à escola por transporte público. Faz-se necessária uma articulação de políticas públicas com os responsáveis pelo transporte para a melhoria de condições, no que se refere a horários, preços acessíveis para alunos e um transporte de qualidade. Como se vê a implantação do Programa de Assistência Estudantil na modalidade de ajuda para transporte é muito importante para os beneficiados. A este nível, conforme relatos dos alunos inquiridos, indiscutivelmente o PAE contribui para a sua permanência o que impacta diretamente para a conclusão do curso.

Uma queixa recorrente dos alunos inquiridos foi o atraso quase rotineiro das entregas financeiras, o que dificulta muito a gestão econômica do agregado familiar, provocando ausências às aulas por falta de aquisição do passe de transporte. Também aqui se deve melhorar as condições em que este procedimento é feito. Se pensarmos que 40% da ajuda é para alimentação, este ponto é sobremaneira a ser tido em conta, pois trata-se de necessidade básica.

Os recursos financeiros orçamentados e empregues tiveram resultado positivo na manutenção e contribuíram para que os alunos auxiliados concluíssem os cursos; dos 81 que terminaram o terceiro ano do Ensino Médio, 55 foram beneficiados, portanto foram bem aplicados, atendendo à taxa de aprovação de 67,90% dos concluintes beneficiados, mas faltou uma monitorização mais próxima e clara da sua atribuição de modo a não haver erros.

É neste campo que esta investigação possui valor e se espera que as suas considerações tragam ideias muito claras e alerta para futuras intervenções já de imediato no IFRO-CV e que sirvam de exemplo para outros.

A presente pesquisa atingiu os objetivos propostos que era analisar o impacto das políticas de Assistência Estudantil no IFRO-CV, assim apresentaremos o resumo dos resultados dos Objetivos Geral e Específico conforme tabela abaixo.

Tabela 18: Resumo contrapondo objetivos apresentados na pesquisa com os resultados obtidos na pesquisa

| Objetivo Geral | Resultados obtidos |
|---|--|
| Esta investigação teve por Objetivo Geral analisar o impacto das políticas públicas de assistência estudantil nos alunos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, no período de 2016 a 2018, do IFRO-CV. | Foi atingido o objetivo proposto que era de analisar o impacto das políticas públicas de assistência estudantil, dos 81 alunos concluintes em 2018, e resultou que 69% desses receberam algum tipo de auxílio estudantil. |
| Objetivos Especificos | Resultados obtidos |
| 1) Averiguar quanto foi investido em recursos financeiros, na Assistência Estudantil, no período de 2016 a 2018; | Foram levantados junto à Diretoria de Planejamento e Administração do IFRO-CV os respectivos valores: 2016 R\$= 352 976,57, 2017 R\$= 445 726,46 e em 2018 R\$= 488 083,23. Entre 2016 e 2018 foram gastos com Assistência Estudantil R\$= 1 286 786,26 (um milhão duzentos e oitenta e seis mil e setecentos oitenta e seis reais e vinte e seis centavos). |
| 2) Identificar quais programas da Política de Assistência Estudantil do IFRO-CV que foram disponibilizados aos alunos no período de 2016 a 2018; | O PNAES possui várias ações dentro da Assistência Estudantil, de acordo com a pesquisa, destacamos: bolsa monitoria, auxílio transporte, alimentação, moradia, auxílio ao estudante colaborador, auxílio complementar. Os que mais se destacam são: o auxílio transporte e alimentação. |
| 3) Investigar quantos alunos foram contemplados com recursos disponibilizados pela Assistência Estudantil; | Segundo a pesquisa, verificou-se que dos alunos que ingressaram em 2016, 80 foram beneficiados; já no ano de 2017, por terem sido vários alunos transferidos e retidos, o número de beneficiados reduziu para 54; em 2018, passou para 56. No período de 2016 a 2018 foram concedidas 190 ajudas financeiras. |

| | |
|---|--|
| 4) Identificar quantos alunos ingressaram em 2016 e quantos destes concluíram em 2018; | Conforme corroborado pela análise dos resultados detectou-se que dos alunos ingressantes em 2016, 54% concluíram o curso em 2018, totalizando 81 alunos. |
| 5) Estudar o impacto das políticas de Assistência Estudantil no aproveitamento acadêmico dos referidos alunos, naquele período. | <p>O impacto das políticas de Assistência Estudantil foi positivo, de acordo com a pesquisa, porque dos 80 alunos beneficiados em 2016, 66,25% tiveram aprovação.</p> <p>Em 2017, reduziu o número de atendidos passando para 54, porém com nível de aproveitamento maior chegando a 94,44% contra os anteriores 66,25.</p> <p>E fechando o ciclo em 2018, dos 56 atendidos por uma das ações desenvolvidas no <i>Campus</i>, 55 foram aprovados e um transferido.</p> |

Autor: investigador

Apuradas estes dados e atendendo aos objetivos definidos no Primeiro Capítulo, apresentamos um conjunto de sugestões de melhoria.

Tabela 18 – Sugestões para melhorias na aplicação dos recursos PNAES

| SUGESTÕES DE MELHORIA NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PNAES | |
|---|---|
| 1 | Haver maior e mais próximo acompanhamento dos alunos que recebem os auxílios financeiros. |
| 2 | Efetuar uma gestão prudente da verba recebida, aplicando-a, com eficiência, àqueles alunos que, realmente, são considerados socioeconomicamente vulneráveis. |
| 3 | Criar mecanismos para poder fazer avaliação dos impactos das ações de Assistência Estudantil. |
| 4 | Rever os critérios de distribuição de auxílio financeiro, considerando inflação e desvalorização cambial (detectou-se existir um aluno com auxílio renda familiar apesar de o rendimento do seu agregado se situar entre 10 e 30 salários mínimos). |
| 5 | Avaliar a necessidade de aumentar o número de bolsas de monitoria ou reavaliar a distribuição do tipo de bolsa. |

Autor: investigador.

E para futuras pesquisas a partir deste trabalho sugerimos:

- a) fazer estudo sobre o custo do aluno Técnico Integrado ao Ensino Médio do *Campus* Vilhena;
- b) investigar se os egressos estão trabalhando na área da conclusão do curso,
- c) fazer pesquisa comparativa nos *Campis* dos Cursos Técnicos na mesma área de atuação.

BIBLIOGRAFIA

- Abramovay, M. (2002). Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina. *Vulnerabilidade Social* 192. Retirado de http://repositorio.minedu.gob.pe/bitstream/handle/123456789/1379/2002_Abramovay_Juventud_violencia_y_vulnerabilidad_social_en_Am%C9rica_Latina_desaf%EDos_para_pol%EDticas_p%FAbricas.pdf?sequence=1. Acesso em 21/07/2018.
- Brasil. Lei nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 09/12/2017.
- Brasil. Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1993. Dispõe sobre prova documental e outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7115.htm. Acesso em 09/12/2017.
- Brasil. Lei nº 8.622, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em 09/12/2017.
- Brasil. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 13/12/2017.
- Brasil. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937*. www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 19/12/2017.
- Brasil. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF. 2008. Disponível: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em 20 de junho 2015.
- Brasil. Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria Escola de Aprendizes e Artífices para o ensino profissional e gratuito, nas capitais dos Estados. Disponível: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf >. Acesso em 20 de junho 2015.
- Brasil. Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. Nova organização do Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/1930-1949/L0378.htm>. Acesso em 20 de junho 2016.
- Brasil. Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/19401949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 20 de junho 2015.
- Brasil. Decreto-Lei nº 4.244, de 08 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4244.htm>. Acesso em 20 de junho 2015.

- Brasil. Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura. Disponível: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3552.htm> Acesso em 20 de junho 2015.
- Brasil. Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em 20 de junho 2015.
- Brasil. Lei Nº 8.670 de 30 de Junho de 1993. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8670.htm. Acesso em 20 de junho de 2015.
- Brasil. LEI Nº 11.534, de 25 de outubro de 2007. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11534.htm. Acesso em 20 de junho de 2015.
- Brasil. Lei Nº 6.545, de 30 de Junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm. Acesso em 20 de junho de 2015
- Brasil. decreto Nº 47.038, de 16 de outubro de 1959. Aprova o Regulamento do Ensino Industrial. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D47038.htm. Acesso em 20 de junho de 2015.
- Decreto Nº 87310, de 21 de junho de 1982. Regulamenta a Lei nº 6545 de 30 de junho de 1978, e. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D87310.htm. Acesso em 20 de junho de 2015.
- Brasil. Decreto Nº 1606, de 29 de dezembro de 1906. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1606-29-dezembro-1906-582057-publicacaooriginal-104760-pl.html>. Acesso em 20 junho de 2015
- Borba, É. (2013). *A Implementação da Política Pública de Ensino a Distância: O Caso de Dois Cursos da Universidade Federal de Lavras*. Prpg.Ufla.Br. Retirado De http://Prpg.Ufla.Br/_Ppg/Admpublica/Wp-Content/Uploads/2015/12/Dissertacao_Erika.Pdf. Acesso Em 05/07/2018.
- Breyner, R. O.. (2014). A Implementação do Programa Bolsa Família sob a Perspectiva da Condicionalidade Educacional: Uma Análise a Partir dos Agentes Públicos de Base. *Revista Do Serviço Público Brasília*, 517–544. Retirado de Http://Repositorio.Ufop.Br/Bitstream/123456789/6839/1/Artigo_ImplementaçãoprogramaboIsa.Pdf. Acesso Em 07/07/2018.
- Cavalcanti, P. A. (2007). *Sistematizando e Comparando os Enfoques de Avaliação e de Análise de Políticas Públicas: Uma Contribuição Para a Área Educacional*. Retirado de <http://Repositorio.Unicamp.Br/Handle/Reposip/252127>. Acesso Em 04/03/2018.

- Cavaleiro, J. S. (2013). *O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais Gaúchos e o Trabalho do Assistente Social: Alcances, Perspectivas e Desafios*. Retirado De [Http://Tede.Ucpel.Edu.Br:8080/Jspu I/Bitstream/Tede/330/1/Josiela.Pdf](http://Tede.Ucpel.Edu.Br:8080/Jspu%20I/Bitstream/Tede/330/1/Josiela.Pdf). Acesso Em 14/12/2017.
- Chizzotti, A. (2014). *Pesquisa Qualitativa Em Ciências Humanas E Sociais* (6ª. Ed.). Petrópolis/Rj: Vozes.
- Cunha, L. A. (2005). *O Ensino de Ofícios nos Primórdios da Industrialização*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Unesp.
- Duarte, A. I. F., Rodrigues, M. de L. R. (2015). *Condições de Formulação das Políticas Públicas: O Caso da Generalização do Ensino Profissional, 2004-2009*. Retirado De [Http://Search.Ebscohost.Com/Login.Asp?Direct=True&Site=Eds-Live&Db=Edsrca&An=Rcaap.Doctoralthe Sis.10071.11324](http://Search.Ebscohost.Com/Login.Asp?Direct=True&Site=Eds-Live&Db=Edsrca&An=Rcaap.Doctoralthe%20Sis.10071.11324). Acesso Em 07/07/2018.
- Feres, M. M.; Patrão, C. N. (2009). *Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)*. Portal.Mec.Gov.Br/Index.Php?Option=Com_Docman&Task=Doc_Download&. Acesso em 14/12/2017.
- Frey, K. (2000). *Políticas Públicas: Um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil*. Retirado De [Http://Www.Ufpa.Br/Epdir/Images/Docs/Paper21.Pdf](http://Www.Ufpa.Br/Epdir/Images/Docs/Paper21.Pdf). Acesso Em 14/07/2018.
- Fonseca, C. S. (1996). *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro. Senai/Dn/Dpea.
- Giacomoni, J. (2007). *Orçamento Público*. 13º Ed. São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2010). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. (5ª. Ed.). São Paulo: Atlas.
- Gómez, R. D. (N.D.). *Gestión de Políticas Públicas: Aspectos Operativos Management of Public Policies: Operational Aspects*. Retirado de <http://www.Scielo.Org.Co/Pdf/Rfnsp/V30n2/V30n2a11.Pdf>. Acesso em 14/03/2018.
- Kuenzer, A. (2000). *Ensino Médio e Profissional: As Políticas do Estado Neoliberal*. 2ª Ed. São Paulo, Cortez.
- Lima, L. L., Ascenzi, L. D. (2013). Implementação De Políticas Públicas: Perspectivas Analíticas. *Revista de Sociologia e Política*, 21(48), 101–110. <https://doi.Org/10.1590/S0104-44782013000400006>. Acesso em 28/01/2018.
- Luiza, M., & Rizzotti, A. (2013). *A Vigilância Social Na Política De Assistência Social : Uma Aproximação Conceitual*, 130–151. <https://Doi.Org/10.5433/1679-4842.2013v15n2p>. Acesso em 06/07/2018.
- Lotta, G. S. (2010). *Implementação de Políticas Públicas : O Impacto dos Fatores Relacionais e Organizacionais sobre a Atuação dos Burocratas de Nível de Rua no Programa Saúde da Família*. <https://Doi.Org/10.11606/T.8.2010.Tde-20102010-120342>. Acesso em 06/07/2018.
- Manfredi, S. M. (2002). *Educação Profissional No Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Marconi, M. D. A., Lakatos, E. M. (2011). *Metodologia Científica* (6ª. Ed.). São Paulo: Atlas.
- Najberg, E., Barbosa, N. B. (2006). Abordagens sobre o Processo de Implementação de Políticas

- Públicas. *Interface*, 3(2), 31–43. Acesso em 27/01/2018.
- Nazareth, H. R. de S. (2005). *Curso Básico de Estatística* (12ª. Ed.). São Paulo: Ática.
- Oliveira, O. A. (1999). *História Desenvolvimento e Colonização do Estado de Rondônia*. Porto Velho. Dinâmica Editora e Distribuidora, Ltda.
- Oliveira, O. A.. (2005). *Geografia de Rondônia Espaço & Produção*. Porto Velho, 3ª Ed. Dinâmica Editora e Distribuidora Ltda.
- Piletti, N. (1996). *História da Educação No Brasil*, (6a Ed.). São Paulo: Ática.
- Pinto, I. C. D. M. (2008). Mudanças nas Políticas Públicas: A Perspectiva do Ciclo de Política. *Revista de Políticas Públicas*, 12(1), 27–36. Retirado de http://webcache.Googleusercontent.Com/Search?Q=Cache:Gu_5jxv56hoj:Www.Revistapoliticaspublishas.Ufma.Br/Site/Download.Php?Id_Publicacao=153+&Cd=1&Hl=Pt-Br&Ct=Clnk&Gl=Br. Acesso em 24/02/2018.
- Reis, E. M. C. Dos. (2016). *Pnaes : Uma Análise da Implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília*. Retirado de <http://repositorio.Unb.Br/Handle/10482/20898>. Acesso em 14/12/2017.
- Portaria Normativa Nº 39, de 12 de Dezembro de 2007. (N. D.). Retirado de http://portal.Mec.Gov.Br/Arquivos/Pdf/Portaria_Pnaes.Pdf
- Portaria Mec. Nº 1170 de 21/09/2010. Autoriza as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a Promover o Funcionamento dos seus Respectivos *Campus*. <https://Www.Legisweb.Com.Br/Legislacao/?Id=228033>. Acesso Em 15 de Junho de 2015.
- Romanelli, O. O. (1989). *História da Educação no Brasil*. 11ª Edição, Petrópolis. Rj, Ed. Vozes.
- R Core Team (2018). *R: A Language and Environment for Statistical Computing*. Foundation For Statistical Computing. Vienna, Austria. <https://Www.R-Project.Org/>.
- Resolução Nº 016/Consup/Ifro, de 15 de Maio de 2014. <http://www.Ifro.Edu.Br>. Acesso em 15 de Junho de 2015.
- Resolução Nº 19/Consup/Ifro, de 21 de Junho de Pdf. (N.D.). Retrieved December 9, 2017, from <https://docplayer.Com.Br/10503049-Resolucao-No-19-Consup-Ifro-de-21-de-Junho-de-2011.Html>.
- Resolução Nº 033/Consup/Ifro, de 22 de Setembro de 2014. (N.D.). Retrieved December 9, 2017, From <http://Ptdocz.Com/Doc/430035/Resolucao-Nº-033-Consup-Ifro--de-22-de-Setembro-de-2014>.
- Secchi, L. (2013). *Políticas Públicas. Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos* (2ª Ed.). São Paulo: Cengage.
- Severino, A. J. (2012). *Metodologia do Trabalho Científico*, (23a Ed.). São Paulo: Cortez.
- Silva, G. (1984). *No Rastro dos Pioneiros; Um Pouco da História Rondoniana*. Porto Velho, 2ª Ed. Seduc.

- Souza, C. (2006). Políticas Públicas: Uma Revisão Da Literatura. *Sociologias*, (16), 20–45. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em 17/12/2017.
- Taufick, A. L. O. L. (2014). Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação*, 30(1), 181–201. Retirado de <https://www.Bing.Com/Search?Q=Analise+Dea+Politica+De+Assistencia+Estudantil+Dos+Institutos+Federais+De+Educacao%2c+Ciencia+E+Tecnologia&Qs=N&Form=Qblh&Pc=SI09&Sp=-1&Pq=Analise+Dea+Politica+De+Assistencia+Estudantil+Dos+Institutos>. Acesso em 27/02/2018.
- Teixeira, M. A. D., Fonseca, D. R. (2003). *História Regional: Rondônia*, (4ª. Ed.). Porto Velho: Rondoniana.
- Triviños, A. (1987). *Introdução À Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas.
- Tude, J. M., Ferro, D., Santana, F. P. (2016). *Gestão de Políticas Públicas*. Curitiba: Iesde Brasil S/A.
- Vasconcelos, N. B. (2010). Programa Nacional De Assistência Estudantil: Uma Análise Da Evolução Da Assistência Estudantil Ao Longo Da História Da Educação Superior No Brasil, 17(2), 599–616. Retirado de <http://www.Seer.Ufu.Br/Index.Php/Emrevista/Article/Viewfile/11361/6598>. Acesso em 01/07/2018.
- Vergara, S. C. (2014). *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*, (2ª. Ed.). São Paulo: Atlas. Retirado de <https://doi.org/10.1590/S1415-65552005000300014>. Acesso em 11/02/2018.
- Zanella, L. C. H. (2009). *Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração*. Brasília: Capes.
- Tribunal de Contas da União. Relatório de Auditoria. (2012). *Auditoria Operacional. Fiscalização de Orientação Centralizada. Rede Federal de Educação Profissional*. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D92847E5F3E97>. Acesso em 05/12/2018.

Apêndices

APÊNDICE A - TALE

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa, para o trabalho de conclusão de Mestrado em Assessoria em Administração, intitulado: IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS ALUNOS DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO NO PERÍODO DE 2016 A 2018 DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - *Campus Vilhena*.

O Projeto é de responsabilidade do pesquisador Aparecido Portela da Silva, orientado pela Professora Doutora Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves e pela co-orientadora professora Doutora Jaqueline Aida Ferrete.

Informamos que o Objetivo Geral da pesquisa é analisar o Impacto das Políticas Públicas de Assistência Estudantil nos alunos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no período de 2016 a 2018 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - *Campus Vilhena*.

É garantida a liberdade da retirada de seus dados da pesquisa a qualquer momento. E que a participação é voluntária, não havendo despesas nem compensação financeira relacionada à sua participação.

Quanto aos riscos que eventualmente possam ser associados aos participantes, estes estarão sujeitos a terem as informações vazadas e de sofrerem algum tipo de constrangimento, nervosismo e ansiedade, no entanto, para que isto seja minimizado será realizada a palestra, bem como, serão oferecidas orientações (em grupo ou individual) quanto ao preenchimento do questionário e os pesquisadores estarão à disposição, a qualquer momento da pesquisa, para maiores esclarecimentos.

Em relação aos benefícios advindos da participação dos alunos, estes serão apurados se contribuíram ou não para a sua permanência e êxito acadêmico. Caso se perceba que, afinal, não foram suficientes, tentar-se-á sugerir a sua remodelação para algo mais eficaz, destinado aos educandos envolvidos.

Esta investigação servirá como base de trabalho para a melhoria interna da política de Assistência Estudantil na instituição visada.

Para, além disso, você pode se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e se desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo financeiro ou moral. Bem como tem o direito de solicitar esclarecimentos de qualquer dúvida sobre o Projeto a qualquer momento.

Comprometo-me, como pesquisador principal, a utilizar os dados e o material coletado somente para esta pesquisa, o que envolve a elaboração da dissertação e posteriores publicações científicas. As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros sujeitos da pesquisa e não será divulgada a identificação de nenhum participante em momento algum.

Tendo sido orientado(a) quanto ao teor de tudo aqui mencionado e, compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar.

Local, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do Participante

Contato dos pesquisadores:

Aparecido Portela da Silva
aparecido.portela@ifro.edu.br
(69) 98463-3721

Prof.^a Doutora Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves
zromero@iscap.ipp.pt

Prof.^a Doutora Jaqueline Aida Ferrete
jaqueline.ferrete@ifro.edu.br
(69) 98114-4079

Dados do CEPI/IFRO

Av. 7 de Setembro, 2090, Bairro Nossa Senhora das Graças
CEP: 76.821-064 Porto Velho RO
Tel: (69)2182-9610 E-mail: cepi@ifro.edu.br

APÊNDICE B – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - Responsáveis

O(a) menor _____, sob sua guarda, está sendo convidado(a) a participar da pesquisa, para o trabalho de conclusão de Mestrado em Assessoria em Administração, intitulado: IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS ALUNOS DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO NO PERÍODO DE 2016 A 2018 DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - *Campus* Vilhena.

O Projeto é de responsabilidade do pesquisador Aparecido Portela da Silva, orientado pela Professora Doutora Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves e pela co-orientadora Professora Doutora Jaqueline Aida Ferrete.

Informamos que o Objetivo Geral da pesquisa é analisar o Impacto das Políticas Públicas de Assistência Estudantil nos alunos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no período de 2016 a 2018 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - *Campus* Vilhena.

É garantida a liberdade da retirada dos dados da pesquisa a(o) menor em qualquer momento. E que a participação é voluntária, não havendo despesas nem compensação financeira relacionada à sua participação.

Esclarecemos, ainda, que os riscos aos quais estarão sujeitos são de constrangimento, sentimentos de angústia, de incapacidade ou de frustração durante o preenchimento do questionário, no entanto, para minimizá-los, o(a) menor poderá gastar o tempo que quiser para responder, bem como, não será obrigado(a) a responder todas as questões e, ainda, poderá responder no local que melhor lhe convier. Se necessário, ele(a) poderá pedir auxílio para responder a qualquer umas das questões do questionário ou responder, apenas, aquelas que se sentir à vontade para tal.

Em relação aos benefícios aos alunos, poderão ser avaliados se estes contribuíram para a permanência e êxito dos mesmos, caso se perceba ao final que não foram suficientes, poder-se-á sugerir remodelamento destas políticas para algo que atinja de forma mais eficaz aos educandos envolvidos no processo. Quanto à instituição, a pesquisa servirá como subsídio para melhoria da política interna de assistência estudantil.

A finalidade da pesquisa é contribuir com os gestores na possibilidade de reformular e modernizar a política de assistência estudantil, caso venha apresentar alguma inconsistência no resultado, diferente do atual modelo apresentado pela instituição.

Para, além disso, o (a) menor pode se recusar a participar do estudo, ou retirar o consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e se desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo financeiro ou moral.

Comprometo-me, como pesquisador principal, a utilizar os dados e o material coletado somente para esta pesquisa, o que envolve a elaboração da dissertação e posteriores publicações científicas. As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros sujeitos da pesquisa e não será divulgada a identificação de nenhum participante em momento algum.

Tendo sido orientado(a) quanto ao teor de tudo aqui mencionado e, compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento para o(a) menor, acima descrito, participe da pesquisa.

Local, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do Responsável

Contato dos pesquisadores:

Aparecido Portela da Silva
aparecido.portela@ifro.edu.br
(69) 98463-3721

Prof.^a Doutora Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves
zromero@iscap.ipp.pt

Prof.^a Doutora Jaqueline Aida Ferrete
jaqueline.ferrete@ifro.edu.br
(69) 98114-4079

Dados do CEP/IFRO

Av. 7 de Setembro, 2090, Bairro Nossa Senhora das Graças
CEP 76.821-064 Porto Velho RO
Tel: (69)2182-9610 E-mail: cepi@ifro.edu.br

APÊNDICE C

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – DEMAIS PARTICIPANTES

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa, para o trabalho de conclusão de Mestrado em Assessoria em Administração, intitulado: IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS ALUNOS DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO NO PERÍODO DE 2016 A 2018 DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - *Campus* Vilhena.

O Projeto é de responsabilidade do pesquisador Aparecido Portela da Silva, orientado pela Professora Doutora Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves e pela co-orientadora Professora Doutora Jaqueline Aida Ferrete.

Informamos que o Objetivo Geral da pesquisa é analisar o Impacto das Políticas Públicas de Assistência Estudantil nos alunos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no período de 2016 a 2018 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - *Campus* Vilhena.

É garantida a liberdade da retirada de seus dados da pesquisa a qualquer momento. E que a participação é voluntária, não havendo despesas nem compensação financeira relacionada à sua participação.

Quanto aos riscos que eventualmente possam ser associados aos participantes, estes estarão sujeitos a terem as informações vazadas e de sofrerem algum tipo de constrangimento, nervosismo e ansiedade, no entanto, para que isto seja minimizado será realizada a palestra, bem como, serão oferecidas orientações (em grupo ou individual) quanto ao preenchimento do questionário e os pesquisadores estarão à disposição, a qualquer momento da pesquisa, para maiores esclarecimentos.

Em relação aos benefícios advindos da participação dos alunos, apurar-se-ão se os subsídios atribuídos a discentes contribuíram ou não para a sua permanência e êxito acadêmico. Caso se perceba que afinal não foram suficientes, tentar-se-á sugerir a sua remodelação para algo mais eficaz, destinado aos educandos envolvidos.

Esta investigação servirá como base de trabalho para a melhoria interna da política de Assistência Estudantil na instituição visada.

Para, além disso, você pode se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e se desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo financeiro ou moral. Bem como tem o direito de solicitar esclarecimentos de qualquer dúvida sobre o projeto a qualquer momento.

Comprometo-me, como pesquisador principal, a utilizar os dados e o material coletado somente para esta pesquisa, o que envolve a elaboração da dissertação e posteriores publicações científicas. As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros sujeitos da pesquisa e não será divulgada a identificação de nenhum participante em momento algum.

Tendo sido orientado(a) quanto ao teor de tudo aqui mencionado e, compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar.

Local, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do Participante

Contato dos pesquisadores:

Aparecido Portela da Silva
aparecido.portela@ifro.edu.br
(69) 98463-3721

Prof.^a Doutora Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves
zromero@iscap.ipp.pt

Prof.^a Doutora Jaqueline Aida Ferrete
jaqueline.ferrete@ifro.edu.br
(69) 98114-4079

Dados do CEP/IFRO

Av. 7 de Setembro, 2090, Bairro Nossa Senhora das Graças
CEP 76.821-064 Porto Velho RO
Tel: (69)2182-9610 E-mail: cepi@ifro.edu.br

APÊNDICE - D

Políticas Públicas de Assistência Estudantil do IFRO/*Campus* Vilhena

Questionário será aplicado aos Coordenadores dos Cursos Técnicos: Informática, Edificações, Eletromecânica; Diretor de Ensino; Assistente Social e ao Coordenador de Assistência ao Educando.

Prezado(a)

Docente e Técnicos administrativos,

Solicitamos sua participação numa investigação de Mestrado subordinada ao tema acima.

Assim, gostaríamos que você respondesse as questões abaixo.

1 - Como o Senhor (a) vê a perspectiva o Plano Nacional de Assistência Estudantil-PNAES no IFRO/*Campus* Vilhena?

2 - Na sua opinião, os subsídios da assistência estudantil garantem a permanência dos alunos no IFRO/*Campus* Vilhena?

3 - Quais os maiores avanços, no seu ponto de vista, que ocorreram na assistência estudantil no IFRO/*Campus* Vilhena de 2016 a 2018?

4 - Quais os maiores entraves encontrados no trabalho com alunos que precisam de assistência estudantil?

5 - Como vem sendo realizado o trabalho de acompanhamento dos alunos que recebem auxílio face aos obstáculos encontrados em seu percurso acadêmico?

6 - Qual a sua opinião acerca da política de assistência estudantil do IFRO/*Campus* Vilhena?

7 - Qual o principal objetivo da assistência estudantil no IFRO/*Campus* Vilhena?

8 As ações de assistência estudantil na instituição estão voltadas para assistência ou para o assistencialismo? Justifique sua resposta.

9) Se o senhor (a) fosse o responsável pelo Programa de Assistência Estudantil, o que mudaria nele?

Muito obrigado pela sua participação neste trabalho de investigação.

APÊNDICE - D

Políticas Públicas de Assistência Estudantil do IFRO/*Campus* Vilhena

Prezado

Senhor Diretor Geral

IFRO/*CAMPUS* VILHENA

Solicitamos sua participação numa investigação de Mestrado subordinada ao tema acima.

Assim, gostaríamos que o senhor respondesse as questões abaixo.

1 – Qual a sua perspectiva generalizada acerca do programa a assistência estudantil da IFRO/*Campus* Vilhena?

2 – O Senhor Diretor considera que os benefícios da assistência estudantil garantem a permanência dos alunos IFRO/*Campus* Vilhena?

3 - Quais os maiores avanços que ocorreram na sua gestão (2016-2018) em relação à assistência estudantil frente ao IFRO/*Campus* Vilhena?

4 - Quais os maiores entraves encontrados por você, como Diretor Geral, para poder atender a política de assistência ao estudante?

5 - Como vem sendo realizado a interlocução gestor e alunos assistidos?

6- Como vem se efetivando o papel da IFRO como fomentador da política de assistência estudantil?

7- Em sua opinião qual é o papel do assistente social no IFRO/*Campus* Vilhena, no contexto da assistência estudantil?

8 - Se o senhor fosse o responsável pelo Programa de Assistência Estudantil, o que mudaria nele?

Muito obrigado pela sua participação neste trabalho de investigação.

APÊNDICE – E

Políticas Públicas de Assistência Estudantil do IFRO/*Campus Vilhena*

Prezado(a) Discente,

Solicitamos sua participação numa investigação de Mestrado subordinada ao tema acima. Assim, gostaríamos que você respondesse, com sinceridade, escolhendo apenas uma resposta. É garantido o total anonimato e os dados serão apenas tratados estatisticamente.

Muito obrigado!

Grupo I– Dados familiares e pessoais

1) Qual é o seu sexo (identidade de gênero)?

☐ Masculino ☐ Feminino

2) Qual sua Idade?

a) ☐ 14 a 17 anos;

b) ☐ 18 a 21 anos;

c) ☐ 22 a 25 anos,

d) ☐ 26 a 29 anos;

e) ☐ > 30 anos

3) Qual a composição de sua família?

☐ Pai ☐ Mãe ☐ Padrasto ☐ Madrasta ☐ Avós

☐ 1 Irmão ☐ 2 Irmãos ☐ 3 Irmãos ☐ 4 Irmãos ☐ mais de 4 Irmãos

4) Qual o seu estado civil?

☐ Solteiro(a).

☐ Casado(a).

☐ União estável

☐ Separado(a) judicialmente/divorciado(a).

☐ Viúvo(a).

☐ Outro.

5) Qual a sua nacionalidade?

☐ Brasileira ☐ Brasileira naturalizada ☐ Estrangeira.

6) Qual nível de escolarização de seu pai/padrasto/tutor?

☐ Nenhuma.

☐ Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série).

☐ Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série).

☐ Ensino Médio.

☐ Ensino Superior - Graduação.

☐ Especialização

☐ Pós-graduação.

7) Qual o nível de escolarização de sua mãe/madrasta/tutora?

- ☐) Nenhuma.
☐) Ensino fundamental: 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série).
☐) Ensino fundamental: 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série).
☐) Ensino médio.
☐) Ensino Superior - Graduação.
☐) Especialização.
☐) Pós-graduação.

8) Qual a renda total de sua família, incluindo seus rendimentos?

- ☐) Até 1,5 salário mínimo(ate R\$ 1.431,00).
☐) De 1,5 a 3 salários mínimos (de R\$ 1.431,01 a R\$ 2.862,00).
☐) De 3 a 4,5 salários mínimos (de R\$ 2.862,01 a R\$ 4.293,00).
☐) De 4,5 a 6 salários mínimos (de R\$ 4.293,01 a R\$ 5.724,00).
☐) De 6 a 10 salários mínimos (de R\$ 5.724,01 a R\$ 9.540,00).
☐) De 10 a 30 salários mínimos (de R\$ 9.540,01a R\$ 28.620,00).
☐) Acima de 30 salários mínimos (mais de R\$ 28.620,01)

09) Como faz seu trajeto até ao IFRO/*Campus* Vilhena?

- ☐) à pé ☐) bicicleta ☐) transporte público ☐) carro/moto próprio
☐) carona ☐) transporte fretado ☐) outros Qual_____

10) Qual o curso técnico que você frequenta?

- ☐) Edificações ☐) Informática ☐) Eletromecânica

GRUPO II – Assistência Estudantil

1) Já conhecia o Programa de Assistência Estudantil do IFRO – *Campus* Vilhena?

- ☐) Sim ☐) Não

2) Pensando nos impactos do Programa de Assistência Estudantil para seu desempenho escolar, escolha uma só alternativa, assinalando com um X:

- a) Contribuiu para melhorar minha assiduidade e pontualidade
☐) Regular ☐) Bom ☐) Ótimo
b) Auxiliou na superação de minhas dificuldades
☐) Regular ☐) Bom ☐) Ótimo
c) Estimulou minha participação e envolvimento com os estudos
☐) Regular ☐) Bom ☐) Ótimo

3) Considerando os critérios e metodologia de seleção para inserção no Programa de Assistência Estudantil:

- a) As regras foram claras e bem divulgadas
☐) Regular ☐) Bom ☐) Ótimo
b) Os prazos foram razoáveis e dentro do esperado
☐) Regular ☐) Bom ☐) Ótimo
c) Compreendi e achei necessário todos os procedimentos adotados

☐ Regular ☐ Bom ☐ Ótimo

4) Como ficou sabendo do Edital para o Programa de Assistência Estudantil?

☐ Internet ☐ Mural do *Campus* ☐ Avisos em sala de aula ☐ Outros.

5) Como se deu o processo de divulgação do Programa de Assistência Estudantil?

☐ Foi bem divulgado ☐ Foi pouco divulgado ☐ Insuficiente

6) Quanto ao prazo para inscrição no Programa de Assistência Estudantil, os dias estipulados no Edital

☐ Foram suficientes ☐ Foram Insuficientes

7) No seu ponto de vista, o Programa de Assistência Estudantil tem contribuído para minimizar o índice de reprovação e evasão de alunos?

☐ Sim ☐ Não

8) Que importância você atribui ao Programa de Assistência Estudantil no *Campus* Vilhena?

☐ Essencial ☐ Importante ☐ Pouco Importante ☐ Desnecessário

9) Dos programas de assistência estudantil do IFRO/*Campus* Vilhena abaixo relacionados, de qual (quais) você é agora ou já foi beneficiário?

a) ☐ Bolsa monitoria

b) ☐ Auxílio transporte

c) ☐ Auxílio alimentação

d) ☐ Auxílio moradia

e) ☐ Auxílio ao Estudante Colaborador

f) ☐ Auxílio Complementar

10) Por quanto tempo você já recebeu ou vai receber esse(s) auxílio(s)?

☐ 1 a 5 meses.

☐ 6 a 12 meses.

☐ 13 a 18 meses.

☐ 19 a 24 meses.

☐ Mais de 24 meses.

11) O Auxílio estudantil é relevante para conclusão do seu curso?

☐ Sim ☐ Não

12) Deixe aqui seus comentários ou sugestões em relação ao Programa de Assistência Estudantil.

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA À INSTITUIÇÃO

Ao Senhor,

Prof. AREMILSON ELIAS DE OLIVEIRA

Diretor do *Campus* Vilhena - IFRO

Vilhena/RO

Assunto: Apresentação de Projeto de Pesquisa de Mestrado em Assessoria em Administração e solicitação de autorização para realização de coleta de informações.

Prezado Senhor

Apresentamos a Pesquisa de Mestrado em Assessoria em Administração intitulada IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS ALUNOS DOS CURSOS TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO NO PERÍODO DE 2016 A 2018 DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA – *Campus* Vilhena

Esta pesquisa tem por objetivo geral analisar o impacto das políticas públicas de assistência estudantil nos alunos dos cursos técnicos integrado ao Ensino Médio no período de 2016 a 2018 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/*Campus* Vilhena.

O instrumento de coleta de dados utilizado será por meio de aplicação de questionários ou realização de entrevistas.

A pesquisa será realizada com fins de obtenção de dados para a dissertação do Mestrado em Assessoria em Administração, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Ao mesmo tempo, pedimos autorização para que o nome desta instituição possa constar no relatório final, bem como, em futuras publicações na forma de artigo científico

A pesquisa está sendo submetido à aprovação do CEP - Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO para análise dos critérios éticos a qual somente será realizada após a aprovação da mesma junto ao comitê.



Ressaltamos que a identidade dos egressos envolvidos na pesquisa será mantida em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 466/12 que trata da Pesquisa envolvendo seres Humanos.

E ainda que, as informações oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determina a legislação, cinco anos, e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Direção agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessário.

Nestes termos, pede deferimento.

Vilhena/RO, 05 de Março de 2018



Aparecido Portela da Silva

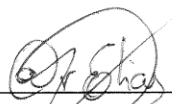
Orientadora Prof.^a Dra. Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues
Gonçalves

zromero@iscap.ipp.pt

Coorientadora: Prof.^a Dra. Jaqueline Aida Ferrete

jaqueline.ferrete@ifro.edu.br

DEFERIDO: 05/03/2018



Prof. Aremilson Elias de Oliveira

Diretor Campus Vilhena

DECLARAÇÃO

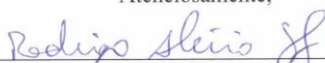
Declaramos que nós, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO/*Campus* Vilhena estamos de acordo com a condução do projeto de pesquisa **Impacto de Políticas Públicas de Assistência Estudantil nos alunos dos cursos técnicos integrado ao ensino médio no período de 2016 a 2018 do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia/*Campus* Vilhena** sob a responsabilidade de Aparecido Portela da Silva nas nossas dependências, bem como ter acesso ao Banco de Dados por meio da (Coordenação de Registro Acadêmicos-CRA, Coordenação de Assistência ao Educando-CAED e Diretoria de Planejamento e Administração-DPLAD) tão logo o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO até o seu final.

Estamos cientes que os participantes da pesquisa serão discentes e servidores bem como de que o presente trabalho deve seguir a Resolução 466/2012 (CNS) e complementares.

Da mesma forma, estamos cientes que o pesquisador somente poderá iniciar a pesquisa pretendida após encaminharem, a esta Instituição, uma via do parecer de aprovação do estudo emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Vilhena/RO 28 de Maio de 2018

Atenciosamente,



Rodrigo Alécio Stiz
Diretor Geral Substituto
Portaria n 51, de 15 de fevereiro de 2018

Anexos



Instituto Superior de
Contabilidade e Administração do Porto
Mestrado em Assessoria de Administração

DISCIPLINA: Metodologias de Investigação
Ano Lectivo: 2017/2018
Docente Coordenadora: Anabela Mesquita

**FORMULÁRIO Nº1 – A ACOMPANHAR A VERSÃO PRELIMINAR
DA PROPOSTA DE TESE/DISSERTAÇÃO OU PROJECTO DE
MESTRADO**

Nome do aluno: Aparecido Portela da Silva
Número de aluno: 2170049

Tema da tese/dissertação ou projecto de Mestrado: **"Impacto de Políticas Públicas de Assistência Estudantil no IFRO - Campus Vilhena, nos Cursos Técnico Integrado ao Ensino Médio no período de 2016 a 2018"**.

Nome do Orientador atribuído: **Professora Doutora Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves.**

Nome do Co-Orientador atribuído: **Professora Doutora Jaqueline Aida Ferrete**

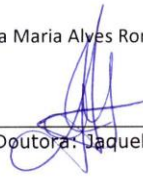
No caso de ter co-orientador, por favor incluir também o seu nome e assinatura.

Confirmo ter-me sido presente a *versão preliminar* da dissertação ou projecto de Mestrado e informo que (x) **sim** / ☐ **não** me encontro disponível para ser o potencial Orientador desta tese/dissertação ou projecto de Mestrado.

S. Mamede Infesta, 29 de março de 2018

Zita Romero Gonçalves

Profª. Doutora Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves.


Profª. Doutora: Jaqueline Aida Ferrete

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

| | | | |
|--|--------------------------------|--|--|
| 1. Projeto de Pesquisa: IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS ALUNOS DOS CURSOS TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO NO PERÍODO DE 2016 A 2018 DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, CAMPUS VILHENA | | | |
| 2. Número de Participantes da Pesquisa: 63 | | | |
| 3. Área Temática: | | | |
| 4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas, Grande Área 7. Ciências Humanas | | | |
| PESQUISADOR RESPONSÁVEL | | | |
| 5. Nome: APARECIDO PORTELA DA SILVA | | | |
| 6. CPF: 162.884.082-04 | | 7. Endereço (Rua, n.º): LIBERDADE 2493/2850 CENTRO CENTRO VILHENA RONDONIA 76980172 | |
| 8. Nacionalidade: BRASILEIRO | 9. Telefone: (69) 8463-3721 | 10. Outro Telefone: | 11. Email: aparecido.portela@ifro.edu.br |
| <p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p> | | | |
| Data: 30 / 05 / 2018 | |  Assinatura | |
| INSTITUIÇÃO PROPONENTE | | | |
| 12. Nome: Instituto Politécnico do Porto | | 13. CNPJ: | 14. Unidade/Órgão: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto |
| 15. Telefone: 35 (12) 2905-0000 | 16. Outro Telefone: | | |
| <p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p> | | | |
| Responsável: FERNANDO JOSÉ MAGALHÃES | | CPF: 06554349 1244 | |
| Cargo/Função: PRESIDENTE DO ISCAP | | | |
| Data: 30 / 5 / 2018 | |  Assinatura | |
| FERNANDO MAGALHÃES | | Presidente | |
| PATROCINADOR PRINCIPAL | | | |
| Não se aplica. | | | |





INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS ALUNOS DOS CURSOS TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO NO PERÍODO DE 2016 A 2018 DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - CAMPUS VILHENA

Pesquisador: APARECIDO PORTELA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 89284218.3.0000.5653

Instituição Proponente: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.764.562

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de mestrado, que consiste de um estudo de caso com análise qualitativa e quantitativa sobre a política pública de Assistência Estudantil, realizado no Instituto Federal de Rondônia - IFRO/ Campus Vilhena. Visa investigar junto aos coordenadores dos cursos técnicos, a equipe de coordenação de assistência ao educando e os discentes, se os auxílios prestados são impactantes para a conclusão do curso. Buscando verificar se a efetividade da política de assistência estudantil é positiva ou negativa para o sucesso ou insucesso dessa ação integradora do Governo Federal.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos estão claros e exequíveis.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os benefícios demonstram com clareza que superam os riscos que os participantes estarão suscetíveis ao participar da pesquisa, além de serem apresentadas quais medidas serão tomadas para minimizar a ocorrência de tais riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os critérios de inclusão/exclusão, grupos da pesquisa, cronograma e orçamento foram corrigidos, conforme solicitado no último parecer.

Endereço: Av. 7 de Setembro, 2090

Bairro: Nossa Senhora das Graças

CEP: 76.804-124

UF: RO

Município: PORTO VELHO

Telefone: (69)2182-9610

E-mail: cepi@ifro.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -



Continuação do Parecer: 2.764.562

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram anexados Corretamente.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não havendo mais pendências o protocolo de pesquisa encontra-se aprovado para execução.

Considerações Finais a critério do CEP:

Na ocasião de conclusão da pesquisa, o pesquisador deverá encaminhar relatório final ao CEP.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|-------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1088627.pdf | 03/07/2018 19:46:13 | | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | PROJETO4.pdf | 03/07/2018 19:41:18 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto revisado para cepi Dia 03 de julho.pdf | 03/07/2018 19:36:41 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Cronograma | CRONOGRAMA4.pdf | 03/07/2018 19:33:49 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Orçamento | ORCAMENTOS PROPRIO.pdf | 03/07/2018 19:29:09 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Outros | Carta resposta 03 julho 2018.pdf | 03/07/2018 19:19:31 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Orçamento | ORCAMENTO SERABANCADO COM FINANCIAMENTO PROPRIO.pdf | 08/06/2018 17:05:22 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Cronograma | CRONOGRAMA DA PESQUISA.pdf | 08/06/2018 17:00:44 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto revisado para cepi dia 08 de junho.pdf | 08/06/2018 17:00:10 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Outros | Carta resposta.PDF | 08/06/2018 16:59:45 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Orçamento | ORCAMENTO1.pdf | 30/05/2018 15:56:19 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Outros | Documento to cepi.PDF | 30/05/2018 15:47:29 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Outros | Termos sigilo.PDF | 30/05/2018 15:45:04 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Outros | Autorização Acesso ao código de dados.PDF | 30/05/2018 15:43:40 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |

Endereço: Av. 7 de Setembro, 2090

Bairro: Nossa Senhora das Graças

CEP: 76.804-124

UF: RO

Município: PORTO VELHO

Telefone: (69)2182-9610

E-mail: cepi@ifro.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -



Continuação do Parecer: 2.764.562

| | | | | |
|--|-------------------------------------|------------------------|-------------------------------|--------|
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto revisado para ceipiem30.pdf | 30/05/2018 15:36:05 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Folha de Rosto | Folha de Rosto.PDF | 30/05/2018 15:18:15 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Outros | TALE.pdf | 04/05/2018 17:20:18 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Outros | TCLEDEMAISPARTICIPANTES.pdf | 04/05/2018 17:18:40 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TECLE.pdf | 04/05/2018 17:14:34 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Outros | QUESTIONARIOS.pdf | 04/05/2018 15:25:08 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Outros | Equipe pesquisa.PDF | 02/05/2018 21:41:34 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Outros | INFORMACAO ORIENTADORA.pdf | 02/05/2018 21:38:14 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Outros | RELACAO DE DOCUMENTOS ANEXO.pdf | 17/04/2018 17:44:21 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Outros | Orientadora e Coorientadora.PDF | 17/04/2018 17:26:14 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | Autorizacao.PDF | 17/04/2018 16:59:32 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |
| Cronograma | cronograma.pdf | 17/04/2018 16:48:19 | APARECIDO PORTELA DA SILVA | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO VELHO, 10 de Julho de 2018

Assinado por:
Marcio Rodrigues Miranda
(Coordenador)

Endereço: Av. 7 de Setembro, 2090

Bairro: Nossa Senhora das Graças

CEP: 76.804-124

UF: RO

Município: PORTO VELHO

Telefone: (69)2182-9610

E-mail: cepi@ifro.edu.br